



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

SANDRA MARIA BARBOSA

**PERFIL DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS –
PROUNI NO TOCANTINS:
UM ESTUDO DE CASO NA FACULDADE ITOP**

**PALMAS (TO)
2019**

SANDRA MARIA BARBOSA

**PERFIL DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS –
PROUNI NO TOCANTINS:
UM ESTUDO DE CASO NA FACULDADE ITOP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Currículos Específicos de Etapas e modalidades de Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Juciley S. Evangelista Freire

PALMAS (TO)
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- B725b Barbosa, Sandra Maria
Perfil dos bolsistas do Programa Universidade para Todos – PROUNI no Tocantins: um estudo de caso na Faculdade ITOP. / Sandra Maria Barbosa - Palmas, TO, 2020.
158 f.
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2020.
Orientador: Prof^a. Dra. Juciley S. Evangelista Freire
1. Educação superior. 2. PROUNI - Tocantins 3. Políticas de acesso. 4. Perfil socioeconômico e cultural. I. Título.

CDD 370

**Bibliotecária: Maria Elza Coelho Simões
CRB-2 / 806/92**

Todos os Direitos Reservados – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

SANDRA MARIA BARBOSA

PERFIL DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS –
PROUNI NO TOCANTINS:
UM ESTUDO DE CASO NA FACULDADE ITOP

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Currículos Específicos de Etapas e modalidades de Educação.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª Drª Juciley S. Evangelista Freire – Orientadora

Profª Drª Kátia Cristina Custódio – PPPGE-UFT

Prof. Drº João Nunes da Silva – PPGESS-UFT

Dedico aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida.

Aos meus pais In Memoria.

Aos meus filhos e esposo pelo amor incondicional. Amor que me impulsiona o meu desejo de crescer cada vez mais como ser humano e intelectualmente.

A minha orientadora Profa. Dra. Juciley S. Evangelista Freire pelas sábias orientações e ensinamentos, conduzindo meus inseguros passos pelo difícil caminho da pesquisa.

Aos componentes da Banca Prof. João Nunes e Profa. Kátia Cristina pelas importantes sugestões com vistas a melhor compreensão e riqueza do texto.

Aos meus queridos alunos bolsistas do PROUNI por permitirem que o universo de suas trajetórias estudantil pautada em sérias dificuldades financeiras e sociais fossem expostas na minha pesquisa.

Aos colegas e companheiros do mestrado, em especial a amiga-irmã Ana Lúcia, Muniz, meu esposo, Klayton, por dividirem comigo horas de aprendizado.

Aos funcionários da Faculdade ITOP pela seriedade e responsabilidade com o trabalho durante o meu afastamento por conta do mestrado.

Ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por oportunizar a Faculdade ITOP receber essa parcela de jovens cujas condições financeiras e sociais não permitiriam estarem aqui cursando o ensino superior.

E por fim, agradeço a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa.

*“Educação não transforma o Mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o Mundo”*

Paulo Freire.

BARBOSA, Sandra Maria. **Perfil dos Bolsistas do Programa Universidade para todos – PROUNI no Tocantins**: um estudo de caso na Faculdade ITOP. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2019.

RESUMO

As discussões sobre as formas de ingresso no ensino superior no Brasil estão cercadas de polêmicas quanto à sua característica de seletividade e exclusão social. Com a publicação da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os percentuais de vagas destinadas à concessão de bolsas foram regulamentados com o propósito de democratizar o acesso ao ensino superior no país. Nesse sentido estabeleceu-se como problema desta pesquisa: Quem são e quais as estratégias adotadas pelos bolsistas do PROUNI para permanecerem no Ensino superior e, que fatores interferem no acesso e permanência desses estudantes bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP? Para isso, foram definidos os seguintes objetivos: primeiramente, conhecer quem são os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP e o que fazem esses estudantes para permanecerem no ensino superior. E, mais especificamente: mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do PROUNI, com matrículas e frequências ativas na faculdade; identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem na universidade; verificar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior, Como procedimento metodológico, por meio de uma análise qualitativa, realizou-se um estudo de caso, essa escolha se deu pela possibilidade de obter uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla de uma unidade social, no caso a realidade da Faculdade ITOP com relação aos bolsistas do PROUNI. A amostra foi composta de 60 alunos ingressantes pelo programa nas opções de cursos de graduação ofertados pela Faculdade ITOP. Os resultados apontaram as dificuldades enfrentadas por estes alunos que mesmo na condição de bolsistas se deparam com a ausência de inúmeros recursos, não só de ordem econômica, mas também sociais e até mesmo culturais.

Palavras-chave: PROUNI-Tocantins. Políticas de acesso. Perfil socioeconômico. Ensino Superior Privado.

BARBOSA, Sandra Maria. **Profile of the University for All Fellows Program - PROUNI in Tocantins**: a case study at Faculdade ITOP. 2019. Master's (Dissertation in Education) - Graduate Program in Education, Federal University of Tocantins, Palmas, TO, 2019.

ABSTRACT

Discussions about ways to enter higher education are surrounded by controversy regarding their characteristic of selectivity and social exclusion. With the publication of Law 11.096, of January 13, 2005, the percentage of vacancies destined to the granting of scholarships was regulated with the purpose of democratizing access to higher education in the country. In this sense it was established as a research problem: what strategies adopted by the PROUNI scholarship students to remain in higher education and, what factors interfere in the access and permanence of these PROUNI scholarship students from ITOP Faculty. For this, the following objectives were defined: first, to know who the PROUNI fellows from the ITOP Faculty are and what these students do to remain in higher education. And, more specifically, to map the socioeconomic profile of PROUNI scholarship students, with active enrollments and frequencies in college; identify the strategies found by students to remain in higher education; to verify how the family interferes in the permanence of the scholarship holder in higher education. As methodological procedure through a qualitative analysis a case study was carried out, this choice was due to the possibility of obtaining a deep and at the same time broad vision of a social unit, in this case the reality of the ITOP Faculty in relation to the scholarship holders of PROUNI. The sample consisted of 60 students entering the Programs in the options of undergraduate courses offered by ITOP Faculty. The results pointed out the difficulties faced by these students who even as scholarship holders, are faced with the absence of numerous resources, not only of an economic order, but also social and cultural.

Keywords: PROUNI – Tocantins. Access policies. Socioeconomic profile. Higher education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Matrículas em curso de graduação por categoria administrativa Brasil – 2008 – 2018	45
Gráfico 2-Bolsas ofertadas por processo seletivo	60
Gráfico 3-Bolsas ofertadas por ano	62
Gráfico 4-Bolsistas por categoria administrativa de IES.....	63
Gráfico 5-Bolsista por tipo de bolsa.....	65
Gráfico 6-Bolsistas por modalidade de ensino	66
Gráfico 7-Bolsistas por turno – cursos presenciais	69
Gráfico 8-Bolsistas por sexo.....	71
Gráfico 9-Bolsistas por raça/cor	72
Gráfico 10-Bolsistas por pessoas com deficiência	74
Gráfico 11-Bolsistas – Professores da educação básica pública	76
Gráfico 12-Bolsistas por Região.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Alíquotas e base de cálculo dos tributos federais por categoria de IES no Brasil	48
Quadro 2-Sinótese do Programa.....	54
Quadro 3-Evolução do número de instituições de educação superior e matrículas por categoria administrativa (público e privada)	58
Quadro 4-Tipo de instituição de graduação dos professores – Brasil – 2009/2013/2017	77
Quadro 5-Regiões com mais bolsas do PROUNI 2019.2.....	79
Quadro 6-Cursos que mais oferecem bolsas para o PROUNI	80
Quadro 7- Expansão das IES no estado do Tocantins.....	83
Quadro 8- Categorias administrativas e quantitativos de cursos ofertados por IES no estado do Tocantins em 2014	85
Quadro 9- Cursos autorizados, reconhecidos e em funcionamento na Faculdade ITOP	91
Quadro 10 – Usufruto de Bolsas PROUNI por ano	93
Quadro 11 - Dados por Curso contemplando os ingressantes com bolsa PROUNI..	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933 – 2010).....	44
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AVALIES	Avaliação da Educação Superior
BIRD	Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
COPESE	Comissão Permanente de Seleção
CREDUC	Programa de Crédito Educativo para Estudantes carentes
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
EAD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCE	Programa de Crédito Educativo
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISPROUNI	Sistema Informatizado do PROUNI

UAB	Universidade Aberta do Brasil
UF	Unidade da Federação
UMA	Universidade da Maturidade
UNESCO	Organização das nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	19
2.1	A Reforma Educacional dos anos 1990 e as mudanças no Ensino Superior	30
2.1.1	Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior a partir de 1990	33
2.1.2	Estratégias de democratização e acesso ao Ensino Superior	41
2.2	O PROUNI como política de acesso ao ensino superior: aspectos legais	47
2.3	O PROUNI: panorama nacional	56
2.4	O PROUNI e a Educação Superior no Tocantins	81
2.5	O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)	85
2.5.1	O PROUNI em Palmas – TO	89
2.5.2	O cenário da pesquisa: dados sobre a Instituição	90
3	O PROUNI NO ITOP: PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES BOLSISTAS	95
3.1	Natureza do estudo	95
3.2	Objeto e objetivos do Estudo	96
3.3	Os sujeitos de estudo	97
3.4	Da amostra	97
3.5	Instrumentos de Coleta de dados	98
3.5.1	O questionário e sua aplicação	98
3.6	Apresentação, Análise e Discussão dos dados	99
3.6.1	Características individuais dos bolsistas: cor/raça, idade, gênero, trabalho.....	101
3.6.2	Características socioculturais e econômicas dos alunos da Faculdade ITOP	108
3.6.3	Características da Trajetória Acadêmica	114
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	146
	ANEXOS	154

1 INTRODUÇÃO

O PROUNI foi criado em 2004 e consolidado a partir da Lei N. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. É, portanto, um Programa do governo federal brasileiro, sob gestão do Ministério da Educação (ME), destinado à concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de Educação Superior com ou sem fins lucrativos, para brasileiros não portadores de diploma acadêmico. De acordo com as regras do PROUNI, as bolsas podem ser integrais ou parciais (BRASIL, 2005). Em contrapartida, as instituições privadas recebem do governo isenção de tributos.

Esta pesquisa problematiza os fatores que interferem no acesso e permanência dos estudantes bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP. Isso é importante para a compreensão das dificuldades e as estratégias encontradas por eles nesse processo.

O tema começou a ser delineado a partir da atuação profissional da autora desta pesquisa. O trabalho como diretora financeira da Faculdade ITOP propiciou condições para acompanhar as angústias de uma parcela da sociedade excluída de bens e direitos, de cultura, de trabalho, de saúde e principalmente de educação. Para muitos, imersos nessa precária realidade, o acesso ao ensino superior, durante muito tempo, tornou-se um sonho com possibilidades mínimas de concretizar-se, pois esta instituição, para esses indivíduos, dificilmente fez parte do passado de suas famílias, posto que a sobrevivência vem sempre antes da educação.

Várias situações profissionais cotidianas têm permitido uma aproximação cada vez maior com os universitários, possibilitando conhecer, entre outras questões, a dinâmica que permeia a vida e as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas. O ingresso no mestrado permitiu um olhar crítico sobre a realidade, principalmente sobre o que vem sendo chamado de inclusão social por meio da oferta de bolsas de estudo para estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior privado.

A partir disso, o primeiro passo é identificar quem são esses alunos, tanto em relação às suas condições de vida como à sua situação de aprendizagem, para em seguida implementar políticas pedagógicas centradas no processo formativo, com ênfase na qualidade e nos projetos adequados de financiamento estudantil.

Aos serem analisados, esses elementos servirão à IES para elaboração de projetos para reduzir dificuldades apresentadas pelos que ingressam no ensino superior, desenvolver mecanismos de apoio para o acesso e permanência do estudante bolsista e, conseqüentemente, assegurar a permanência desses alunos nos

cursos, observando as dificuldades vivenciadas pelo bolsista na sua trajetória acadêmica.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de investigar, de forma mais sistemática e detalhada a realidade dos bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP que, como instituição educacional, tem recebido essa parcela da sociedade que vem sendo alvo de investimentos públicos. Para tal, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: Quem são e quais as estratégias adotadas pelos bolsistas do PROUNI para permanecerem no Ensino Superior e que fatores interferem no acesso e permanência desses estudantes bolsistas da Faculdade ITOP?

Assim, definiu-se como objetivo geral conhecer quem são os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP e o que fazem esses estudantes para permanecerem no ensino superior. E, mais especificamente: mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do PROUNI matriculados nos diversos cursos ministrados pela Faculdade ITOP; identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem no ensino superior; verificar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior.

O presente estudo é classificado como pesquisa bibliográfica seguida de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica ocorrerá por meio de estudos em livros, textos e documentos disponíveis na internet, revistas, monografias, artigos, leis e projetos de lei.

Considerando, portanto, a atualidade e a relevância desta temática, procuramos contribuir com as análises sobre o público alvo desta pesquisa, que são os alunos bolsistas do PROUNI matriculados em todos os períodos dos cursos atualmente ministrados pela Faculdade ITOP. Quando se examina a realidade educacional desses estudantes e se depara com diferentes atores individuais e institucionais percebe-se quão diversos são os elementos utilizados para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo necessários a formação desses bolsistas. A complexidade do assunto e seus muitos questionamentos sobre o processo de expansão da Educação Superior no setor privado, via políticas públicas de acesso como esta, ocorreu historicamente em nosso país e mais especificamente como ocorre atualmente na Faculdade ITOP – Cenário da Pesquisa, traduzem o nosso interesse pelo estudo.

Após a coleta de dados, foram analisadas as questões levantadas no questionário com discussões fundamentadas em autores e leis que regulamentam a

área. A pesquisa está caracterizada em uma perspectiva qualitativa, envolvendo uma investigação de caráter exploratório, buscando conhecer a trajetória dos bolsistas até o ensino superior, bem como as condições de permanência e socialização junto ao meio acadêmico. O estudo de caso qualitativo, segundo Ludke e André (1986, p. 18), “é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”

A escolha pelo estudo de caso dá-se porque “uma das vantagens do estudo de caso é a possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis” (ANDRÉ, 2005, p. 33). Assim, por meio da metodologia do estudo de caso tem-se a possibilidade de compreender a realidade da Faculdade ITOP em uma perspectiva interpretativa.

Essa escolha é significativa para reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, uma vez que estes, mesmo na condição de bolsistas, se deparam com a ausência de inúmeros recursos, sejam eles econômicos, sociais e até mesmo culturais.

Apona-se a importância da referida pesquisa para a sociedade tocantinense pela relevância do PROUNI no âmbito do Ensino Superior. A partir do estudo empreendido reafirma-se as contradições em torno do tema e ao mesmo tempo comprova-se o seu papel significativo como política de inclusão social dentro do contexto universitário. Um ponto significativo da pesquisa referiu-se ao fato do estudo ter relevado que a instituição pesquisada, de natureza privada, preenche a discussão das necessidades apontadas pelo ME (Ministério da Educação) na região onde está localizada, apesar do processo excludente por que passa a trajetória dos estudantes ao longo da Educação Básica, marcada profundamente e influenciada por suas condições socioeconômicas. É notável a importância do estudo no que diz respeito aos estudantes, haja visto que a pesquisa revelou que o PROUNI assume papel relevante no processo de formação acadêmica, por se tratar de um instrumento futuro de concretização e desempenho profissional.

Esta dissertação está estruturada em três partes: na primeira, será elaborado um panorama histórico acerca do PROUNI, a implantação, os aspectos que envolvem a evolução do Projeto de Lei até a sua aprovação como Lei propriamente dita. No segundo, buscaremos atender o primeiro objetivo do projeto: Conhecer quem são os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP e o que fazem esses estudantes para

permanecerem no ensino superior. O capítulo seguinte, buscou: mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do PROUNI matriculados nos diversos cursos ministrados pela Faculdade ITOP; identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem no ensino superior e, por fim, verificar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No que diz respeito à história da Educação Superior no Brasil, Cunha (2003, p. 152) comenta que o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesões e, no século XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino da Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos, conferia o grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de artes e de Teologia. No século XVIII, o colégio da Bahia desenvolveu os estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade específica para seu ensino. Cursos superiores também foram oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará.

Cunha (2003, p. 153), explica que o ensino superior brasileiro como conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia. As instituições de ensino superior atualmente existentes resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas no início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o *status* de Reino Unido a Portugal e Algarve. Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação.

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, correlata ao surgimento do Estado nacional, gerou a necessidade de modificar o ensino superior herdado da colônia, ou melhor, de fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior. O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França (CUNHA, 2003, p. 153).

No Brasil. O príncipe regente (a partir de 1817), não criou universidades. Em vez de universidades criou cátedras isoladas de ensino superior para formação de profissionais: de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. Essas eram unidades de ensino de extrema simplicidade.

Foram as escolas, as academias e as faculdades surgidas mais tarde, a partir de cátedras isoladas, as unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação estabelecida, funcionários não docentes, meios de ensino e local próprios. Em 1827, cinco anos depois da independência, o imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, com o que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito (CUNHA, 2003, p. 155).

A admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada, desde 1808, à aprovação nos chamados "exames de estudos preparatórios", prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato. Mais tarde, a partir de 1837, os concluintes do curso secundário do recém-criado Colégio Pedro II passaram a ter o privilégio de matrícula, sem exames, em qualquer escola superior do Império. Vale ressaltar que durante todo o período imperial (1822-1889), o ensino superior ganhou mais densidade. Cátedras se juntaram em cursos que, por sua vez, viraram academias, mas o panorama não se alterou substancialmente.

Importa observar que depois de ter sido clerical, até a transferência para o Rio de Janeiro da sede do reino português, em 1808, o ensino superior tornou-se todo estatal até a proclamação da República, em 1889.

Ainda com base nas considerações traçadas por Cunha (2003, p. 154), as transformações do ensino Superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultando por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Essas mudanças e essa multiplicação foram determinadas por dois fatores relativamente independentes. Um fator foi o aumento da procura de ensino superior produzido pelas transformações econômicas e institucionais. Outro fator, este de caráter ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo "ensino livre", e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares.

As reformas educacionais de 1891 criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal. No primeiro caso os ginásios criados e mantidos pelos governos estaduais que tivessem o currículo do Ginásio Nacional e se submetessem à fiscalização do governo federal gozariam do mesmo privilégio daquele: os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam inscrever-se em qualquer curso superior do país sem exigência de exames de estudos preparatórios. Em 1901, a equiparação foi estendida aos ginásios criados e mantidos por particulares. No segundo caso, as faculdades criadas e mantidas pelos governos estaduais ou por particulares que tivessem os mesmos currículos das federais e fossem

fiscalizadas poderiam outorgar diplomas que garantiam o privilégio do exercício das profissões regulamentadas em lei (LOPES, 2003, p. 168).

Portanto, essas medidas impulsionaram de forma significativa a expansão do ensino superior, alimentada pela facilitação das condições de ingresso. Dessa forma, no período que vai da reforma de 1891 até 1910, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores. Número que Cunha (2003, p. 159) divide como sendo: nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia.

Mas não se pode deixar de observar, que à medida que o ensino superior apresentava mudanças causadas pela facilitação do acesso, em face da multiplicação das condições de ingresso, cresciam as resistências a esse processo. O que determinou outra reforma de ensino em 1911.

A reforma geral do ensino secundário e superior procurava compor dois movimentos – a desoficialização e a contenção da “invasão” do ensino superior por candidatos inabilitados. O Decreto de 5 de abril de 1911, deu as normas legais do que veio a ser conhecido como Reforma Rivadavia Corrêa, titular do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MARTINS, 2012, p. 58).

Diante do exposto, percebe-se, que desde 1808 o ensino superior no Brasil foi ministrado em estabelecimentos isolados, oferecendo cursos explicitamente profissionais, especialmente em Medicina, Engenharia e Direito. Nenhuma instituição com status de universidade existiu no período colonial nem no imperial. No percurso deste último período, se fizeram presentes dezenas de propostas de criação de universidades, porém, todos sem sucesso. Embora, na última fala do trono, o imperador Pedro II externou o seu propósito de criar duas universidades, uma no Sul, outra no Norte do país. No entanto, a República atrasou consideravelmente a criação de universidades, devido à rejeição dos positivistas a tal instituição.

Explicitamente, com o nome de universidade, a primeira a ser criada no país, foi em Manaus, no Estado do Amazonas, 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha. Resultado da iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de Oficiais da Guarda Nacional.

Seguindo as considerações traçadas por Sampaio (1999), ressalta-se que a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, determinou o início de uma

nova era na História do Brasil. Nos primeiros cinco anos da era Vargas desenvolveram-se no Brasil duas políticas educacionais, uma autoritária, pelo governo federal, outra liberal pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal, trazendo características peculiares a cada um dos períodos que se seguem;

- 1) De 1931 a 1945: período marcado pela disputa entre lideranças laicas e católicas pelo monopólio da educação. Na troca de favorecimento e apoio ao novo regime, o governo permitiu à Igreja a introdução do ensino religioso, o que permitiu concretizar o projeto ambicioso de fundar suas próprias universidades dez anos depois;
- 2) De 1945 a 1968: a característica marcante desse período foi o movimento estudantil e de professores que reivindicavam o ensino público. Clamavam estes pela reforma de todo o sistema de ensino; com ênfase no ensino superior; a grande pretensão desse movimento era a extinção da cátedra organizada até então em forma de departamentos. Essa luta foi muito importante pois, abriu um leque para a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que veio a ser aprovada pelo Congresso em 1961. O que para a iniciativa privada representou a liberdade na forma de se fazer educação e ensino.
- 3) De 1964 a 1970: considerado um dos períodos mais complexos para o ensino superior. Nesse período as universidades foram mantidas sob forte vigilância. O movimento estudantil foi desarticulado. Alunos e professores contrários às políticas do governo federal eram tidos como subversivos. Vale aqui ressaltar, que a despeito dessa época ser marcada pela perda dos direitos civis, a reforma de 1968, tomou como base os ideais do movimento estudantil, tais como: extinguiu a cátedra; viabilizou decisões mais democráticas, modificou o exame vestibular; sistematizou o currículo em ciclos: básico e profissionalizante; a pesquisa foi instituída. Um dos marcos da educação a partir de 1970 caracteriza-se pela política governamental em prol da pós-graduação e capacitação docente (PICD). O panorama dos últimos anos da década de 1970 mostrava o setor privado como responsável por 62,3% das matrículas, bem como em 1994 por 69%. O que se deu em consequência da opção do setor público por universidades que priorizassem ensino e pesquisa, medida que onerou os

custos do ensino público, viabilizando ao setor privado fazer a frente as demandas não incorporadas pelo Estado.

- 4) 1980: No decorrer deste estudo, vimos que a Educação Superior no Brasil transcorreu por um caminho tendencioso à privatização que esteve presente durante os anos da Primeira República, até o advento da Constituição de 1988, onde anteriormente permanecia o paradigma napoleônico. Paradigma esse, imbuído pela marcante figura do Estado na organização e regulação do Ensino Superior. Contudo, na década de 1980, iniciou-se uma manifestação em favor da modificação desse modelo, realizando-se um deslocamento no padrão de ensino superior no Brasil.

Esse deslocamento começa na distinção entre Universidades de pesquisa e universidade de ensino introduzida em 1986 pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) criado pelo então Ministro da Educação Marco Maciel. Essa distinção veio desde aí fazendo parte de documentos sobre o ensino superior, mas na gestão de Paulo Renato Souza à frente do MEC, foi assumida a ideia-força da política a ser implementada relativamente ao ensino superior. Tal orientação acabou sendo consagrada no Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997 que regulamentou o sistema federal de ensino em consonância com a nova LDB. Esse Decreto introduziu, na classificação acadêmica das instituições de ensino superior, a distinção entre Universidades e Centros Universitários (SAVIANI, 2010, p. 11).

Observa-se, portanto, que na década de 1980, essa criação de “Centros Universitários (universidades que não precisam desenvolver pesquisa)”, surgem como medida para atender a expansão e, conseqüentemente, a dita “democratização” do Ensino Superior pelo menor custo, em contraposição a um mínimo pouco expressivo de Centros de excelência (Universidades de Pesquisa) que atraíam para si um percentual significativo dos recursos públicos, o que permite a permanência do caráter elitista do Ensino Superior de décadas anteriores a 1980.

- 5 1990: no bojo desse processo histórico do Ensino Superior no Brasil chegamos aos 1990. Década marcada pela Reforma Universitária. Em 1995, o governo federal opta por uma ação reformadora no campo educacional, em todos os níveis e modalidades de ensino. Como exemplo, foi emendada a Constituição, promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e baixadas leis e decretos sobre os mais diversos aspectos. Década marcada pela massificação da educação superior, e pelo incentivo à explosão de vagas nas universidades privadas. Boschetti (2008, p. 7 apud PEREIRA, 2017, p. 10), esclarece que nesta

década, em relação às universidades públicas, estas passaram por um grande sucateamento (precariedade dos recursos humanos e estruturais) devido aos investimentos e incentivos fiscais nas instituições privadas, assim como, estas ressentem-se também pela falta de uma política efetiva de assistência estudantil, levando ao segundo momento da contrarreforma universitária. Lembra ainda, o referido autor, que aconteceram mudanças direcionadas à Educação Superior, amparadas pela LDB, no entanto, a implementação e operacionalização destas mudanças só aconteceram durante os governos de FHC e Lula.

Como se viu acima, para o desenvolvimento do referido estudo fez-se como condição sine-qua-non a reconstrução sócio histórica da educação superior no Brasil. Tal afirmativa fundamenta-se na perspectiva de que o solo de desenvolvimento das políticas públicas é composto por vários sujeitos sociais imbricados com seus respectivos projetos éticos políticos.

A exemplificar podemos citar o Manifesto de 1932, como um dos marcos históricos da educação no Brasil, o qual trazia a tona o tema das desigualdades sociais e os impactos destas, somados a desarticulação nacional no que se refere a uma educação de qualidade.

O Manifesto de 32 é um documento que carregou vários intelectuais da cena brasileira e se projetou para a nação. Entre os significados sociais dos quais o Manifesto é portador, toma-se como referência vestígios das três reformas de ensino da década de 20 cujos responsáveis, Sampaio Dória (autor da Reforma de 1920 em SP), Lourenço Filho (autor da Reforma de 1922 no Ceará) e Fernando Azevedo (autor da Reforma em 1927 no DF) ,assinaram o Manifesto, sendo que o último teria sido o seu autor (MATE, 2004, p. 153).

Dessa forma, o aprofundamento sobre o ideário reformista da década de 20 nos leva a compreender a constituição histórica do Manifesto, e a perceber também, que em diferentes pontos do país surgia uma preocupação tanto em normatizar e racionalizar práticas pedagógicas como em criar e/ou remodelar formas de administrar um sistema de ensino. Essas reformas tomaram como base recenseamentos em inquéritos que buscavam fundamentar a necessidade de um sistema único capaz de atrair o maior número possível de alunos a um modelo de escola.

É o caso da Reforma de 1920 em São Paulo, que ao instituir a obrigatoriedade escolar, após longo recenseamento que apontava alto número de crianças fora da escola, remodela metodologias de ensino e programas escolares, cria

novas funções pedagógicas, normatiza procedimentos de controle. É possível perceber a Reforma de 1920 em São Paulo como, provavelmente, a primeira reforma pedagógica que imprime um caráter padronizante ao ensino, não somente pela obrigatoriedade de frequência a uma escola, mas porque esta veio articulada de outras medidas, como a inspeção escolar, tanto em relação aos alunos (controle de frequência e horário) como aos professores (idoneidade, assiduidade e eficiência). Outro ponto de destaque dessa reforma foi seu caráter moral/nacionalizante: a alfabetização era declarada uma questão social por excelência, já que a formação da nação dependia da língua e cultura nacionais (MATE, 2004, p. 154).

No que diz respeito a Reforma de 1922 no Ceará, realizada por Lourenço Filho, percebe-se que esta instituiu várias medidas que retomavam a reforma paulista, apenas adaptando-a às especificidades locais, tais como:

Estratégias de formação da nacionalidade pela instrução cívica, criação de órgãos fiscalizadores e de inspeção escolar, aplicação do recenseamento tanto como instrumento para o controle de matrícula e frequência, como de justificativa para criação de um modelo único de escola. Mas o ponto de destaque desta Reforma refere-se a criação de uma estrutura administrativa escolar que implicou na ampla rede de normatizações, abrangendo desde a definição do órgão central regulador do sistema de ensino, até as mais minuciosas atividades de escrituração escolar. Outros pontos que merecem destaque foi a reorganização da Escola Normal dentro do qual foram criados o Museu Pedagógico, Gabinetes de Psicologia Experimental e Biblioteca Pedagógica (MATE, 2004, p. 155).

Pode-se dizer que foi montado no Ceará um sistema de ensino que teria funcionado como referência para o processo de escolarização que então se estrutura em quase todos os estados.

Ainda segundo Mate (2004, p. 155) a Reforma de 1927 no DF, realizada por Fernando Azevedo é, também, iniciada por um grande e polêmico censo escolar que como as demais reformas foi usado para reorganizar as práticas pedagógicas vistas por muitos intelectuais e planejadores sociais como dimensão fundamental de uma reforma maior então em curso. Historicizar a prática do censo nos anos 20 permite percebê-la para além do aparecimento de novas técnicas para melhorias sociais – é possível entendê-la também, como uma política para ordenar e regular práticas sociais. Essa reforma se insere no ideário reformista, onde a partir daí, Fernando de Azevedo projetou-se num plano mais amplo sobre as questões educacionais uma vez que ao realizar o “diagnóstico” sobre a educação pública paulista, lançou um projeto de reforma da educação em âmbito nacional.

Os breves comentários sobre esses três importantes momentos na história da educação brasileira traduzem o nosso objetivo de refletir sobre a constituição do

Manifesto, uma vez que as preocupações sociais presentes em cada reforma se somam num desenho, nem sempre lógico, que mostra retomada de estratégias realimentando-se num movimento constitutivo de um modelo de escola.

O referido momento conclamava além da educação de qualidade, a implementação de um Sistema Nacional.

Neste diapasão faz-se relevante ressaltar que as reformas educacionais, sempre perpassaram em torno do debate do acesso à Educação. E faz-se premente compreender que a falta de acesso é uma expressão da questão social no Brasil, destacando-se aqui observações realizadas por Fernando Azevedo, que expôs que:

Em cada uma das reformas anteriores, em que impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo, a força inspiradora ou a energia estimulante mudou apenas de forma, dando soluções diferentes aos problemas particulares. (AZEVEDO, 1984, p. 35).

Nesse sentido o Manifesto de 32 redigido por Fernando de Azevedo, refletia alguns anseios por uma modernização do Estado. Ficando evidente uma quebra com o modelo universitário antigo: não mais aceitaria a justaposição de faculdades como anteriormente era a prática ou mesmo uma formação enciclopédica superficial.

O Manifesto traz alguns pontos importantes quanto ao ideal universitário:

1. Modernização e flexibilidade de acesso

A educação tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões “liberaes” (engenharia, medicina e direito), não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais a sua finalidade estritamente profissional e sem abrir os seus quadros rígidos a formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de uma organização, acessível a todas. (AZEVEDO, 2015, p. 223).

Observa-se que Azevedo indica a necessidade de uma mudança na educação superior: onde essa deixaria de ser destinada às profissões bacharelescas como direito, engenharia e medicina e, se concentraria também na formação científica cultural em outras áreas.

2. Formação Ampla e Variada

Ao lado das faculdades profissionais existentes, reorganizadas em novas bases, impõe-se a criação simultânea ou sucessiva, em cada quadro universitário, de faculdades de ciências sociais e econômicas; de ciências

matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras que, atendendo a variedade de tipos mentais e das necessidades sociais, um campo cada vez mais vasto de investigações científicas (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 171).

Porto Júnior (2004, p. 171) afirma que Azevedo e o grupo dos pioneiros externavam a real aplicação da ideia de universidade: essa não deveria ser o centro somente de profissões existentes (direito, engenharia e medicina), mas ter uma ampla e variada gama de cursos, desde as ciências sociais e econômicas, passando pelas ciências matemáticas físicas e naturais, até filosofia e letras. A ideia era formar uma inteligência para todos os campos da sociedade e, mais importante ainda, ciente e sensível às necessidades sociais, não despercebendo a pesquisa (investigação) como locus importante.

3. *Gratuita, fundada na tarefa tríplice de pesquisa, docência e extensão*

A educação superior ou universitária, a partir de 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 172).

A gratuidade era para o grupo dos pioneiros, também uma responsabilidade do Estado, pois defendiam-na claramente assim como a educação primária. É importante ressaltar que, mesmo gratuita, não deveria ser de qualidade inferior, pois a defesa da gratuidade da educação superior está associada à tarefa tríplice de ensino (ciência feita), pesquisa (investigação) e extensão (vulgarizadora ou popularizadora). Essa era e ainda é a tarefa da universidade gratuita: produzir e disseminar conhecimentos úteis à sociedade que a mantém (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 172).

4. *Condenou a formação enciclopédica sem profundidade*

A erudição aplicada – fim da universidade, era vista pelos pioneiros no modelo de universidade existente como um verdadeiro “hedonismo intelectual”, isto é a procura da erudição era motivada pela simples possibilidade do prazer individual, não se percebendo a motivação criadora que a pesquisa proporciona e, posteriormente. Revela-se nesse trecho a realidade, que parece perseguir a universidade desde então: erudição aparente e até brilhante, mas recheada de uma absoluta falta de solidez de conhecimentos (ROMANELLI, 2016, p. 133).

Na concepção de Romanelli (2016, p. 133), a ideia da inserção da pesquisa como sistema nervoso, isto é centro das atividades, defendida pelos pioneiros no Manifesto era um avanço na direção de se tornar real o que o Estatuto das

Universidades Brasileiras já indicava como objetivos da educação superior: a investigação e o preparo para o ensino profissional.

5. Condenou a superficialidade na formação

Nessa superficialidade de cultura, de autodidatas, cujas opiniões se mantem prisioneiras dos sistemas. (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 173).

Observa-se aqui uma explícita crítica do Manifesto a formação: “essa era superficial, fácil e apressada”.

6. Universidade como criadora de ideais políticos, sociais, morais e estéticos

A organização de Universidades é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que só com essas instituições, a que cabe criar e difundir ideais políticos, sociais e morais e estéticos, é que podemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas. (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 174).

De acordo com Porto Júnior (2004, p. 174), a universidade foi colocada em uma posição privilegiada: ela deveria ser impulsionadora de ideais sociais, políticos, morais e estéticos. Os pioneiros apontam a universidade como centro criador desses ideais. Não seria simplesmente difusora, mas dentro dela tais pensamentos seriam concebidos, lapidados às necessidades da intelectualidade e, posteriormente levados a ação na prática.

7. Universidade como lugar privilegiado de formação da inteligência

De fato, a universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, cientistas, técnicos e educadores. (PORTO JÚNIOR, 2004, p. 174).

Porto Júnior (2004, p. 175), ao analisar a expressão, contida no Manifesto de 1932: “é na universidade que encontramos o lócus por excelência da formação de quadros especializados”, conclui que, na universidade não encontramos apenas a formação mecânica, isto é o aprendizado de conhecimentos que habilitariam para desenvolver uma determinada ação, mas, sobretudo uma formação de consciência social.

Assim sendo, trazer a tona alguns significados marcantes do Manifesto de 1932, para este texto, teve como objetivo principal mostrar que a preocupação com a

reconstrução social da educação superior já pautava as bases das reformas educacionais empreendidas.

Dessa forma, dentro dessa reconstrução pautam-se as políticas para fazer com que os jovens oriundos das famílias mais desprovidas economicamente tenham acesso aos diferentes níveis do sistema escolar e, em particular, aos mais elevados como o Ensino Superior. Por meio de incentivos governamentais, a oportunidade de cursar o Ensino superior pode contribuir para incluir uma população que não tinha sonhos ou planos de ingressar em faculdades e universidades e, assim, colaborar para elevar a autoestima, proporcionar o aumento da renda da família e elevar as chances de alargamento do capital social.

Porém, conforme Bourdieu (1998, p. 4), é visto nas oportunidades de acesso ao Ensino Superior através das políticas públicas para a educação o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade pesa como rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Nas camadas populares, embora a maioria ingresse na escola conforme os ditames previstos, isto é, aos seis anos de idade, geralmente a continuidade do percurso transcorre de forma oposta ao tipo considerado ideal. Zago (2010, p. 25), após análise de várias histórias culturais, observou que esses sujeitos detinham um nível de escolaridade incompatível com o tempo que permaneceram vinculados ao sistema escolar indicando um percurso escolar “fortemente acidentado”. A autora pontua que a “escolaridade desses sujeitos não obedece ao tempo normal de entrada e permanência até a finalização de um ciclo escolar, mas se define no tempo do possível”.

Desse modo, o espaço entre a escola e a universidade é um profundo e fértil caminho a ser percorrido por esses sujeitos, a ser aferido e aprimorado pela estrutura de gerenciamento das políticas públicas educacionais. De acordo com Carmo (2014, p. 323), o ensino médio e o ensino superior precisam ser vistos como níveis complementares, carentes de ações conjuntas que abarquem o adolescente e o jovem como categoria universal de estudante, não os separando em ações isoladas ou em níveis distintos de formação.

Para Zago (2006, p. 228), há estudantes tão carentes que não têm condições de entrar e permanecer no ensino superior, mesmo quando gratuito. Para esses alunos não basta o acesso, é preciso uma política de permanência que envolva moradia, transporte, alimentação e saúde.

Segundo Lucchesi (2007, p. 514) ao longo da história há referências indicativas de que as políticas públicas de educação e desenvolvimento sempre estiveram intrinsecamente ligadas ao modelo de nação. É assim, por exemplo, que a *polis* grega preconizava para seus cidadãos uma educação que os tornasse aptos a manter o *status quo*. É assim também que as políticas do Estado francês, no período napoleônico, pretendiam promover o desenvolvimento e a mudança em direção à produção fabril e à modernização tecnológica. Assim entendemos que a questão das políticas públicas para a educação e aos sujeitos a quem são direcionadas configura-se na própria essência daquilo que o povo entende por Estado. No caso do Brasil, o Estado constitucional ampara-se numa lei escrita, resultante de um consenso, que limita o poder dos governantes. Poder este representativo, pois a titularidade de poder pertence ao povo e seu exercício é realizado por governantes eleitos pela sociedade (AITH, 2002, p. 2).

Da moderna legislação educacional brasileira, aprovada a partir da década de 1990, e das mudanças estruturais na gestão e na avaliação da educação nacional até as recentes metas estabelecidas no PNE, observa-se a imperiosa inquietação da sociedade brasileira com o ensino público, inclusive com a ostensiva defesa da ampliação dos recursos investidos, concebendo-o como um projeto de Estado, e não uma ação isolada de governo, como assim preconiza Carmo (2014, p. 324).

2.1 A Reforma Educacional dos anos 1990 e as mudanças no Ensino Superior

O termo “Reforma” engloba uma variedade de conceitos. Dessa forma, quando se trata de educação, achamos conveniente adotar o mesmo significado que Stoer (1986) deu ao termo, isto é, conjunto de ações orientadas para “legitimar” determinada tentativa de reestruturação de forma do Estado.

As reformas no âmbito educacional ganharam força a partir da crise do Estado de Bem-estar, quando em todo o mundo, ocorreu um ordenamento das políticas sociais, calcadas no contexto de descentralização do Estado e nos critérios de eficiência e qualidade, complementadas com uma paulatina “transferência das responsabilidades estatais para a comunidade”. No Brasil, por exemplo, em especial no caso da educação, destaca-se a implementação de programas de controle de resultados da performance de alunos e instituições, bem como incremento de parcerias entre Estado-Sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2001 apud DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 2).

Nesse compasso, entende-se, que nos anos 1990, a reforma empreendida tomou a feição da própria política educacional governamental, vista como uma verdadeira “revolução” da educação nacional, concretizada através de legislação, como por exemplo: a LDBEN (Lei 9.394/96), financiamento de programas governamentais e uma série de ações não governamentais que envolveram participações em fóruns, exploração midiática de iniciativas educacionais, campanhas de divulgação das propostas governamentais em publicações oficiais, entre outras iniciativas marcadas pela presença e orientação de intelectuais e organismos nacionais e internacionais (SHIROMA, *et al.*, 2011, p. 10 apud DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 2).

Em síntese, a eclosão dessas transformações no país se deram sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), porém, cabe lembrar que o começo destas se deram nos anos 1970, e foi motivado pela presença da política neoliberal e pela participação dos organismos multilaterais na definição das políticas educacionais os quais colocavam a educação como estratégia para a competitividade e ascensão do país na agenda global (OLIVEIRA, 2010 apud DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 2).

Deve-se mencionar que desde os anos 1970 ganhava proporções no Brasil dois importantes motivos para se fazer reforma educacional: primeiro, um movimento crítico que ansiava por mudanças no sistema educacional, tendo entre suas palavras de ordem, a educação pública gratuita como direito a ser garantido pelo Estado; a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública. Segundo: aliava-se a esse motivo, nos anos 90, o panorama educacional em voga no país, com 22% da população analfabeta e 38% apenas com os primeiros anos do ensino fundamental (4ª série), isto é, a população sem qualificação no país ficava em torno de 60%. Destaque também para a evasão escolar. Sobre essa questão, Santos (2010), comenta que: das 22 milhões de matrículas feitas em 1982, pouco mais de 3 milhões conseguiram chegar ao ensino médio em 1991. Esses dois motivos somam-se a um terceiro: no campo político e econômico a crise do capitalismo global presente na década de 1970 e as polêmicas em torno do papel do Estado levaram o país a uma Reforma Estatal que deu origem ao neoliberalismo.

De acordo com Oliveira (2010), Neoliberalismo é a política liberal readequada para a era da globalização. Globalização esta que coloca o mundo em uma mesma agenda econômica. Lembra Dourado (2007 apud DAMBROS; MUSSIO, 2014, p. 5):

Que o Banco Mundial e as Agências das Organizações das Nações Unidas (ONU), são os principais interlocutores da agenda brasileira. Destaca que estes organismos ditaram as regras de reestruturação econômica e da globalização, no Brasil e na América Latina, enfatizando um contexto de mercantilização e privatização da educação.

Sendo assim, diante deste desafio a reforma educacional teve seus defensores, que a viram acontecer, não simplesmente para atender os anseios e demandas da universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, como também, para posicionar a educação no novo panorama das relações sociais, culturais e econômicas da nova ordem que se desenhou no momento.

Portanto, foi nesse ambiente de desregulação neoliberal que a educação ganhou centralidade. O que se deu em consequência do suporte que proporcionava para o desenvolvimento científico e tecnológico - os quais se revestiam em forças produtivas -, bem como pelas impressões no setor que a regulação de mercado vinha causando, tendo em vista que construía uma nova orientação nos tratos entre a política, o governo e a educação (AZEVEDO, 2004).

Enfim, a Reforma educacional dos anos 90 é resultado das mudanças ocorridas em consequência do capitalismo em âmbito nacional sob o signo do paradigma neoliberal. As reformas traziam imbuídas nas propostas, uma educação mais flexível, competitiva com a finalidade de se ajustar os países, ditos emergentes, ao cenário capitalista globalizado.

Em síntese, a reforma da década de 1990 emerge em um cenário caracterizado por uma crise educacional, cabendo reivindicação para vários fatores. Juntando o desejo da política neoliberal implantada no país, aliada a participação dos organismos internacionais, a educação é vista como forma de questionamento e reestruturação e toma a posição de um caminho possível de modificar a atual situação e levar o país a se posicionar no panorama econômico mundial.

Assim considerando, o vasto volume de informações sobre a reforma ocorrida no campo educacional nos anos 90, achamos conveniente evidenciar apenas alguns aspectos que julgamos necessários para o entendimento de como se delineou as políticas educacionais propostas de acordo com as orientações dos organismos internacionais até a chegada às atuais Políticas de Acesso ao Ensino Superior.

2.1.1 Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior a partir de 1990

Saviani (2008), entende por política educacional as decisões que o Poder Público, ou seja, o Estado, toma em relação à educação. A política educacional no Brasil é marcada por uma sucessão de reformas que têm como objetivo resolver os problemas encontrados na área, e terminam por caracterizá-la como descontínua e sem efetividade.

As políticas públicas são medidas sociais que acompanham, em momento apropriado, as demandas da população e as decisões do governo, e quaisquer que sejam essas políticas sociais, nunca estarão apartadas da sociedade, da democracia, da economia, e precisam ser compreendidas em sua totalidade, dentro de uma dada realidade (VIEIRA, 2004 apud CARMO, 2014, p. 306).

Para o melhor entendimento sobre as políticas de acesso ao Ensino Superior a partir de 1990, faz-se necessário retomar alguns pontos importantes para a história da educação em décadas anteriores, como por exemplo:

1. Durante o período de 1960 e 1970 ocorreram mudanças significativas no ensino superior do Brasil, mudanças essas, caracterizadas por um caráter excludente.

Lima (2007, p. 126), explica esse ponto dizendo:

A identificação da educação como um serviço público não estatal foi operacionalizada como uma crescente desresponsabilização do Estado com a educação superior, por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento e, simultaneamente, do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, sob a aparência de democratização do acesso a educação.

2. O aumento das privatizações do ensino superior neste período foram acentuadas consideravelmente, onde o poder público destinava verbas para a iniciativa privada oferecer tais serviços:

Nunca na história do país foram abertas tantas universidades e faculdades particulares como nos anos 80 e 90 [...]. No Brasil, na década de noventa, a reforma educacional, através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para educação nacional e do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentou-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, caracterizada principalmente pela privatização, entendendo esta como a entrada desenfreada de recursos não públicos para manter as atividades próprias da universidade (FIGUEIREDO, 2005, p. 75).

Dessa forma, ressaltam-se acontecimentos de grande relevância que marcaram a educação brasileira nos anos 1980 e 1990: a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e a Lei nº 9.394/96, a nova LDB, que reunia todos os níveis de ensino em um só texto legal.

Segundo Lima (2007, p. 133), no âmbito mundial, destaque para as discussões travadas acerca da educação no início dos anos 1990: a Conferência Mundial da Educação para Todos, organizada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial, em Jomtien, Tailândia. O tema central das discussões foi batizado pelo lema: “Educação para todos”, que articulava-se à conjuntura política e econômica que marcou o início da década de 1990.

Conforme assevera Araújo (2012, p. 144), uma das principais conquistas da Constituição de 1988 foi inscrever claramente no campo dos direitos sociais a garantia do direito à educação.

A Constituição Federal de 1988 trata a educação como um princípio fundamental, onde é dever do Estado promovê-la e todas as pessoas, indistintamente, têm o direito de obtê-la. Assim, o artigo 205 da Constituição declara que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

Porém, logo após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil vivenciou a contradição entre a aprovação de uma Carta fortemente influenciada por conceitos universalistas de direitos, que direcionava o Estado Brasileiro a assumir compromissos mais próximos do chamado estado de bem-estar social e a hegemonização política de conceitos neoliberais que colocaram na ordem do dia a diminuição do tamanho do Estado, redução de direitos e focalização de políticas públicas (ARAÚJO, 2012, p. 144).

No campo da educação este aspecto tenso aparece em forma de conflito entre dois pontos: expectativas de melhoria da qualidade dos sistemas de ensino e a expansão da oferta educacional e, as restrições orçamentárias derivadas das políticas de ajuste fiscal.

Oliveira e Araújo (2005, p. 145) entendem que a década anterior à promulgação da nova Constituição foi marcada pela demanda na ampliação de vagas, a qual era muito mais forte do que a reflexão sobre a forma que deveria assumir o processo educativo e as condições necessárias para a oferta de um ensino de qualidade.

Qualidade é o que realmente interessa, quando falamos de qualquer tipo de serviço oferecido à sociedade. Tal princípio também vale quando o assunto é educação. Está fora de dúvida que o país necessita de juventude bem educada, como a sua maior garantia para assegurar o progresso, desenvolvimento e madureza da sociedade atual e vindoura. Famílias e estudantes procuram melhorar a vida, investindo na educação, na crença de que assim realizam os seus sonhos. Simplesmente todos nós acreditamos que a escola faz a diferença (JULLIATTO, 2005, p. 47).

Esse cenário retrata o peso que a garantia do acesso ganhou na construção do capítulo da educação. A influência da visão que aceitava a redução do tamanho do Estado Brasileiro implicou no fomento a um modelo de expansão educacional precarizado e grandemente preso no compartilhamento da obrigação constitucional com a iniciativa privada.

Registros históricos nos levam acreditar, que em linhas gerais os governos brasileiros compartilham com as políticas elaboradas e direcionadas pelos organismos internacionais, defendendo um Estado que consolide e represente as políticas educacionais desses sujeitos políticos do capital. Na concepção de Lima (2005, p. 45), o processo de contrarreforma do Estado toma proporções significativas no Brasil de 1990, no governo Fernando Collor, aprofundando a política do Estado – diminuição da execução e dos investimentos na área social; a privatização do patrimônio nacional; o ajuste fiscal; abertura do mercado brasileiro; e a desregulamentação do mercado de trabalho e da legislação.

Nessa primeira fase da contrarreforma universitária, que o Brasil era governado pelo presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), depois sucedido pelo governo de Itamar Franco (1993-1994), os quais propunham ações para a educação, com base nas 'noções de equidade, eficiência e competitividade na educação' (LIMA, 2007, p. 132).

Nesta linha de raciocínio, Queiroz (2015, p. 45) entende que sob o discurso de “democratização do acesso”, os organismos internacionais indicam a eliminação das fronteiras entre o público e privado, a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições com fins lucrativos. Segundo Rodrigues (2012, p. 42), a expansão da Educação Superior no Brasil tem se dado fundamentalmente a partir do crescimento de IES privadas. Instituições que tem buscado se construir como empresas prestadoras de serviços educacionais fortemente atreladas às demandas do mercado.

Nesse sentido, Ribeiro (1969, p. 141), sabiamente esclarece que a expansão do Ensino Superior nos moldes que sonhamos só acontecerá, principalmente, devido a pressão de grupos sociais em acessão que aspiram ingressar na universidade. Endossa, ainda essa questão com a seguinte afirmação:

É dever iniludível do sistema universitário absorver todos os jovens que buscam formação de nível superior antes se se incorporar à força de trabalho, ou desejosos de melhorar sua posição nela: cumpre-lhe oferecer-lhes a oportunidade de alcançar o nível mais elevado de qualificação que forem capazes de atingir em competição com todos os demais. Qualquer limitação imposta ao exercício deste dever com fundamento em razões econômico-orçamentárias ou acadêmicas deve ser cuidadosamente examinada, para eliminação da possibilidade de tratar-se de simulação encobridora de critérios elitistas antipopulares (RIBEIRO, 1969, p. 141).

Vale lembrar que a expansão da Educação Superior no setor privado não nasce na década de 1990, registros mostram que durante o período civil-militar já eram implementadas políticas educacionais como estratégias para fortalecer esse setor de ensino, a exemplo podemos citar, o Programa Pioneiro de Crédito Educativo (PCE), instituído em 1975, com a finalidade de destinar recursos públicos direto para às IES privadas e com isso expandir o número de matrículas nessas instituições.

Em 1992, o governo de Fernando Collor, reformula e institucionaliza o “Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes” (CREDUC) por meio da Lei n. 8.436, de 25 de junho de 1992. O CREDUC era financiado por meio de recursos públicos, depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior (privada) participante do programa (QUEIROZ, 2015, p. 46).

Em 1996 foi implantada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9.394/96, que definiu mudanças para o ensino superior público e privado. Entre as inúmeras mudanças trazidas por essa lei, merece destaque: a obrigação indissociável do ensino, pesquisa e extensão nas universidades; como também, o ensino público ganhou mais autonomia, levando as instituições a administrar o seu próprio orçamento e realizar parcerias (público-privado).

É conveniente lembrar que algumas ações possibilitaram a expansão da educação superior. Entre elas, as que foram conquistadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). Segundo Costa (2010) e Ghelere (2014, p. 42), o crescimento econômico a partir da industrialização exigiu trabalhadores cada vez mais qualificado, fazendo com que governos direcionassem sua atenção à educação em todos os níveis.

Neste momento, houve a determinação de que a União encaminhasse ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação - PNE.

O PNE ancora-se na legislação brasileira e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, diz que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (Lei n. 9.394/96), determina que a União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (AGUIAR, 2010, p. 709).

Em 1999, foi criado, através da Medida Provisória n. 1.827, de 27 de maio de 1999 e, oficializada em 12 de junho de 2001 pela Lei n. 10.260/2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), com as mesmas fontes de recursos do CREDUC. Ressalta-se, que o cenário educacional privatista não foi somente mantido mais ampliado durante o governo de FHC.

Segundo Carmo (2014, p. 306), após anos de baixos investimentos na educação superior registrados nos governos de Fernando Henrique e seus antecessores, a retomada da valorização e do crescimento desse nível de ensino ocorreu nos dois mandatos do governo Lula, quando foram tomadas as principais medidas para criação de programas de incentivo ao acesso e à permanência do estudante na universidade como o **PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI**. Além da ampliação e abrangência dos programas já existentes, como o Fundo de Financiamento Estudantil FIES.

O Plano Nacional de Educação (2001-2010), aprovado - teve como objetivos e prioridades a elevação global do nível de educação da população, melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública, e na democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2001), apresentando-se como caminho a ser trilhado pela educação.

Uma importante referência da histórica disputa entre as concepções antagônicas de educação pode ser identificada nos embates em torno do Plano Nacional de Educação 2001. Segundo Lima (2015, p. 34) um dos principais sujeitos coletivos que atuou nesta disputa foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública constituído em 1987 por entidades científicas, acadêmicas, sindicais, estudantis e

movimentos populares de âmbito nacional, reivindicando a universalização da educação pública, gratuita, laica, com qualidade social, em todos os níveis.

O Plano Nacional de Educação 2001-2010 foi aprovado com vários vetos presidenciais, anulando os subitens do Plano que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, especialmente aquele que tratava da alocação de 7% do PIB para a Educação. Esses vetos estão inscritos no contexto de ampliação do número de IES privadas e de privatização interna das IES públicas. Segundo informações disponibilizadas no Censo 2002, ao final do governo Fernando Henrique Cardoso o ingresso em IES públicas somavam 320.354, enquanto nas IES privadas 1.090.854. Esse quadro justifica-se, em grande medida, pela ação do FIES – Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, e oficializado em 12 de julho de 2001 pela Lei 10.260/2001 – concedendo financiamento aos estudantes das IES privadas (LIMA, 2015, p. 34).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024) foi aprovado em 25 de junho de 2014, com vigência até 24 de junho de 2024, tem como objetivo orientar as políticas educacionais no País para os próximos dez anos e articular a instalação do Sistema Nacional de Educação. Resultou de intensas discussões em um processo que contou com a participação popular e foi aprovado pelo Congresso Nacional após três anos e meio de tramitação (SCHEIBE, 2014, p. 227).

As disputas sociais e de classes estão presentes no interior do Plano especialmente no que se refere à concessão de verbas públicas à iniciativa privada; ao esforço fiscal dos entes públicos para atingir a meta de 10% do PIB para a educação; aos quesitos que dizem respeito à valorização dos profissionais da educação, tais como a universalização do acesso à formação/profissionalização de todos/as os/as trabalhadores/as escolares, a efetiva implementação do piso nacional, a regulamentação das diretrizes nacionais para a carreira de professores, especialistas e funcionários da educação, a redução dos precários contratos temporários de trabalho junto às redes de ensino; à gestão democrática em todas as escolas e sistemas escolares, entre outras questões (SCHEIBE, 2014, p. 228).

Esse plano estabelece **diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação**. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos — considerando a situação, as demandas e necessidades locais (BRASIL, 2014).

As metas, estratégias e diretrizes precisam ser definidas de modo a contemplar a melhoria da educação em face da realidade apresentada.

DIRETRIZES: indica a direção a seguir na caminhada, balizada pelas políticas e por princípios indicando o rumo a seguir e o futuro desejado. Estabelecem as definições normativas das políticas.

METAS: Constituem objetivos quantificados e datados. Representam o compromisso dos governos e da sociedade, orientando a ação dos agentes públicos e controle social.

ESTRATÉGIAS: devem constituir programas definidores das ações do governo para alcançar as metas (BORDIGNON, 2014, p. 31-32).

As metas do Plano Nacional de Educação, em consonância com as fontes oficiais, mostram que fazem parte do **primeiro grupo as metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que se referem ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais** (Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11); (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 4).

O **segundo grupo de metas versam a respeito especificamente da redução das desigualdades e da valorização da diversidade**, destinos imprescindíveis para a equidade (Metas 4 e 8). A política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita. A Meta 8 trata da elevação da escolaridade da população de 18 a 29 anos, especialmente, as populações do campo, igualando a escolaridade entre negros e não negros (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 5).

Com relação ao **terceiro grupo de metas cabe dizer que este visa à valorização dos profissionais da educação**, vista como meta estratégica extremamente necessária para que as metas contidas nos outros grupos sejam atingidas (Metas 15 a 18). Um quadro de profissionais da educação motivados e comprometidos com os estudantes de uma escola é indispensável para o sucesso de uma política educacional que busque a qualidade referenciada na Constituição Brasileira. Planos de carreira, salários atrativos, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada e formas criteriosas de seleção são requisitos para a definição de uma equipe de profissionais com o perfil necessário à melhoria da qualidade da educação básica pública (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 5).

Em relação à Educação superior, as metas 12, 13 e 14 visam respectivamente, da elevação da taxa de matrícula neste nível de ensino, da qualificação do corpo e da elevação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e

doutorado). Lembra Lima (2015, p. 40) que as estratégias para alcançar as metas do PNE estão relacionadas com as metas de expansão e estruturação político-pedagógica do Reuni; a expansão do FIES, para a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, inclusive a distância; o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); ampliação do Ensino a Distância/EAD através da Universidade Aberta do Brasil/UAB.

Analisando de maneira geral as metas do Plano Nacional de Educação, segundo os documentos oficiais, pode-se afirmar que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 indica o aprofundamento do privatismo e da certificação em larga escala como eixos condutores da política de educação brasileira, especialmente a Educação Superior, pelos próximos dez anos. Tal indicativo está expresso nas metas e estratégias do novo PNE que transformam o REUNI em uma política de Estado, bem como aquelas metas e estratégias que ampliam a ação do setor privado na educação, através do FIES para a graduação e para a pós-graduação *stricto sensu*, assim assevera Lima (2015, p. 36).

As metas centrais do Reuni estão presentes nas metas do novo PNE para a Educação Superior, especialmente, a otimização da capacidade instalada da infraestrutura; a elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90%; a elevação da relação professor/aluno; e a implementação de estratégias de aproveitamento de créditos e de inovações acadêmicas, eixos estruturantes do Decreto nº 6.096/07 (BRASIL, 2007).

Avançando no estudo das metas e estratégias da referida Lei percebemos um movimento de continuidades e aprofundamentos dos eixos fundantes da política de educação existente no período 2003-2013. Tal movimento acontece, entre outros, em relação a expansão da oferta educacional pelas parcerias público-privadas na Educação. Nesse cenário observamos que algumas metas do novo PNE e suas respectivas estratégias mostram uma nova face/fase da privatização da educação brasileira via parceria público-privada (LIMA, 2015, p. 39).

Também estão presentes outros grandes desafios, como o fortalecimento da gestão democrática, com leis específicas que a normatizem em cada rede ou sistema de ensino. Esses são elementos imprescindíveis do Sistema Nacional de Educação a ser instituído, conforme preveem, especialmente, as metas 19 e 20 do PNE. A Meta 20, que trata da ampliação do investimento público em educação, indica que o patamar de 10% do PIB deverá ser atingido em 10 anos.

O conteúdo desta meta articulado com a indicação do FIES como fonte de financiamento da educação superior, evidencia-se de que forma o PNE (Lei 13.005/14) privilegia os subsídios para o setor privado da educação, pois a estratégia 12.6 objetiva expandir o financiamento estudantil por meio do FIES, de que trata a Lei nº 10.260/01, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, e a estratégia 12.20 propõe ampliar no âmbito do FIES e do PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096/05, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores privados presenciais ou a distância (LIMA, 2015, p. 40).

Assim, a título de conclusão percebe-se que as estratégias para alcançar as metas de expansão da Educação superior no novo Plano Nacional de Educação estão relacionadas com as metas do Reuni. No Plano (Lei 13.005/2014), o Reuni deixa de ser uma política de governo para tornar-se uma política de Estado, desconsiderando as críticas à expansão precarizada efetivada nas universidades federais. Resumindo: O PNE (2014-2024) tem como uma de suas metas atingir uma taxa líquida de 33%, uma taxa bruta de 50%, e 40% das novas matrículas precisam ocorrer no setor público. Há portanto, que se elevar o quantitativo de matrículas públicas mais que as privadas, e isso só será possível se os recursos públicos se dirigirem às instituições públicas, interrompendo esse caminho percorrido, desde 1995, por meio da relação público-privado, assim assevera Chaves (2016, p. 69).

Assim entende-se que há efetiva relação entre as metas do PNE e os compromissos de mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro. A ampliação de vagas e a melhoria das condições materiais de acesso e permanência na escola, de condições de trabalho e salário dos profissionais da educação deverão vir acompanhado das mudanças subjetivas que permitam considerar nossos estudantes, independentemente de seu berço e sobrenome, cidadãos com direitos de aprendizagem e desenvolvimento a serem garantidos.

Nessa perspectiva, não pode importar a região do País em que se viva ou as condições de classe sob as quais se tenha nascido, pois o Estado brasileiro cabe garantir a todos uma escola de qualidade.

2.1.2 Estratégias de democratização e acesso ao Ensino Superior

Desde a época do Brasil Colônia o país tem como característica marcante a desigualdade, sempre presente na sua estrutura econômica e social. Percebe-se que uma das principais causas dessa realidade é a concentração de riqueza que

proporciona desigualdades sociais que se fazem presentes em vários espaços da sociedade, tais como: regiões, estados e municípios, meio rural e urbano, centro e periferia e, principalmente entre raças. Esse cenário desigual compromete a qualidade de vida da população, resultando em números expressivos de analfabetismo, índice de mortalidade infantil, expectativa de vida.

No bojo desse processo, encontra-se a educação, imbuída no papel de responsável pela promoção do desenvolvimento do país. Porém, o acesso à educação e sobretudo a educação superior, desde os primórdios teve o seu acesso restrito a uma pequena parcela elitizada da sociedade.

A educação superior brasileira se ressentida por desigualdades que comprometem, ainda hoje, a garantia do direito pleno à educação para amplos setores da população. Por estar num grau mais avançado da escolarização, essas disparidades aumentam à medida que se somam as desigualdades construídas ao longo da trajetória dos estudantes. Porém, não se pode deixar de considerar que mesmo mais tardio que a educação básica, este nível de ensino tem passado por um processo de democratização.

Segundo Carmo (2014, p. 306), a partir da primeira década do século 21, a procura pela formação profissional qualificada e pelo ensino superior cresceu vertiginosamente, com a busca elevada por parte dos jovens estudantes e de uma população fora da faixa de idade – em virtude de uma demanda reprimida que se acumulou por décadas – por cursos superiores oferecidos por instituições privadas, em virtude do número de vagas reduzidas oferecidas nas instituições públicas.

Ciente dessa necessidade, os governos nas três esferas (federal, estadual, municipal) passaram a criar e ofertar “Programas de Democratização” do acesso ao ensino superior. Lembra Carmo (2014, p. 307), que com a criação de programas populares o quantitativo de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES), saltou de 3.036.113, em 2001, para 6.379, em 2010.

Dentre essas ações, no âmbito federal, citamos: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), como também a ampliação de abrangência dos programas já em andamento, a exemplo do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), já citado acima.

Vale lembrar também, o programa de seleção à admissão no ensino superior - Enem, que foi instituído em 1998. Programa este que, através de medida tomada pelo

governo federal, democratizou a participação em massa dos estudantes, garantindo a participação dos alunos de escolas públicas com a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

É importante ressaltar, que essa democratização realmente se fez presente, com a popularização definitiva do Enem em 2004, com a vinculação da concessão de bolsas em instituições privadas à nota obtida nesse exame. Assim, a finalidade do Enem vai além de um instrumento de exame nacional de seleção para diversas universidades, mas também pode ser visto como um marco que seguiu ao lado das mudanças educacionais provindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Na busca para democratizar o ensino superior nas universidades públicas e privadas, o governo estabeleceu, como uma das metas, a partir do projeto de lei do Plano Nacional de Educação, elevar a taxa líquida de matrícula no ensino superior para 33% da população com idade entre 18 e 24 anos (BRASIL, 2013, p. 13).

Segundo o Censo da Educação Superior, apenas cerca de 14,6% dessa população se encontra matriculada neste nível de ensino (INEP, 2011). Objetivando a ascensão social para conquistar espaços até então inacessíveis, estudantes oriundos das camadas populares, a partir do ingresso no ensino superior, estão tendo a possibilidade de reivindicar melhores condições de vida por meio do acesso à educação.

Na tabela abaixo observa-se o número de matrículas no ensino público em relação ao ensino privado no período de 1933 a 2010.

Tabela 1 - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933 – 2010).

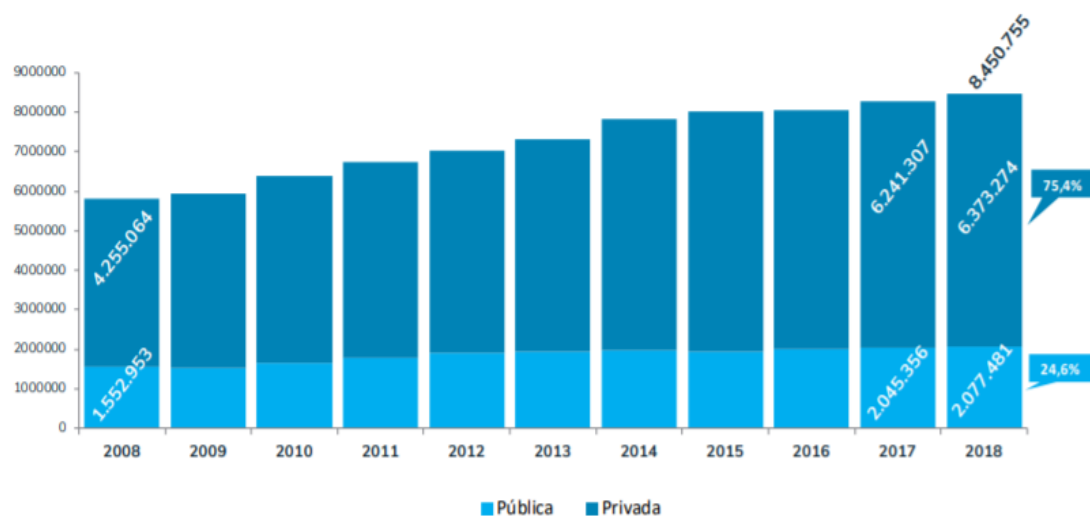
Ano	Público		Privado		Total
	Número	%	Número	%	
1933	18.986	56,3%	14.737	43,7%	33.723
1945	21.307	51,6%	19.968	48,4%	41.275
1960	59.624	58,6%	42.067	41,4%	101.691
1970	210.613	49,5%	214.865	50,5%	425.478
1980	492.232	35,7%	885.054	64,3%	1.377.286
1990	578.625	37,6%	961.455	62,4%	1.540.080
2000	887.026	33,0%	1.807.219	67,0%	2.694.245
2001	944.584	31,1%	2.091.529	68,9%	3.036.113 *
2002	1.085.977	30,8%	2.434.650	69,2%	3.520.627
2003	1.176.174	29,9%	2.760.759	70,1%	3.936.933
2004	1.214.317	28,8%	3.009.027	71,2%	4.223.344
2005	1.246.704	27,3%	3.321.094	72,7%	4.567.798
2006	1.251.365	25,6%	3.632.487	74,4%	4.883.852
2007	1.335.177	25,4%	3.914.970	74,6%	5.250.147
2008	1.552.953	26,7%	4.255.064	73,3%	5.808.017
2009	1.523.864	25,6%	4.430.157	74,4%	5.954.021
2010	1.643.298	25,8%	4.736.001	74,2%	6.379.299

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (*) incluindo EAD.

A tabela acima permite constatar que o acesso ao ensino superior, por meio da democratização teria duas vias possíveis: uma fundamentada na ampliação de vagas para matrículas na rede de ensino pública e outra mais breve que seria na implementação de vagas por meio da rede de ensino privada.

Conforme os dados, a segunda via parece ter sido a escolha dos governos, sobretudo a partir da década de 1980 quando as matrículas no ensino superior privado (64,3%) quase dobraram em relação às matrículas nas redes públicas (35,7%). Continuando num ritmo crescente nas décadas subsequentes, chega-se aos dias atuais, segundo o Censo da Educação Superior de 2018, num percentual de 75,4% nas IES privadas contra 24,6% nas públicas, conforme visualizado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico1 – Matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil – 2008-2018



Fonte: Extraído do Censo da Educação Superior de 2018 (BRASIL, 2019).

Atualmente, existe um grande número de indivíduos que conseguiram adentrar no ensino superior, mas, devido às condições econômicas desfavoráveis, enfrentam, neste espaço, muitas dificuldades que poderiam ser compensadas neste novo cenário caso suas realidades de vida não fossem marcadas por tantas carências. Por outro lado, mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, existe ainda um grande número de jovens e adultos egressos do ensino médio que não conseguiram conquistar esse espaço.

No decorrer dos anos 2000, o governo federal objetivando reverter o quadro de desigualdades apresentadas diante dos excedentes de jovens marginalizados socialmente, (sujeitos vitimados pela pobreza) buscou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, buscando atender às aspirações da sociedade e diminuindo a desigualdade social. Na área da educação, esses sujeitos são os quase 18 milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza que fazem parte do Programa Bolsa Família e chegam a cada dia às escolas públicas (ARROYO, 2017, p. 147).

A pobreza e as desigualdades sociais são temas extremamente complexos e as concepções, causas e soluções a respeito desses dois fenômenos são diversos. A falta de educação no sentido de escolarização é apontada em muitos estudos, entre eles os de Garcia (2012, p. 15) como uma das principais causas da pobreza, e, como

solução, é apresentado o acesso à escola. Para os que assim entendem, pessoas escolarizadas conseguem responder às demandas e, portanto, têm maiores possibilidades de acesso a emprego, o que permitiria a saída da condição de extrema pobreza, diminuindo as desigualdades sociais.

Vale ressaltar que a política pública instituída pelo Governo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no período de (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011), persegue a inclusão social e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades por meio da edição de programa que visa, precipuamente, a garantir o acesso universitário à população de menor capacidade econômica, de acordo, sobretudo, com os critérios de faixa de renda fixados na legislação. Tal é, como se infere, a lógica político-normativa da legislação e, também, o espírito conformador do texto legal, cuja direção, por certo, toma a trilha da inserção socioeconômica de um nicho bastante específico da população brasileira, qual seja: aqueles cuja renda não supera o patamar de três salários mínimos per capita, considerando o núcleo familiar formador (GARCIA, 2012, p. 16).

Nesse sentido, o PROUNI atende a uma necessidade premente brasileira, que é o ingresso da população brasileira no ensino superior, principalmente a grande parcela mais jovem e pobre, que historicamente está fora desse circuito, mas dentro das principais dimensões das questões socioeconômicas diretamente associadas ao que buscam as políticas públicas dos últimos anos, quais sejam: a cor do estudante; a renda mensal da família do estudante; a origem escolar do estudante; e a escolaridade dos pais do estudante.

Percebe-se que o traço marcante do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação beneficiados pela bolsa PROUNI é a renda familiar. Para que se compreenda melhor o que acontece no cenário brasileiro é preciso ressaltar que apenas 7% das famílias brasileiras possuem renda mensal superior a 10 salários mínimos. Também há de se considerar os altos percentuais de alunos originários da escola pública compondo esse perfil, o que mostra que há uma forte correlação entre renda familiar, origem escolar, cor, trabalho e escolaridade dos pais.

Os resultados das políticas de democratização do acesso à educação superior tomadas na década de 2000 pelo governo Lula e pelo ministro Haddad podem ser verificadas no crescimento das matrículas nas IES públicas federais. No início da década seguinte, já em 2010, entraram 2.182.229 novos alunos no curso de graduação, o que corresponde a um aumento superior a 100% em relação ao ano 2000. As matrículas nas

universidades federais tiveram proporcionalmente, a maior elevação no número de ingressos – 140% -, superando inclusive, as IES privadas que registraram um aumento de 115% (CARMO, 2014, p. 310).

Assim, nessa esteira da democratização do acesso à educação superior às camadas mais empobrecidas da população brasileira surge – O PROUNI. cujo objetivo primordial é democratizar o acesso do jovem carente financeiramente, sobretudo os remanescentes da escola pública, à educação superior.

O princípio do PROUNI segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado, cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010. Pretende, ainda, atender ao aumento da demanda por acesso à educação superior, valendo-se da alta ociosidade do ensino superior privado (35% das vagas em 2002, 42% em 2003 e 49,5% em 2004) (CATANI; HEY; GILIOI, 2006, p. 127).

2.2 O PROUNI como política de acesso ao ensino superior: aspectos legais

O PROUNI – Programa Universidade para Todos – tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Em troca o governo federal isenta de impostos as instituições que se vincularem ao Programa. O PROUNI foi criado pelo governo federal em 2004 e institucionalizado somente no ano seguinte, com o advento da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (PEREIRA, 2017, p. 6).

As instituições que aderissem ao PROUNI teriam os benefícios de isenções fiscais, tais como: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). O que demonstra que um número significativo de impostos deixa de ser recolhido e revertido em prol de bolsas de estudos (PEREIRA, 2017, p. 5).

Quadro 1 – Alíquotas e base de cálculo dos tributos federais, por categoria de IES no Brasil (2005)

Tributos	Lucrativa		Confissional Comunitária		Filantrópica	
	Atual	PROUNI	Atual	PROUNI	Atual	PROUNI
IRPJ	25% lucro	-	-	-	-	-
CSSL	9% lucro	-	-	-	-	-
COFINS	7,6 % lucro	-	3% receita	-	-	-
PIS	1,65 receita	-	1% receita	-	1,6%	-
INSS Patronal	20% folha	20% folha	20% folha	20% folha	-	-

Fonte: CARVALHO, Cristina H. A; LOPREATO, Francisco I. C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o Prouni no Governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

O PROUNI, a qual o acesso ocorre por meio da realização do ENEM, foi criado em 2004 para conceder bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes carentes. O PROUNI ainda possui políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes negros, pardos ou indígenas e também para portadores de deficiências. Caracterizado como um programa de subsídio do governo federal proporciona dois tipos de bolsa: a integral, para estudantes que possuem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio; e parcial, de 50% para estudantes com renda bruta familiar *per capita* de até três salários mínimos.

Para se candidatar ao PROUNI, é preciso ter participado do Enem e alcançado uma pontuação mínima estabelecida pelo programa. As notas do Enem são utilizadas como critério de distribuição de bolsas. Outro critério para obter bolsa do PROUNI é ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista. Também podem ser beneficiados os professores da rede pública que optem por fazer curso de licenciatura. Em 2005, o governo criou bolsa permanência para atender alunos matriculados em cursos de tempo integral e aos bolsistas integrais do PROUNI, com uma ajuda de custo para as despesas com transporte e alimentação (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 135).

Em se tratando do ordenamento jurídico que regula o programa, é interessante mencionar que os 23 artigos que compõem a Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, não são todos voltados especificamente para o PROUNI. O que se verifica claramente no texto da sua ementa.

Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (BRASIL, 2005).

Neste sentido, os beneficiários do programa abarcados pela lei que o regulamenta, são objeto dos quatro primeiros artigos. Por exemplo: ao art. 1º, cabe a instituição do PROUNI e dá providências para que o referido programa fique sob o gerenciamento do Ministério da Educação (MEC). A definição do que o programa é, e, qual a sua finalidade pode ser observada no caput do 1º art.

Art. 1º [...] destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudos parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005 apud MOREIRA, 2019, p. 207).

Prosseguindo, à análise do primeiro artigo, vimos que seus parágrafos (1º e 2º), expressam quais as condições legais que os candidatos precisam preencher para obter a concessão de bolsas parciais e integrais:

As bolsas integrais podem ser concedidas a brasileiros que não tenham diploma de curso superior, com renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio (§1º); as bolsas parciais (50% ou de 25%) podem ser concedidas a brasileiros que não tenham diploma de curso superior, com renda *per capita* familiar de até três salários mínimos e com critérios de distribuição a serem definidos em regulamento do ME (§2º) (BRASIL, 2005).

Porém, além dos requisitos expressos no art. 1º, outros muito importantes devem ser observados no art. 2º pelos candidatos à concessão de bolsas:

Art. 2º {...} I – estudante que tenha cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública ou que tenha cursado em escola privada, na condição de bolsista integral; II – estudante com deficiência nos termos da lei; III – professor da rede pública de educação básica, independentemente da renda, desde que para cursos de licenciatura, pedagogia ou normal superior (BRASIL, 2005).

Cabe ao Art. 3º da referida Lei elencar os mecanismos de seleção dos beneficiários. Entre os critérios está: o desempenho no Enem e o perfil socioeconômico do candidato (declarado para a realização do exame). Cabe lembrar que outros critérios podem ser observados pelo Ministério da Educação, uma vez que cabe ao ME a pré-seleção dos candidatos. Às instituições de ensino superior (IES) com base em critérios peculiares a cada instituição é reservada a última etapa desse processo de seleção.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas (BRASIL, 2005).

No Art. 4º, a mencionada Lei garante o tratamento imparcial, igual para todos, ou seja, garante que todos os bolsistas ou não bolsistas, sejam regidos pelo mesmo preceito legal.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do PROUNI, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição (BRASIL, 2005).

Nota-se que a partir do Art. 5º a Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, direciona seu escopo para as IES, onde deixa claro a diferenciação dispensada entre as instituições beneficentes sem fins lucrativos e as outras instituições. O tratamento diferenciado pode ser observado ao se comparar o caput do art. 5º com o caput do art. 10 (MOREIRA, SOUZA, 2019, p. 208).

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo PROUNI, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 10 desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

Moreira e Souza (2019, p. 209), ressaltam a possibilidade concedida às IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes, de adotar outros critérios para distribuição de bolsas em razão da receita anual. É o que se observa no § 4º do Art. 5º.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do PROUNI, efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, em cursos de graduação ou sequencial de formação específica (BRASIL, 2005).

Outras disposições não menos importantes compõem o texto do Art. 6º da lei em estudo: trata da evasão de bolsistas. Embora, a figura da evasão faça parte do contexto de qualquer instituição de ensino, o texto que cria o programa não prevê essa situação e nem antecipa soluções em caso desse acontecimento vier a se fazer presente. O texto vê a evasão dos bolsistas como uma eventualidade e não como um problema que pede estudo de medidas antecipadas que possam reverter essa realidade. A solução encontrada em caso de evasão de bolsistas é a proporção de bolsas por matrículas pagas seja estabelecida.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção (BRASIL, 2005).

Moreira e Souza (2019, p. 210), explicam que, visando amenizar esse problema, com o objetivo de garantir a permanência dos bolsistas nos cursos, o ME –

Ministério da Educação, publicou duas portarias: a Portaria nº. 596, de 23 de fevereiro de 2006, que sofreu alteração pela Portaria 1.515, de 31 de agosto de 2006, instituiu a concessão de bolsa-permanência no valor de R\$ 300,00 aos bolsistas integrais cujos cursos tenham no mínimo seis semestres e seis horas de atividades diárias.

Destaque também para o Art. 7º da Lei, que imprime no seu preceito legal uma política de ação afirmativa ao considerar as desigualdades educacionais entre grupos étnico-raciais. Bem como, priorizar como exigência que as bolsas sejam distribuídas, no mínimo, o percentual de pretos, pardos e indígenas na unidade da federação (UF) em que está localizada a instituição de acordo com o Censo do IBGE (BRASIL, 2005 apud MOREIRA; SOUZA, 2019, p. 210).

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao PROUNI, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - Proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - Percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos Artigos. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do PROUNI, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Ao Art. 8º coube isentar as instituições participantes do programa do pagamento dos impostos elencados em seu texto:

Art. 8º A instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

- I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social;
- IV - Contribuição para o Programa de Integração Social.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º A isenção de que trata este artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas.

Sob o ponto de vista da isenção de impostos e na forma da Lei, percebe-se que o PROUNI propicia o acesso. Porém, essa questão dá ao programa um caráter de instrumento de renúncia fiscal, em consequência da isenção de impostos atrelado a concessão de bolsas do programa e a disponibilidade de vagas nas IES privadas. Essa realmente é uma das questões mais expoentes que e o envolve.

Com relação a isenção fiscal e ao seu benefício direcionado às IES privadas, Lima; Prado; Vieira (2011, p. 147) lembram o tipo de instituições que podem ser contempladas com a isenção fiscal. Dentre estas, as maiores beneficiadas ao ofertar bolsas do PROUNI, em maior escala, encontram-se as Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos que contabilizou 294.365 (49% bolsistas em 2009). Em segundo lugar estão as entidades beneficentes de assistência social, com 171.069 bolsistas (29%); em terceiro lugar ficaram as instituições sem fins lucrativos não beneficentes isentas, com o número de bolsistas e o percentual correspondente de 130.282 (22%) em consonância com os do SISPROUNI (BRASIL, 2005, 2009).

Sobre essa questão é importante dizer que a isenção fiscal e a efetividade do preenchimento das bolsas PROUNI gerou um problema sério com relação as IES privadas: a ociosidade de bolsas, em troca de isenção fiscal integral dos tributos previstos pela adesão do PROUNI por parte das IES. Em vista dessa situação, o Programa reveste-se de um instrumento que beneficia claramente as IES com fins lucrativos, fazendo com que contribua para redefinição do papel do Estado na oferta da Educação Superior (MANCIBO, 2004 apud COSTA; FERREIRA, 2017, p. 141).

E por fim, o Art. 9º da Lei nº 11.096/2005 traz a previsão de sanções administrativas para as IES que vierem a desrespeitar as obrigações assumidas oriundas da adesão ao programa:

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do PROUNI, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do PROUNI, aplicando-se o disposto nos artigos 32 e 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Pereira (2017, p. 7), ressalta que o PROUNI estava inserido na reforma universitária do governo Lula e durante o governo da Presidente Dilma deu-se sequência a sua expansão, persistindo na lógica da privatização da educação superior. Vale mencionar que a construção do programa até a sua aprovação como projeto de lei foi marcada por momentos tensos, onde muitas concessões foram realizadas, atingindo diretamente as políticas das instituições de ensino superior privadas e filantrópicas brasileiras.

O que se pode extrair de todas as informações sobre o PROUNI, esboçadas neste tópico do estudo pode ser sintetizada no quadro abaixo:

Quadro 2 - Sinopse do programa

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS	
1. OBJETIVO: Garantia de Direitos	O Programa busca a garantia de dois direitos previstos na Constituição Federal: a) Educação (Art. 206 da CF): o Programa busca ampliar o acesso à educação superior; b) Igualdade (Art. 5º da CF): um dos objetivos do PROUNI é a promoção da igualdade de oportunidades, favorecendo os alunos desprovidos de recursos para pagar um curso em IES privadas terem a mesma educação de qualidade que os que podem pagar desfrutam.
2. AGENTES DO PROGRAMA: Governamentais e não governamentais	a) Agente Governamental: O Ministério da Educação é o Agente governamental responsável pelo programa; b) Agente Não Governamental: são as Entidades Benéficas de Assistência Social. A Lei faculta a adesão ao programa. Se optarem pela participação, terão que assinar o “Termo de Adesão”, onde se comprometem por 10 anos. Se houver

	interesse por parte da instituição, esse tempo poderá ser renovado por período igual.
3. PÚBLICO ALVO:	O público alvo do PROUNI, são os estudantes recém-formados no Ensino Médio na rede pública e bolsistas integrais na rede particular que se enquadrem na renda familiar <i>per capita</i> que não ultrapasse o máximo de três salários mínimos
4. CONDICIONALIDADES:	a) Inserção de um mínimo de 30 jovens entre 18 e 24 anos de idade (meta estabelecida pelo PNE/2001); b) Tipo de escola que o bolsista estudou durante o ensino médio: visto que uma das principais condicionalidades do programa é que ao se candidatar a bolsa consiga comprovar que estudou integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em estabelecimento privado na condição de bolsista; c) Faixas de renda familiar: para pleitear a bolsa integral a condição é a comprovação de renda <i>per capita</i> de até 1,5 salários mínimos; d) Perfil étnico-racial dos bolsistas: essa é uma condicionalidade muito importante pelo fato que a proporção de pretos, pardos e indígenas na Unidade da Federação em que está situada a IES (conforme contagem do IBGE), deve ser observada no momento da distribuição das bolsas.
4. BENEFÍCIOS: Isenção de Impostos	A Lei 11.096/2005 em seu art. 8º garante a isenção dos impostos previstos em seu texto para as instituições privadas cadastradas no programa, visando preencher vagas ociosas preexistentes nas universidades.
5. INCENTIVO: permanência dos bolsistas nas IES	Visando incentivar a permanência dos bolsistas nas instituições de ensino superior, o programa por meio de convênios dispõe também de “Bolsa Permanência”, além dos convênios de estágios MEC/CAIXA e, ainda o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, o qual oportuniza o aluno bolsista não integral o financiamento de todo o montante da mensalidade que o programa não cobre.

Fonte: Lei 11.096/2005.

Em síntese, observa-se que o PROUNI oportuniza: a) preenchimento de vagas ociosas geradas pela falta de alunos pagantes nas IES privadas; b) isenção fiscal às IES parceiras, desobrigando-as até mesmo de quase todos os tributos federais, como é o caso das IES com fins lucrativos; c) encaminhamento de bolsistas para os cursos de menor concorrência, atendendo um público sem perspectiva de ingressar em instituições de ensino superior privada, em virtude de carência financeira que não permitiria a estes pagar mensalidades de um curso superior.

É importante acrescentar que os estudantes de classes populares na maioria das vezes não têm oportunidade de fazer escolhas sobre sua escolarização. Como por exemplo, a opção por um determinado curso superior pode significar uma “não-escolha” devido não conseguir entrar no curso nem na instituição que pretendia estudar. Os entraves que marcam as possibilidades de ingresso e os fluxos escolares do ensino fundamental e médio colaboram para a baixa inserção dos jovens de 18 a

24 anos no ensino superior, indicando claras limitações na viabilização dos direitos constitucionais sugeridos para essa área da vida social.

Assim, com base em todos esses aspectos analisados de uma forma geral, nos cabe agora identificar o bolsista PROUNI da Faculdade ITOP; o perfil socioeconômico e cultural desse egresso e, em contrapartida se o Programa contribui de forma efetiva para a democratização do acesso e da permanência na Educação Superior dos estudantes bolsistas do PROUNI desta IES. Para tanto, será conveniente, antes, trazer alguns dados numéricos publicados pelo SISPROUNI (site oficial do PROUNI) sobre o desenvolvimento do Programa no Brasil, na Região Norte e no Estado do Tocantins.

2.3 O PROUNI: panorama nacional

Falar da implantação do Programa Universidade para Todos – PROUNI em âmbito nacional traz a tona alguns questionamentos, como por exemplo: os autores Catani e Hey (2007, p. 42), são categóricos ao asseverar que mesmo antes da implantação do Programa, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso já havia fortalecido as desigualdades do sistema educacional quando privilegiou os setores privados da Educação Superior, visto que cada aluno tem suas oportunidades atreladas às condições sociais de origem. Por isso, para os referidos autores o programa só veio ainda mais reforçar essas desigualdades.

Endossa Zago (2006 apud COSTA; FERREIRA, 2017, p. 154) que o acesso das camadas populares à Educação Superior pode ser visto como um problema, uma vez que estes através do programa conseguem ter o acesso, mas não conseguem permanecer devido as inúmeras dificuldades para se manter nessa etapa de sua formação profissional e, conseqüentemente, não correspondem ao sucesso acadêmico esperado. O autor sintetiza essa situação com a seguinte frase: “O estudante torna-se simbolicamente ‘excluído’, após ter sido somente ‘incluído’, integrado ao ensino superior”.

Costa e Ferreira (2017, p. 142), defendem que o governo federal, nos últimos vinte anos, para mudar essa realidade procurou elaborar medidas para uma expansão quantitativa, do acesso da educação superior. Afirmam os autores:

Durante o governo Lula, por exemplo, foram criadas políticas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, O Programa Universidade para todos (PROUNI), em 2004, além do Financiamento Estudantil (FIES), que tangenciam para tal. Em relação à pauta de políticas direcionadas às camadas populares, como é o caso do PROUNI e FIES, durante o governo Dilma, também se aprovou a política de cotas no ano de 2012, em forma de Lei n. 12.711/2012.

Mancebo (2004) critica o acesso ao Ensino Superior através do PROUNI, pois, defende a teoria de que tal medida nunca irá resolver ou reparar a desigualdade na distribuição dos bens educacionais.

Porém, autores como Marques (2015, p. 11), por sua vez, após discutir o sentido do programa, traz um olhar diferente para o PROUNI.

A legitimidade social do programa pode trazer benefício àqueles que conseguirem permanecer na educação superior em instituições privadas de qualidade, há uma chance real de ascensão social. Mas para outros, ainda permanece o risco de ingressar em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional. O debate sobre o acesso e permanência da população de baixa renda à educação superior do Brasil continuará presente no cenário futuro. O desafio posto é identificar quais os avanços e as barreiras a serem vencidas para que a democratização da educação superior no Brasil efetive-se.

Martins (2009, p. 23) lembra que a adoção da política de expansão da educação por meio do setor privado no Brasil não é uma inovação dos governos das últimas décadas, foi iniciada durante a ditadura militar. Nessa época, as matrículas do setor privado subiram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% para 64% nesse período.

Fonseca (1992), adverte que as transformações que se fizeram presentes no âmbito político e econômico durante a fase da ditadura militar se revestiram na implementação de um projeto de desenvolvimento centrado no capital externo.

Dessa forma, acredita-se que foi a partir daí que se passou a aderir no país uma política de expansão da Educação superior via privatização, o que facilita para os governos vindouros fazer frente às demandas pelo acesso a esse nível de ensino, sem onerar os recursos do capital público. Percebe-se que essa prática teve continuidade posteriormente à ditadura militar, nos governos de FHC, Lula e Dilma, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 3 – Evolução do número de instituições de educação superior e matrículas por categoria administrativa (Público e Privada)

ANO	Instituições			Matrículas				
	Total	Público	Privado	Total	Público	%	Privado	%
1995	894	210	684	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
2002	1.637	195	1.442	3.520.627	1.085.977	30,8	2.434.650	69,2
2003	1.859	207	1.652	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2010	2.378	278	2.100	6.379.299	1.643.298	25,8	4.736.001	74,2
2014	2.416	298	2.070	7.828.013	1.961.002	25,1	5.867.011	74,9
Governo FHC (1995 – 2002)								
%	83,1	- 7,1	110,8	100,0	55,0	...	129,8	...
Governo Lula (2003-2010)								
%	27,9	34,3	27,1	62,0	39,7	...	71,5	...
Governo Dilma (2011-2014)								
%	1,6	7,2	- 1,4	22,7	19,3	...	23,9	...

Fonte: MEC/INEP/DEAES, 1995, 2002, 2003, 2010, 2014.

Os números expostos no quadro acima retratam o cenário estatístico da educação superior nos três penúltimos governos, os quais apresentam um desnivelamento no que diz respeito ao seu crescimento. Os anos governados por Fernando Henrique Cardoso, que correspondem ao período de 1995 a 2002 se caracterizaram por uma diminuição do número de IES públicas (-7,1%), em contrapartida as IES privadas apresentaram no seu governo um crescimento significativo (110,8%).

De 2003 a 2010, período governado por Luís Inácio Lula da Silva, foram criadas novas universidades federais e IES (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), o que justifica um percentual maior de IES públicas.

No Governo Dilma (2011 a 2014), a exemplo do governo de Lula, também há um crescimento significativo no número de IES públicas e o decréscimo do número de IES privadas. No entanto, apesar desse crescimento, observa-se que com relação a matrículas, o setor privado apresenta números elevados, chegando a 5.867.011 em 2014. Segundo Chaves (2016, p. 56), esse crescimento que representa um percentual

de 141% foi impulsionado pelo financiamento às famílias proporcionado pelo PROUNI e pelo FIES.

Para os críticos, no governo Lula, o PROUNI, assim como as diretrizes para a Reforma da Educação Superior, visaram simplesmente satisfazer os anseios dos organismos internacionais, tais como: Banco Mundial, FMI, UNESCO, ALCA, OMC, BIRD), assim como, beneficiar os empresários da educação nacional e internacional com a isenção de impostos. Abrindo o mercado para o capital estrangeiro, o governo federal possibilitou que as IES privadas resolvessem três problemas: falta de alunos com condições de pagar, quantidade de vagas abertas e aumento da inadimplência. Isso foi de certa forma muito positivo levando mesmo à criação de um aparato normativo para legalizar essas questões.

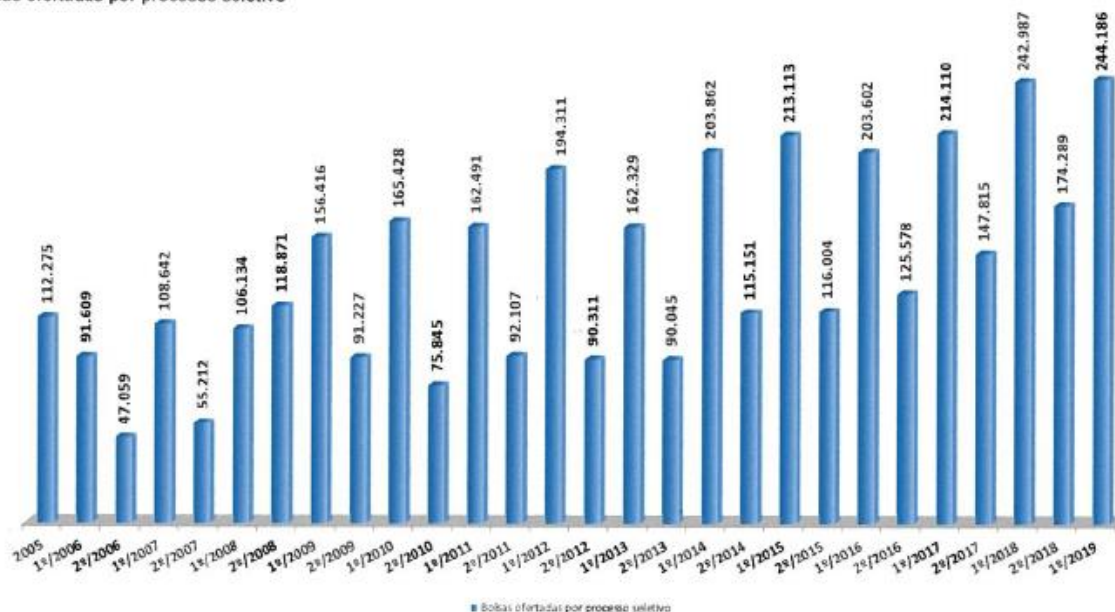
Entretanto, em que pesem essas argumentações, ora favoráveis, ora desfavoráveis sobre o caráter assistencialista ou populista do PROUNI, ou sobre o motivo de ter sido criado e implantado para financiar o setor privado da Educação Superior, considere-se que uma maneira de mostrar a importância, a dimensão e limitação do Programa no cenário brasileiro, é, didaticamente, através de dados estatísticos, conforme a representação dos gráficos abaixo. Tais estatísticas foram elaboradas e publicadas pelo SISPROUNI (site oficial do programa) e, detalham numericamente os quantitativos das bolsas ofertadas por: processo seletivo, ano, tipo de bolsa, modalidade de ensino, turno – cursos presenciais, categoria administrativa de IES, sexo, raça/cor, pessoas com deficiência, professores da Educação Básica Pública e por região. Destacando as regiões com mais bolsas do PROUNI em 2019, e os cursos que mais oferecem bolsas para o Programa.

Gráfico 2 - Bolsas ofertadas por processo seletivo

PROUNI

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsas ofertadas por processo seletivo



Fonte: Sisprouni 2019
Bolsas Prouni 2005 - 1º/2019

Em relação ao processo seletivo para obtenção de bolsas do PROUNI, cabe dizer que esta se dá em três fases:

a) Inscrição e pré-seleção pelo ME: nesta fase cabe ao estudante escolher a modalidade de bolsa e até cinco opções de instituições de Ensino Superior, cursos, habilitações ou turnos entre os disponíveis, de acordo com sua renda familiar *per capita* e sua adequação nos critérios do Programa. Posteriormente, o Sistema do PROUNI (SISPROUNI) classifica os estudantes, em consonância com as suas opções e as notas obtidas no ENEM. É importante ressaltar, que a nota considerada pelo PROUNI é a média aritmética das notas de redação e de conhecimento gerais do ENEM, ou seja, a soma das duas notas dividida por dois. Feito isso, são publicadas listas contendo os nomes dos alunos pré-selecionados para cada curso de cada instituição de Ensino Superior;

b) Aferição das informações prestadas pelos candidatos pelas Instituições de Ensino Superior: observando as determinações expressas na Portaria do MEC que regulamenta o processo seletivo, os candidatos a bolsa devem apresentar-se munidos dos documentos que comprovem a veracidade das informações prestadas em sua ficha de inscrição. Vale esclarecer, que cada instituição

de ensino deverá ter a figura do Coordenador do PROUNI (pessoa a quem cabe a aferição dos documentos apresentados pelo candidato); em seguida, essas informações passam pelo Processo de Ratificação (comprovação das informações), essa medida tem como objetivo à transparência, a justiça e à lisura da seleção feita pelo Programa, para que este não se desvirtue de sua finalidade: conceder bolsas a candidatos comprovadamente carentes;

c) Seleção feita pelas instituições: os estudantes poderão ser encaminhados para eventuais processos seletivos próprios, feitos pelas respectivas instituições. Se aprovados, são inseridos no programa mediante a emissão do correspondente Termo de Concessão de Bolsa ¹.

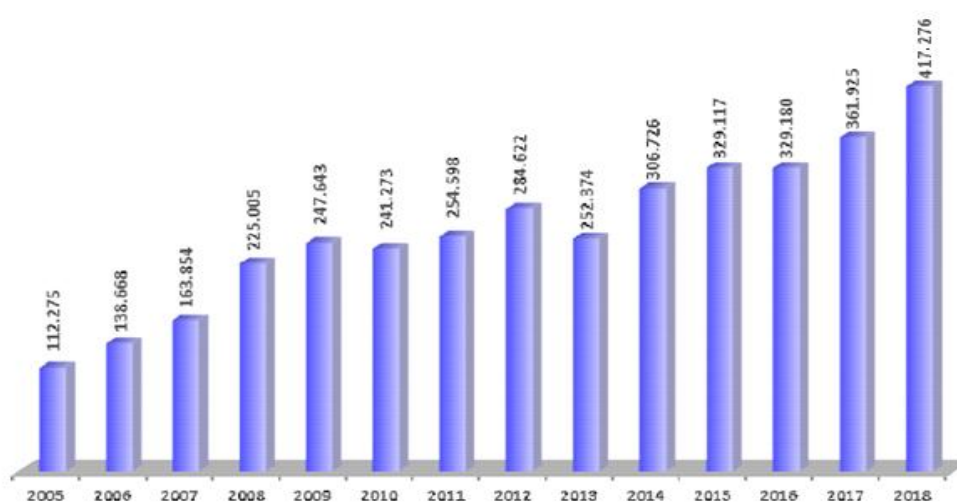
Convém destacar que apesar desse rigoroso processo de seleção e ratificação das informações prestadas pelo candidato a uma bolsa do PROUNI; percebe-se que os números expostos no Gráfico 2, mostram que o quantitativo de bolsas ofertadas por processo seletivo tem crescido a cada ano. Verificamos que ao longo do período compreendido entre os anos de 2005 e 2019, um crescimento da educação superior pela via privada, que passou a contar de forma significativa com o apoio do governo federal. Observa-se também, que o processo seletivo que contempla a maior proporção de bolsas ocorre nos primeiros semestres de cada ano, como por exemplo: no processo seletivo de 2006, o primeiro semestre apresentou um quantitativo de 91.609 bolsas, enquanto o segundo semestre apenas 47.059. Em 2007, essa situação se repetiu, onde o processo seletivo do primeiro semestre ofertou 108.642 bolsas, enquanto o segundo semestre apresentou o número correspondente 55.217 e, assim, sucessivamente, ocorreu nos anos seguintes, com exceção apenas no ano de 2008, onde o primeiro semestre registrou um número mais baixo (106.134), em comparação ao segundo (118.871), conforme a sinopse estatística mostrada no Gráfico 2.

¹ Disponível em: www.educamaisbrasil.com.br.

Gráfico 3 - Bolsas ofertadas por ano

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsas ofertadas por ano



Segundo estatísticas divulgadas pelo Ministério da Educação (2011), em 2005, quando teve início, 112.275 bolsas de estudo foram ofertadas pelo Programa Universidade Para Todos – PROUNI em 1.142 instituições de Ensino Superior em todo território nacional. No ano seguinte, 2006, no primeiro semestre foram oferecidas 91.609 bolsas e, no segundo semestre, 47.059 bolsas, perfazendo um total de 138.668 vagas. Portanto, houve um considerável crescimento em torno de 24%.

No primeiro semestre de 2019 (conforme gráfico acima), 16 anos após a implantação do programa, foram aproximadamente 244.186 bolsas ofertadas. Fimido esse ano, os números saltaram para 243.888 bolsas integrais e 127.075 parciais ofertadas em 1.239 instituições de Ensino Superior (IES) do País. Conforme o ME (2019), esta é a maior oferta de vagas desde a criação do programa. Em 2019, mais de 2,47 milhões de estudantes foram beneficiados.

Anualmente, acontecem duas edições do Programa: uma no primeiro e outra no segundo semestre. São oferecidas bolsas de estudos parciais (50%) e integrais (100%).

Quanto às inscrições, estas são realizadas através do site do PROUNI (SISPROUNI). Em seguida ocorre a divulgação dos resultados da primeira chamada. Os estudantes contemplados na seleção devem dirigir-se às instituições para efetuarem as matrículas.

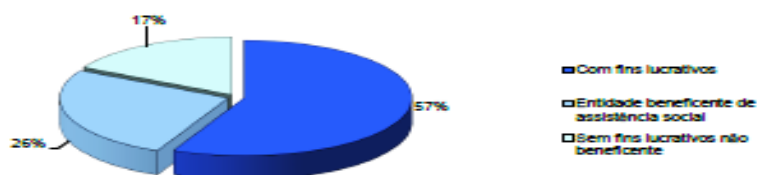
Nesse processo o SISPROUNI (instituição responsável por manter a atualização do cadastro daqueles que já tem como certa a bolsa PROUNI), tem um papel fundamental. Desse modo, uma vez aceito pelo Programa, o solicitante à bolsa é automaticamente cadastrado no sistema informatizado do PROUNI – O SISPROUNI.

Assim o ME, através dessa iniciativa consegue monitorar todas as informações dos bolsistas em tempo real, tais como: as notas do aluno, sua frequência em sala de aula, entre outros ².

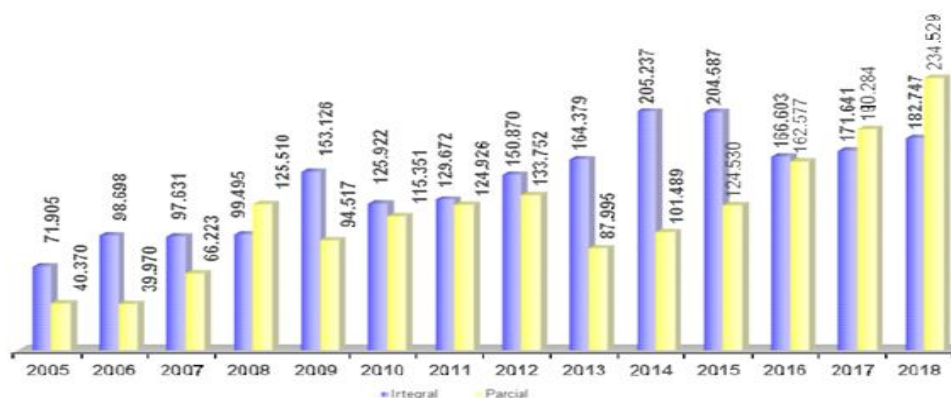
Gráfico 4 - Bolsistas por categoria administrativa de IES

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSITÁRIO DE ACESSO 2005

Bolsistas por categoria administrativa de IES



Fonte: Sisprouni de 06/01/2015
Bolsistas Prouni 2005-2º/2014



Fonte: Sisprouni 2018
Prouni 2005-2º/2018

² Disponível em: www.educamaisbrasil.com.br/.

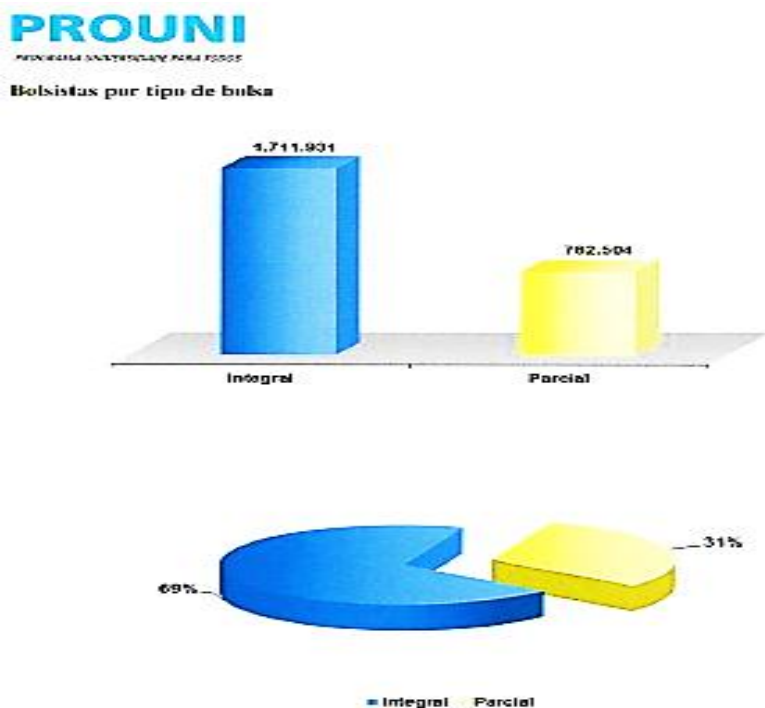
As Instituições de Ensino Superior são classificadas como públicas e privadas. Caracterizam-se de acordo com a finalidade de atuação no cenário educacional em: instituições com fins lucrativos; entidade beneficente de assistência social e; sem fins lucrativos não beneficentes. Dentre essas categorias administrativas das IES, excetuando as públicas, as de maior representatividade em relação à adesão ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, estão as instituições com fins lucrativos, que no período compreendido entre os anos de 2005 e 2014 foram beneficiadas com o percentual de 57% dos bolsistas, deixando as duas outras categorias com percentuais menos significativos de 26% e 17%, conforme mostra o gráfico acima.

Para Carvalho (2005, p. 13), esse percentual elevado em detrimento das demais categorias de IES é ocasionado por conta da renúncia fiscal, uma vez que estas:

Ficam isentas, a partir da adesão ao PROUN, de praticamente todos os tributos que recolham. Além disso, a contrapartida em número de bolsas é muito baixa, pois permanecem com mesmo status institucional e continuam não se submeter a fiscalização governamental.

Sobre essa questão, Mancebo (2004) argumenta que o PROUNI se tornou um meio para beneficiar as IES com fins lucrativos fazendo com que contribua para redefinição do papel do Estado na oferta da Educação Superior.

Gráfico 5 - Bolsistas por tipo de bolsa



Fonte: Sisprouni de 18/12/2018.
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018

Em concordância com a Lei 11.096/05, para que o Programa atinja seu objetivo devem ser obedecidos certos requisitos:

Art. 1º - Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudos integrais (100%) e bolsas de estudos parciais de (50%) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja a renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e ½ (meio).

§ As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005).

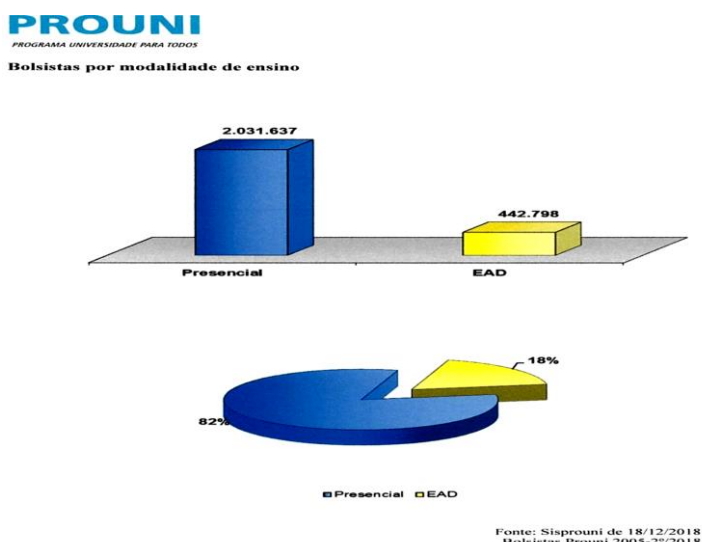
Art. 2º A bolsa será destinada:

- I – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na **condição** de bolsista integral;
- II – a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;
- III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Lei (BRASIL, 2005).

Cabe dar conhecimento que além dessas duas modalidades de bolsas, o Programa também oferece bolsas de estudo que são parciais e chegam até o percentual de 70% de desconto. Essa modalidade de bolsa é direcionada para aqueles que não atendem os critérios exigidos pelo PROUNI, mas querem cursar uma faculdade e as mensalidades não cabem no orçamento. Para obter esse tipo de bolsa basta acessar o site do Programa, escolher a modalidade de graduação, buscar o curso de preferência, observar o percentual da bolsa e se inscrever gratuitamente.

Posto essas considerações, necessárias, para que se entenda como ocorre a concessão de bolsas do Programa, o Gráfico acima que trata de “bolsistas por tipo de bolsa”, mostra que o quantitativo de bolsistas por tipo de bolsa integrais em 2018 teve uma maior representatividade (69%) em relação aos parciais (31%). Porém, de acordo com Costa e Ferreira (2017, p. 149), nos anos de 2008 a 2012 houve um crescimento significativo de bolsas parciais, o que dá veracidade a afirmação de que a opção por esse tipo de bolsa possibilitou as instituições de ensino superior privadas a atrair mais alunos e a flexibilizar a composição de suas receitas ao obter 50% das mensalidades oriunda de cada bolsista.

Gráfico 6 - Bolsistas por modalidade de ensino



Conforme já citamos em outras passagens deste trabalho o PROUNI foi criado pelo governo federal para ofertar bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas em todo o Território Nacional. Como também já relatamos as bolsas podem ser totais (100%) e parciais (50%), existindo vagas para cursos tanto na modalidade presencial como a distância EAD.

O Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil, afirma que ao perguntar às IES qual é a sua modalidade de cursos um percentual de 77% responde com as duas modalidades: presencial e a distância. Convém observar que a auto avaliação entre as duas formas de ensinar, o que as diferencia é a tecnologia de informação (ABED, 2009, p. 21).

Sob o ponto de vista legal o ensino a distância – EAD, teve origem através da assinatura do Decreto nº 2.494 da Presidência da República que regulamentou o art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Embora existisse desde o século passado, somente a partir de 1996 é que aparece legalmente como modalidade de ensino.

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BASTOS, 2017, p. 3).

Segundo Gomes (2010), a educação a distância em caráter experimental consta na Lei Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, essa primeira LDBEN havia sido aprovada um pouco antes de Darcy Ribeiro assumir o cargo de Ministro da Educação no regime parlamentarista. Porém, por causa de suas preocupações com a democratização de acesso à educação e seu olhar a frente para a educação, mesmo com um atraso de 30 anos, na segunda LDBEM, Darcy Ribeiro, que via na escola um instrumento de combate às desigualdades sociais retirou a Educação a Distância da clandestinidade, o que ele bem expressa na expressão a seguir:

Cria-la é uma perspectiva aberta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que fiz aprovar no Congresso e que foi batizada de Lei Darcy Ribeiro. Nela restringe-se a frequência obrigatória, possibilitando o ensino a distância para os níveis primário, médio e superior. Isso representa uma ampla perspectiva de melhoria no ensino, que possibilitará o Brasil recuperar trinta anos de atraso que tem nessa matéria, criando programas responsáveis de ensino à distância nos três graus (RIBEIRO, 2010).

Preocupado com as questões relativas ao avanço social e tecnológico e da democratização da educação, Darcy enxergava como primordial a parceria da educação com as novas tecnologias, desfrutando de sua potencialidade democratizante.

Apesar de todo semestre a modalidade a distância ser contemplada com vagas, nem sempre estas são preenchidas na primeira etapa. Em consequência, um número consideravelmente alto de vagas EAD passa a fazer parte das estatísticas de vagas remanescentes. O ME (2019) explica que dois motivos justificam essa sobra: a) falta de interesse dos alunos; b) resistência por parte deste de fazer um curso EAD.

Vagas remanescentes são bolsas de estudos que não foram preenchidas nas chamadas regulares e poderão ser preenchidas pelos candidatos que fizeram o ENEM a partir de 2010 e atendam aos requisitos de escolaridade e renda do Programa PROUNI. As vagas remanescentes do PROUNI são vistas como uma grande oportunidade para estudantes que não conseguiram ingressar nas chamadas regulares. Essa fase será sempre divulgada nos meses de abril e agosto do ano letivo (BRASIL, 2019).

Segundo palavras do próprio ME, os cursos EAD abarcados pelo PROUNI, tem reconhecimento efetuado por ele, além de passarem por uma rigorosa avaliação que foca em questões como: programa curricular, a qualificação de professores e as instalações físicas, entre outros itens. Também menciona que os cursos EAD podem ter aula, provas e atividades laboratoriais no formato presencial, o que pode acontecer no espaço da instituição, ou em “polos EAD” (locais para atender alunos).

A Seleção do PROUNI para bolsas dos cursos EAD, não difere da seleção para os cursos presenciais, isto é, em ambos os processos o candidato precisa preencher os requisitos e também que o curso que pretende cursar esteja entre as vagas ofertadas.

Os requisitos exigidos são: não ter diploma de nível superior; ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no ano que antecede e ter conseguido no mínimo 450 pontos na média das provas do ENEM e nota superior a zero na prova de redação; que o Ensino Médio completo tenha sido cursado em escola pública, ou se cursou em escola privada, terá que ter sido na condição de bolsista integral; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no exercício do magistério da educação básica, devendo concorrer a bolsas para os cursos de licenciatura (o preenchimento desse requisito os isenta de comprovação de renda); e, renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e renda bruta familiar mensal de até três salários mínimos por pessoa para bolsas parciais.

O processo para se inscrever nas edições do PROUNI que acontecem duas vezes por ano é o mesmo, tanto para bolsas presenciais como para bolsas EAD.

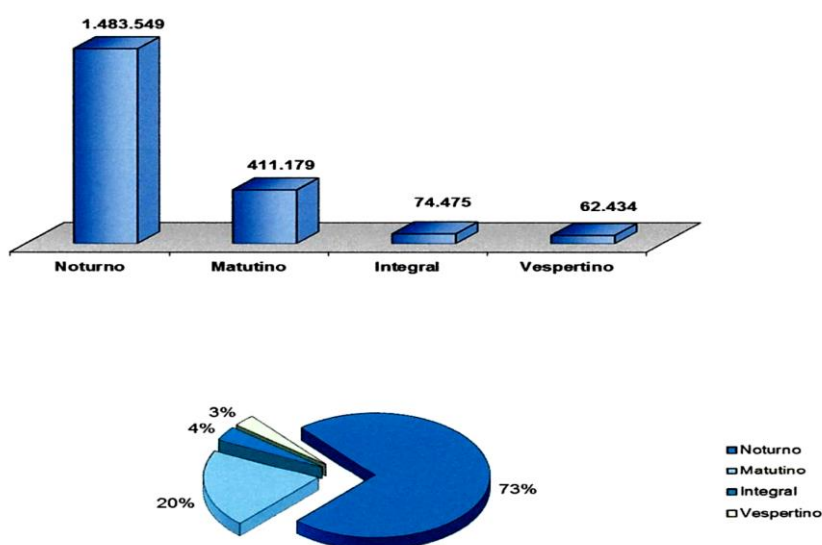
A análise comparativa dos percentuais mostrados no gráfico acima evidencia que a modalidade presencial ainda é a que maior recebe matrículas (82%), enquanto que a modalidade EAD apresenta um percentual bastante inferior (18%), números referentes ao exercício de 2018. Porém, nos últimos anos, os cursos a distância – EAD tem dado oportunidade a pessoas que por vários motivos não conseguem frequentar um curso presencial.

De acordo com o Censo ABED (2010), uma primeira característica da demanda por EAD pode ser observada na descrição do público-alvo concentrado na faixa etária de 25 a 39 anos, a maioria possui renda média de 1 a 10 salários mínimos, sendo que o grupo de maior representatividade (29%) recebe de 1 a 3 salários mensais. Apesar de um perfil diversificado os estudantes de EAD não são constituídos por uma maioria de jovens recém-saídos do Ensino médio a exemplo dos alunos presenciais que se candidatam a concessão de bolsas do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, talvez isso justifique, o percentual representativo baixo da modalidade EAD (442.798 bolsistas) em relação a modalidade de ensino presencial (2.031.637), apresentado no gráfico acima.

Gráfico 7 - Bolsistas por turno – cursos presenciais

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas por turno - Cursos presenciais



Ao avaliarmos os números que representam as matrículas por turno, observamos que o período noturno se destaca se comparado ao período diurno, visto que 73% dessas matrículas foram realizadas para o período noturno enquanto apenas 27% para o período diurno. Segundo Barros (2015, p. 364), dois aspectos contribuem para esse crescimento: primeiro: nas instituições quer federais, quer estaduais, é pequena oferta de cursos noturnos, o que justifica a ampliação da necessidade desse acesso; segundo: a maioria dos estudantes que não possuem apoio financeiro, precisam conciliar oito horas de trabalho com o estudo, logo não lhes seria permitido estudar durante o dia, restando-lhes como opção apenas o Ensino Superior privado noturno.

De acordo com Paiva (2003), a primeira escola noturna no Brasil surge no Maranhão em 1860. Segundo as palavras da autora essas escolas noturnas do XIX traziam em si por finalidade a Educação de Adultos. A criação dessas escolas se deu por meio da iniciativa de particulares e pela administração da província, porém com objetivos diferentes: enquanto umas priorizavam a alfabetização de adultos, outras tinham suas metas ligadas ao ensino profissionalizante.

Para Furlani (1998, p. 21), mais ou menos na metade do século XX, as escolas noturnas tinham pouca representatividade no cenário nacional. Foi somente a partir de 1950 que começaram a ter importância numérica e isso se dá com a abertura dos ginásios no período noturno em atendimento da demanda de vagas. Já em 1960, aconteceu a abertura de vagas no período noturno (em grande parte nas instituições de ensino privadas) com o intuito de responder as necessidades de alunos excedentes das universidades públicas. Os alunos ditos excedentes eram aqueles que uma vez aprovados em vestibulares nas universidades públicas, não entravam nos cursos de graduação por falta de vagas.

Dessa forma, entendemos que a criação do ensino noturno e a conseqüente expansão de vagas para esse período surgiu não somente pela regulamentação de governos, mas em grande parte por meio de manifestações populares em prol desse resultado.

Segundo o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mesmo que o Ensino Noturno no Brasil não tenha um longa história para contar, este é o que numericamente melhor representa o crescimento de matrículas, pois o Censo Anual da Educação Superior de 2005, demonstra que já havia naquela época aproximadamente 2,6 milhões de matrículas no período noturno,

como reflexo da condição sócio econômica do jovem brasileiro que necessita de um emprego para poder se manter em um curso superior.

Endossa Terribili Filho (2008, p. 46):

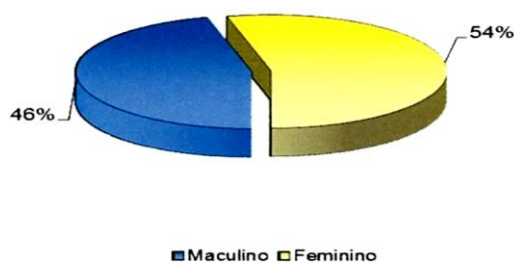
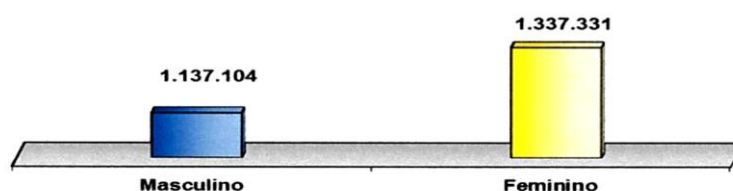
A realidade brasileira do trabalhador-estudante é daquele que trabalha durante o dia e a noite busca no curso de graduação sua formação profissional. Agregação de conhecimentos obtidos durante o curso superior, o diploma, a riqueza da vivência pessoal e os relacionamentos estabelecidos com os colegas e professores podem propiciar ao estudante maior facilidade para participar do mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Em síntese, para a maioria dos alunos, ditos trabalhador-estudante, o ensino noturno é de suma relevância, na medida em que permite que estes continuem a exercer sua atividade profissional enquanto estudam. Atividade profissional, essa, extremamente necessária a sua subsistência. O estudo é visto como uma porta para galgar crescimento profissional e financeiro.

Gráfico 8 - Bolsista por sexo

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas por sexo



Fonte: Sisprouni de 18/12/2018
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018

De acordo com o Relatório Education at Glance 2019, publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o qual traça um panorama da Educação Superior nos 36 países-membros da OCD e outros dez países incluindo o Brasil, as mulheres brasileiras têm 34% a mais de probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino.

O Relatório Conclui:

Embora a disparidade de gênero na educação favoreça as mulheres, a situação no mercado de trabalho é ao contrário. Afirma o Relatório, destacando a presença feminina na educação superior brasileira é uma das maiores entre todos os países estudados. Enquanto 18% dos homens brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior, essa porcentagem sobe para 25% entre as mulheres da mesma faixa etária (mesmo assim, muito abaixo das médias da OCDE, de 38% para homens e 51% para mulheres), segundo dados de 2018 (OCDE, 2019, p. 13).

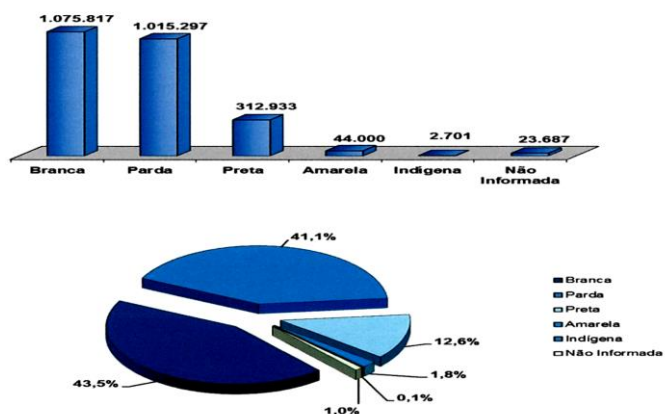
A taxa de conclusão do ensino médio, também é melhor representada pelo sexo feminino, o que é justificado pela afirmação de que há uma tendência maior do sexo masculino repetir o ano e abandonar a escola (OCDE, 2019, p. 13).

No tocante ao PROUNI, a questão de gênero é representada pelos dados constantes no Gráfico 8, que apontam para uma maioria de bolsistas do sexo feminino (54%), enquanto o sexo masculino (46%), perfazendo um total de 1.337.331 mulheres e de 1.137.104 homens. O que vem a reforçar a tese de que o ensino superior em âmbito nacional, nas últimas décadas, é composto pela presença na maioria das vezes de pessoas do sexo feminino.

Gráfico 9 - Bolsista por raça/cor

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas por raça



Fonte: Sisprouni de 18/12/2018
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018

Na educação superior brasileira, persistem profundas desigualdades raciais que comprometem, até os dias de hoje, a garantia do direito pleno à educação para amplos setores da população. Por ser um nível de ensino acessado em estágios mais avançados da escolarização, essas disparidades se intensificam à medida que se acumulam desigualdades construídas ao longo da trajetória de estudantes.

De acordo com Lima e Prates (2015, p. 175):

É entre o público de 18 a 24 anos de idade que “as taxas de escolarização líquida são mais baixas e as desigualdades raciais mais expressivas. Ao lado disso, sabe-se que esse nível de ensino tem passado por um processo de democratização consideravelmente mais tardio que a educação básica (o que já grifamos em outras passagens deste estudo). Atestam-se desigualdades marcantes, tais como sobrerrepresentação de brancos na maioria dos cursos de graduação, a despeito da expansão de matrículas observada ao longo da década passada, apontam que, entre 1980 e 2010, negros não constituíram maioria entre os formandos de nenhum dos cursos de graduação mais importantes.

Esse panorama negativo quanto à inclusão racial na educação superior está representado no Gráfico 9, onde 43,5% são de brancos, 41,1% são pardos, enquanto os negros têm sua presença representada nos cursos superiores por apenas 12,6%. Os de cor amarela e indígenas apresentam um percentual quase insignificante, 1,8% e 0,1% respectivamente.

Para Senkevics (2017, p. 42):

[...] com o intuito de reverter esse quadro histórico de desigualdades, tem sido proposta, desde as últimas décadas, a instituição de políticas de ação afirmativa. De forma ampla, essas políticas se encontram em consonância com, pelo menos, três princípios expressos no Artigo 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quais sejam: a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Inciso I), a “garantia de padrão de qualidade” (Inciso IX) e a “consideração com a diversidade étnico-racial” (Inciso XII).

De fato, os esforços empreendidos nas últimas décadas para institucionalizar ações que visem à superação das desigualdades raciais tem ensejado, por parte do Estado, a promulgação de políticas como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) – ambos explicitam a importância de se implementar e acompanhar a execução de políticas de ação afirmativa, prevendo, a exemplo do mencionado Plano, a inclusão do quesito **COR/RAÇA** em formulários de

coleta de dados de estudantes em todos os níveis de ensino público e privado, assim, assevera Anjos (2013).

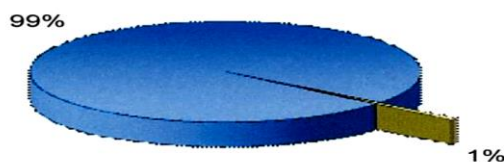
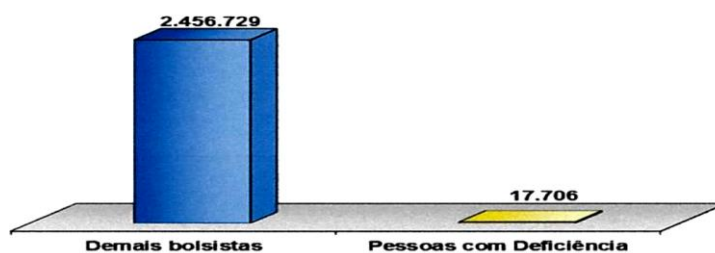
Uma das políticas de ação afirmativa mais importante atualmente no Brasil, no contexto das desigualdades educacionais entre os grupos étnico-raciais e socioeconômicos, é a reserva de vagas para o acesso ao ensino superior ou, como costuma ser chamada, as políticas de cotas étnico-raciais, instituída pela iniciativa das próprias universidades federais (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). É vista como um modelo de inclusão para o acesso às instituições de ensino superior (IES).

Em vista das considerações aqui apresentadas, cabe-nos dizer que, em face dos critérios apresentados pelo Programa Universidade Para Todos - PROUNI, nesse aspecto, ele vem cumprindo o objetivo para o qual foi criado: inserir jovens no ensino superior, sobretudo na faixa entre 18 e 24 anos de idade, carentes financeiramente, vindos de escola pública, inserindo também negros e indígenas em percentuais compatíveis com a distribuição dessas raças na população brasileira em geral.

Gráfico 10 - Bolsistas por pessoas com deficiência

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas - Pessoas com deficiência



■ Demais bolsistas ■ Pessoas com Deficiência

Fonte: Sisprouni 18/12/2018
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018
* Dados da Ficha de Inscrição do candidato ao Prouni

É importante aqui registrar que o PROUNI se configura dentro das ações afirmativas como: políticas públicas e também privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de origem nacional e de compleição física. Assim, pode se afirmar que o PROUNI como política pública de ação afirmativa desenvolvida pelo Ministério da Educação (ME) traz uma lógica interna de inclusão socioeducativa (BRASIL, 1988).

Como uma política de ação afirmativa, o PROUNI é voltado também a estudantes portadores de necessidades especiais. Esses alunos, ao contrário dos demais bolsistas-PROUNI, não precisam comprovar que estudaram em escolas públicas para poder assegurar o benefício da bolsa. A ideia do MEC segundo Ribeiro (2018), é incentivar o ingresso de pessoas com necessidades especiais nos cursos superiores. Dessa forma, os deficientes não são obrigados a comprovar que estudaram o Ensino Médio em Escola Pública. Portanto, caberá a estes, apenas a comprovação de renda familiar. Essa medida visa aumentar a participação desses alunos no Ensino Superior.

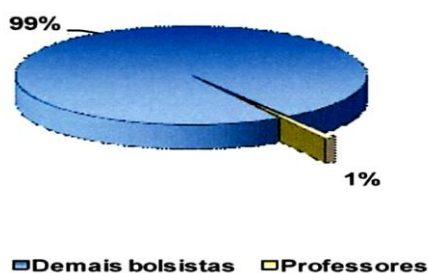
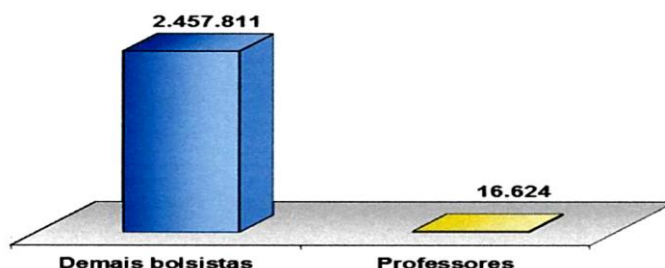
Em se tratando de cotas para deficientes, o PROUNI é um programa que destina esforços para que as políticas públicas direcionadas a democratização de acesso e permanência deles sejam viabilizadas, com o objetivo de proporcionar condições para que os alunos portadores de necessidades especiais tenham melhores condições de vida, com inserção no mercado de trabalho e acesso a níveis de escolaridade mais elevados.

Apesar desses esforços para fazer valer os parâmetros inclusivos, verifica-se que no texto da Lei que regulamenta o programa não existe nenhuma exigência advinda do MEC, para que as IES que recebem alunos deficientes sejam legalmente obrigadas a observar e cumprir questões relativas ao acompanhamento, planejamento e execução de ações em benefício dos mesmos. Assim, em face dessa ausência de regulamentação legal, torna-se facultativo por parte das instituições de ensino superior parceiras do programa, qualquer ajuda de custo ou auxílio a estes bolsistas e, conseqüentemente, não ocorrendo a integração adequada destes. Democraticamente, o PROUNI possibilita apenas o acesso desses alunos à educação superior. Essa realidade pode ser visualizada nos percentuais expressos no Gráfico 10, onde os demais bolsistas representam 99% em detrimento das pessoas com necessidades especiais, apenas 1%.

Gráfico 11 - Bolsistas – professores da educação básica pública

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas - Professores da educação básica pública



Fonte: Sisprouni de 18/12/2018
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018

* Dados da Ficha de Inscrição do candidato ao Prouni

De acordo com o Ministério da Educação (ME), todos os anos depois que ocorre o processo seletivo regular do PROUNI, sobram vagas que não são preenchidas pelas mais diversas situações. Essas vagas que sobram passam a ser computadas como “Bolsas Remanescentes”. O PROUNI opta, como medida para preenchê-las, a abertura de um processo. A prioridade para conseguir vaga em cursos de licenciatura nessa segunda fase de preenchimento das bolsas remanescentes do PROUNI cabe aos professores da rede pública de educação básica. Estes, não precisam atender aos mesmos requisitos exigidos dos outros concorrentes no processo regular, ou seja: não precisam comprovar renda se atenderem os seguintes requisitos: ser professor da rede pública; estar no efetivo exercício do magistério na rede de educação básica; pertencer ao quadro permanente de funcionários da escola; e concorrer a uma bolsa em curso de licenciatura.³ Os professores têm a opção de

³ Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/vestibular/prouni/prouni-para-professores>.

concorrer a bolsas de estudos integrais e parciais (50% da mensalidade) em cursos de pedagogia, e nas licenciaturas de matemática, química, física, biologia, história, geografia, português (com opção de formação em inglês, francês, espanhol), com isso o PROUNI objetiva incentivar a formação de professores nessas áreas, visto que têm sido cada vez maiores as pressões para uma mudança no perfil de formação do docente, o que pode ser percebido tanto pelas exigências legais estabelecidas quanto por propostas de redesenho da carreira docente, ao associarem remuneração com melhor formação (BRASIL, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabeleceu como requisito mínimo para o professor atuante na educação básica a qualificação “[...] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena [...] admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Mais recente, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) estabeleceu, em sua Meta 15, que “todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014).

No entanto, observa-se pela leitura do Gráfico 11, que mesmo tendo o acesso ao ensino superior facilitado pelos benefícios do PROUNI, a procura pelos professores da rede pública ainda é baixa (1%) em comparação aos demais bolsistas (99%). Dentro desse quadro os professores que se formaram em nível superior se graduaram, em sua maioria, em instituições privadas, numa proporção que mostra bastante estável ao longo dos anos (Quadro 4). Esse dado pode estar refletindo efeitos das políticas de incentivo a formação docente nas instituições privadas, como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Quadro 4 - Tipo de Instituição de graduação dos professores – Brasil – 2009/2013/2017

2009		2013		2017	
Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
709.663	545.697	901.226	605.667	734.123	597.448
57%	43%	60%	40%	45%	37%

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior (CES). Elaboração própria.

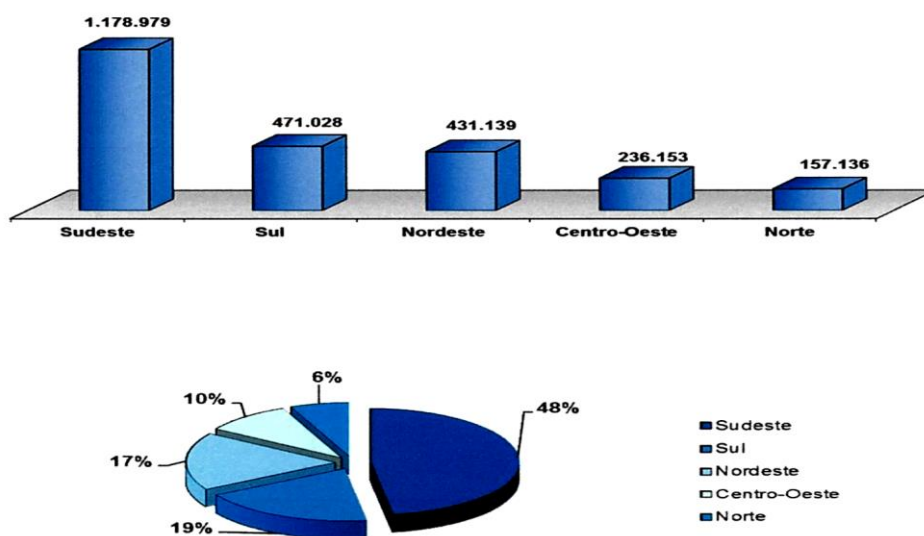
Essa realidade apresentada no quadro acima está intimamente ligada a impossibilidade ou esgotamento da capacidade de oferecimento de ações de formação contínua de forma massiva e com qualidade aos milhares de profissionais do magistério da educação básica que exige iniciativas inovadoras e ousadas para a oferta cada vez mais elevada de vagas nas IES públicas federais e estaduais. O PNE avança nesse sentido, ao estabelecer na estratégia 16. 1 a necessidade de:

Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2014).

Gráfico 12 - Bolsistas por Região

PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsistas por região



Fonte: Sisprouni 18/12/2018
Bolsistas Prouni 2005-2º/2018

Os números expostos no Gráfico 12 demonstram que a quantidade de alunos nas faculdades e universidades brasileiras ainda é baixo na proporção do crescimento da população nas regiões que compõem o país. Ao compararmos os percentuais de bolsistas por região geográfica percebemos nitidamente as diferenças de acesso que permeiam o panorama do Ensino Superior nacional na modalidade presencial. Nessa perspectiva, apesar da Região Norte ser considerada economicamente mais pobre,

no decorrer do período analisado (2005 a 2018), a maior distribuição de bolsistas PROUNI concentrou-se nas regiões Sudeste (48%) e Sul (19%), regiões consideradas economicamente mais desenvolvidas. Enquanto a menor distribuição de bolsas ficou com as regiões centro-Oeste (10%) e Região Norte com apenas (6%) das matrículas, revela o baixo acesso ao Ensino Superior privado via PROUNI.

Quadro 5 - Regiões com mais bolsas do PROUNI 2019.2

Nº de bolsas por UF

UF	Bolsas integrais	Bolsas parciais	Total de bolsas ofertadas
SP	18.417	14.359	32.776
BA	4.079	14.537	18.616
MG	6.337	8.690	15.027
PE	2.027	9.076	11.103
PR	4.173	6.775	10.948
DF	2.178	7.213	9.391
RS	4.150	4.440	8.590
GO	2.380	5.649	8.029
MA	1.345	6.604	7.949
CE	2.057	5.545	7.602
PA	2.322	3.126	5.448
SC	3.277	1.912	5.189
RJ	4.362	517	4.879
AM	1.351	2.986	4.337
PI	666	3.511	4.177
PB	1.094	988	2.082
ES	1.379	599	1.978
TO	729	910	1.639
RO	629	911	1.540
MT	1.222	303	1.525
RN	940	424	1.364
AL	663	616	1.279
SE	427	626	1.053
MS	783	242	1.025
AP	606	127	733
AC	293	425	718
RR	201	28	229
Total	68.087	101.139	169.226

Bolsas do Prouni 2019.2 por estado

Fonte: Disponível em: <https://www.blogdovestibular.com/prouni/regioes-com-mais-bolsas-do-prouni-2019-2.html>.

Em conformidade com os dados expressos no Quadro 5, dentre os estados da federação com o maior número de bolsas do Programa Universidade para Todos (PROUNI), oferecidas no segundo semestre de 2019, está São Paulo. Foram ofertadas 18.417 (bolsas integrais) e 14.359 (bolsas parciais) num total de 32.776 de bolsas ofertadas em todo país. O segundo lugar ficou com Bahia que foi contemplada com 18.616 bolsas, das quais 4.079 integrais e 14.537 parciais. Em contrapartida, o Estado da Federação com menor número de bolsas é Roraima, com o total de apenas 229 bolsas, divididas entre, 201 integrais e 28 parciais.

Quadro 6 - Cursos que mais oferecem bolsas para o PROUNI

10 cursos com maior oferta de bolsas

Curso	Bolsas integrais	Bolsas parciais	Total de bolsas ofertadas
ADMINISTRAÇÃO	8.180	8.824	17.004
PEDAGOGIA	9.269	4.118	13.387
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	4.524	6.293	10.817
DIREITO	3.518	7.201	10.719
EDUCAÇÃO FÍSICA	3.661	3.678	7.339
ENFERMAGEM	2.304	4.106	6.410
ENGENHARIA CIVIL	1.441	4.271	5.712
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.992	2.440	5.432
PSICOLOGIA	1.570	3.828	5.398
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	770	3.466	4.236

cursos com mais vagas para o Prouni 2019.2

Fonte: Disponível em: <https://www.blogdovestibular.com/prouni/cursos-com-mais-bolsas-prouni-2019-2.html>

Em relação aos 10 cursos com maior oferta de bolsas para o PROUNI em 2019, de acordo com os dados expostos no Quadro 6, constatamos que houve uma maior concentração para o Curso de Administração, sendo 8.180 (integrais) e 8.824 (parciais), totalizando 17.004 bolsas ofertadas nesse período para o referido curso. De acordo o Censo da Educação Superior 2009, essa concentração maior de oferta de bolsas também se fez presente em 2005 (730.898), 2006 (813.948), 2007(887.752), 2008 (1.050.704), 2009 (1.102.579). Enquanto que a menor oferta de bolsas ficou com o Curso de Engenharia de produção, 770 (integrais) e 3.456 (parciais), somando assim, apenas 4.236 bolsas.

Esses números vêm a confirmar que enquanto algumas áreas se ressentem com baixo número de mão de obra qualificada, ao contrário de outras, que lançam no mercado um número cada vez maior de pessoas, demonstrando que existem cursos que incorporaram um percentual expressivo de candidatos ao Ensino superior. Segundo Sguissardi (2006, p. 1029) esse problema da concentração por área de conhecimento também foi um traço marcante da educação superior no período de 1994-2002, relatou este:

No ano 2000 a área de ciências sociais aplicadas (administração, direito, contabilidade, negócios) concentrava 41,6% do total das matrículas. As IES privadas concentravam, nos cursos dessa área, 50,1% de suas matrículas, contra 24% nas federais e 20% nas estaduais. A área de educação concentrava outros 21,7% do total de vagas, restando apenas cerca de 37% das vagas para todas as demais áreas do conhecimento.

O problema dessa concentração por área de conhecimento verifica-se em especial no setor privado, em razão, por hipótese, dos baixos investimentos exigidos e dos altos retornos financeiros. As áreas que requerem maiores investimentos, como engenharia, saúde, entre outras, tendem a ser majoritariamente atendidas pelo setor público.

2.4 O PROUNI e a Educação Superior no Tocantins

O Governo do Tocantins (Marcelo Miranda) eleito para governar o Estado do Tocantins no período de 2015 a 2018, assumiu o compromisso de garantir a Educação - direito de todos - como fator de desenvolvimento social e econômico e como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, nos termos das legislações federal e estadual. Uma das grandes ferramentas para cumprir com essa meta é o Plano Estadual de Educação - PEE 2015-2025, Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Esse Plano tem por objetivo conduzir as políticas públicas de educação à realidade do Estado do Tocantins, buscando estabelecer prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas, avançando para uma educação de qualidade. Essa Lei vigorará por 10 anos a contar da publicação. Entre as Diretrizes do PEE/TO estão:

Art. 2º - São Diretrizes do PEE/TO:

I – Erradicação do analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar;

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – Promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada;

V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade (TOCANTINS, 2015).

A garantia do ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando-lhes o ingresso e a permanência com sucesso na escola, a garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade

própria ou que não o concluíram, a ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino, a valorização dos profissionais da educação, o desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta, análise e difusão de dados são as prioridades no plano de educação do Tocantins. Na educação investe-se hoje para colher os resultados a longo prazo. Casa do Estudante e Bolsa Universitária são alguns dos investimentos que o Governo do Tocantins está fazendo na área (TOCANTINS, 2019, p. 55).

De acordo com o PDI do Instituto de Educação Superior e Pesquisa – Faculdade ITOP (2019, p. 55), o Estado dispunha em 2012, segundo dados do Governo, de uma rede de 3.280 escolas, sendo 318 creches, 774 escolas de ensino pré-escolar, 1.340 escolas de ensino fundamental, 312 escolas de ensino médio, 46 escolas de educação profissional, 112 escolas de educação especial e 378 de educação para jovens e adultos (EJA).

A educação superior visa ao desenvolvimento do ser humano, à difusão da ciência e da tecnologia e ao preparo do cidadão para o desempenho de suas funções no mercado de trabalho. Assim, a educação superior tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. As diretrizes para a educação superior constituem um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização, articulação e desenvolvimento do ensino universitário no Tocantins, atendendo à legislação vigente e ressaltando a necessidade de vincular a educação com a prática social (TOCANTINS, 2019, p. 56).

Sabe-se que os avanços qualitativos nem sempre são proporcionais aos quantitativos e esta tem sido a pauta de muitas discussões acerca do ensino superior. Também é sabido que os números ainda estão longe da meta do governo federal que pretende alcançar 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, sendo que atualmente apenas 13% desse público adentraram o ensino superior. Entretanto, é inegável o fato de que a educação superior tem experimentado grandes progressos nas últimas décadas, possibilitando que milhares e milhares de pessoas tenham acesso à formação de 3º grau.

Aliado a isso, o Brasil tem presenciado ainda uma interiorização do ensino, com a criação e instalação de instituições públicas e privadas, de norte a sul do País, permitindo a diminuição das desigualdades regionais em termos de ofertas de vagas.

O Tocantins também vivencia tal processo, com a criação e expansão dessas instituições em vários de seus municípios, conforme foi possível constatar. Nesse contexto, é preciso considerar as diferentes realidades que ainda o separam dos demais estados, a exemplo da densidade populacional, uma vez que toda a população do Estado pode equivaler aos habitantes de uma capital brasileira.

No caso, o Estado do Tocantins, a expansão de IES é um fato visível em todo o Estado, o que vem a ser confirmado com dados fornecidos pela SEPLAN-TO/Inep, onde registra-se que: em 1999 em todo Estado haviam apenas 4 instituições de ensino superior com 57 cursos; 584 professores e 7,199 alunos matriculados. Em 2000 eram as mesmas quatro instituições; 81 cursos; 856 professores e 9.113 alunos. Em 2002, respectivamente: 15 instituições, 235 cursos; 1.094 professores e 26.930 alunos e em 2006, 32 instituições; 357 cursos; 2.166 professores e 32.562 alunos; em 2009 são 33 instituições de ensino superior presenciais, sendo 4 públicas e 29 privadas; 191 cursos; 3.385 professores entre estes, 375 são doutores concentrando-se em 90% nas instituições públicas federais; e um total de 33.957 alunos matriculados segundo o Inep Censo do Ensino Superior/SEPLAN-TO⁴.

Quadro 7 – Expansão das IES no estado do Tocantins

ANO	Nº de Instituições	Nº de Cursos	Nº de Professores	Alunos Matriculados
1999	04	57	584	7.199
2000	04	81	856	9.113
2002	15	235	1.094	26.930
2006	32	357	2.166	32.562
2009	33	191	3.385	33.957

Fonte: Censo do Ensino Superior - 2009 / SEPLAN – TO.

Com base nos dados do Censo analisado, observa-se que ocorreram avanços consideráveis no Ensino Superior Tocantinense. Nos anos descritos no quadro acima, a quantidade de IES passou de 04 (1999) para 33 (2009); em número de cursos saltou de 57 (1999) para 191 (2009); em número de professores o crescimento deu-se de

⁴ Inep – Censo do Ensino Superior 1999, 2000, 2002, 2006, 2009. Disponível em: www.inep.gov.

584 (1999) para 3.385 (2009) e; em número de alunos matriculados saltou de 7.199 (1999) para 33.957 (2009).

De acordo com Franco (2014), ao analisarmos o Quadro 7 (Expansão das IES no Tocantins), observa-se que no ano de 2009 parece ter havido um decréscimo na participação percentual no total da oferta de cursos superiores (191 cursos) em relação a oferta dos anos anteriores, o que ao primeiro olhar causa estranheza, pode ser explicado: esse número refere-se apenas as IFES e não a todos os cursos superiores implantados no período, pois os números das IES de outras categorias administrativas cresceram muito, em torno de 34%.

Nos anos seguintes, a expansão da educação superior pública por meio do programa de expansão das universidades federais, o ME atende os jovens e os adultos que vivem fora dos grandes centros urbanos ao levar até eles a universidade pública e gratuita. A expansão compreendeu a criação de dez universidades e de 88 campi no interior foram previstos até 2010. No Tocantins, a expansão chegou à Universidade Federal do Tocantins, nos campi de:

- Campus de Palmas
- Campus de Araguaína
- Campus de Gurupi
- Campus de Porto Nacional
- Campus de Arraias
- Campus de Tocantinópolis
- Campus de Miracema

O Estado avançou bastante, mas ainda há um longo caminho a percorrer. O fortalecimento do ensino superior depende ainda de mais incentivos governamentais, no intuito de estendê-lo a uma parcela cada vez maior da sociedade, ampliando as possibilidades socioeconômicas da população e colaborando para o desenvolvimento local e regional.

Vale ressaltar que apesar do crescimento mostrado no período compreendido entre os anos 1999 – 2009, observa-se, ainda hoje, uma grande disparidade se compararmos aos números nacionais, pois, as instituições tocantinenses representam apenas 1,42 % do total de IES do Brasil; os cursos somente 0,64% e as vagas apenas 0,048% (LIMA; FRANCHI; SANTOS, 2019, p. 88).

Quadro 8 - Categorias administrativas e quantitativos de cursos ofertados por IES no estado do Tocantins em 2014

Categoria Administrativa	Instituição de Ensino Superior	Nº de Cursos 2014
Pública Federal	Fundação Universidade Federal do Tocantins	60
	Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Tocantins	22
Pública Estadual	Universidade do Tocantins	13
Pública Municipal	Centro Universitário UNIRG	17
	Faculdade Antônio Procópio Aguiar Franco	02
	Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas	07
Privadas com fins lucrativos	Faculdade de Administração de empresas Paraíso Tocantins	01
	Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína	12
	Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso Tocantins	01
	Faculdade de Tecnologia de Palmas	01
	Faculdade Guaraí	09
	Faculdade ITOP	10
	Faculdade Presidente Antônio Carlos / ITPAC	05
	Faculdade São Marcos	04
	Faculdade Serra do Carmo	03
Privadas sem Fins Lucrativos	Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA	25
	Faculdade Católica do Tocantins	11
	Faculdade Católica Dom Orione	02
	Faculdade de Educação Ciências e Letras Paraíso do Tocantins	04
	Faculdade de Palmas / FAPAL	04
	Faculdade do Bico do Papagaio	04
	Faculdade Integrada de Araguatins	02
	Faculdade Desenvolvimento Sudeste do Tocantins	05
	Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO	09

Fonte: Dados CES/INEP – Elaboração Luciano Correia Franco.

2.5 O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)

As universidades federais já estabelecidas no país recebem recursos do governo federal para ampliar o número de cursos e de vagas no turno da noite e abrir cursos de licenciatura para a formação de professores que atuarão na educação básica.

Todas as universidades aderiram ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e enviaram planos de trabalho ao ME, nos quais explicam como aplicarão os recursos.

A partir do plano apresentado, cada universidade receberá investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos;

recuperação e construção de instalações físicas; e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O principal objetivo do REUNI é ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior.

O REUNI tem como metas globais, a serem cumpridas ao longo dos cinco anos de adesão de cada universidade:

- Elevação gradual da Taxa de Conclusão média dos cursos de Graduação presenciais (TCG) para 90%;
- Alcançar a relação de 18 alunos para cada professor.

Para atingir as metas estabelecidas, as *Diretrizes do REUNI* são:

- Redução das taxas de evasão;
- Ocupação das vagas ociosas;
- Aumento do número de vagas ofertadas, principalmente no turno da noite.

O investimento no programa contou com 2,2 bilhões até 2012. Com esse investimento, as vagas nos cursos presenciais passaram das 124.196 oferecidas em 2002 para 229.270 em 2012 — aumento de 84,6%. Nos cursos noturnos, a ampliação no número de vagas também foi significativa: de 32.871 em 2007 para 79.040 em 2012 (ARRUDA; GOMES, 2018, p. 25).

Nesse cenário, as metas de crescimento no Estado do Tocantins até 2012, tomando como referência a Universidade Federal do Tocantins (UFT), assim, se expressam:

- Cursos de graduação: de 28 para 33
- Cursos noturnos: de 18 para 27
- Investimento: R\$ 18 milhões

Convém destacar que nos Campi da Universidade Federal do Tocantins, essa “Reestruturação” só veio assegurar um ensino de qualidade no Estado do Tocantins que sem dúvida atendeu a uma demanda da formação superior não só no campus da Capital mas também nas cidades do interior. Esse processo viabilizou a entrega de obras do Bloco de Anfiteatros; Sede da Comissão Permanente de Seleção – COPESE; a sede da Universidade da Maturidade – UMA e, o prédio do Centro de Tecnologias Educacionais do Campus de Palmas.

Essa “Reestruturação também se estendeu aos outros seis Campi do interior no decorrer desses últimos anos, tais como:

- Campus de Araguaína:
 - Hospital veterinário;
 - Bloco de anfiteatros;
 - Pavimentação de estacionamento;
 - Prédio para Formação de Professores;
 - Readequação de subestação e ampliação da rede elétrica.
- Campus de Arrais:
 - Prédio para Programa de Formação de Professores.
- Campus de Gurupi:
 - 02 blocos de salas de aula;
 - Blocos de anfiteatros;
 - Conjunto de laboratórios – Projeto “Casadinho”;
 - Prédio para Programa de Formação de Professores;
 - Reforma e ampliação do muro do campus.
- Campus de Miracema:
 - Blocos de salas de aula;
 - Prédio para Programa de Formação de Professoras.
- Campus de Porto Nacional:
 - Boco para laboratórios;
 - Ampliação da biblioteca;
 - Prédio para Programa de Formação de Professores.
- Campus de Tocantinópolis:
 - Reforma Geral e ampliação;
 - Prédio para Programa de Formação de Professores.

Segundo Oliveira (2019), se tomarmos por base a “Meta 12” do PNE (2014 - 2024) – Elevar a taxa bruta de matrícula da Educação Superior para 50% da população entre 18 a 24 anos, assegurando a qualidade e expandir as matrículas no setor público em pelo menos 40%, o status dessa “Meta” ainda não foi cumprida no Tocantins, visto que, a taxa de matrícula na Educação Superior era 37,5% em 2018, distante ainda da meta de 50% para 2024. A expansão das matrículas na Educação Superior era de 11,8% em 2017, enquanto a meta para 2024 é de 40%. A população

de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação era de 25,6% em 2018, e a meta de 2024 é de 33%.

Porém, fazendo parte das políticas para a expansão do ensino superior do governo do Presidente Luiz Inácio da Silva – Lula – a reforma universitária, trouxe até o Estado do Tocantins assim como em todo o Brasil, o Programa Universidade para Todos que Gaspar (2013, p. 60 apud DIAS SOBRINHO, 2010, p. 37) coloca como Programa que facilita a ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas, por meio de financiamento público e que tem sido um programa valiosíssimo para milhares de jovens que estariam excluídos da educação superior por falta de recursos próprios de financiamento.

Assim, a concessão de bolsas integrais e parciais concedidas para estudantes do ensino superior nas IES privadas do Tocantins que aderiram ao programa PROUNI, também é respaldada e acompanhada pela retórica de justiça social e de inclusão de camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo contingente de alunos de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior no Estado.

Dessa forma, em 2005 primeiro ano de implantação do programa, o estado já se beneficiou com 456 bolsas; em 2006, 643 bolsas; em 2007, 732 bolsas; em 2008, 374 bolsas apenas no 1º semestre; em 2015, 1.199 bolsas; e, em 2018, 1.235 bolsas. O que demonstra um crescimento significativo no número de bolsas concedidas a estudantes tocantinenses (GASPAR, 2013, p. 61).

O crescimento da oferta de cursos superiores trouxe novos personagens socioeducativos no cenário urbano que, por sua vez, são atores diretamente geradores de processos de redefinição de funções urbanas, em especial no consumo de entretenimento e na expansão territorial e imobiliária do Estado. Apontam-se significativas alterações na dinâmica econômica da cidade, em especial, na prestação de serviços paralelamente ao desenvolvimento do ensino superior, as quais vêm reforçando o papel do Estado como Localidade Central, no contexto regional. As principais mudanças advindas do crescimento do setor universitário no Estado trouxeram novas reconfigurações territoriais, profissionais, econômicas, populacionais, sociais e culturais não só para a capital do Estado, mas para todos os seus 139 municípios (GASPAR, 2013).

A relação do ensino superior com o local traz conhecimento acerca das diferenças emergentes entre as universidades públicas e as universidades privadas,

seja no que respeita às ofertas educativas seja no que se refere à origem social da população que habita umas e outras.

2.5.1 O PROUNI em Palmas - TO

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) Palmas possui 299.107 habitantes e um sistema de ensino primário e secundário, público e privado, e uma variedade de profissionais de escolas técnicas. No ensino superior, destacam-se importantes universidades públicas e privadas. As instituições públicas de ensino superior sediadas em Palmas são: a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e a UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins).

Tomando por base o Relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2005, o município obteve quase 3,3 pontos, e a tendência é de se chegar a 5,6 em 2021.

A cidade de Palmas conta com oito opções de faculdades **parceiras do PROUNI**: Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG), Faculdade de Palmas (FAPAL), Faculdade de Tecnologia de Palmas (FTP), Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Faculdade Teológica de Ciências Humanas e Sociais Logos (FAETEL), Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), e a Faculdade ITOP, cenário desta pesquisa.

Com relação aos cursos oferecidos pelo PROUNI Palmas possui uma boa diversidade de cursos, com opções em variadas área de atuação, tais como: Administração, Ciências Contábeis, Letras – Português, Pedagogia, Agronegócio, Agronomia, Análise e desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Automação industrial, Banco de Dados, Biomedicina, Ciências Políticas, Ciências Biológicas, Ciências da Computação, Dança, Designe, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Agrícola, Engenharia de Petróleo, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, farmácia, Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, História, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Sistemas de Informação, Teologia, e transportes Terrestres⁵

⁵ Disponível em: <http://www.prouniversitario.com.br/prouni-em-palmas-to-faculdades-e-inscricoes/>

De acordo com o PDI da Faculdade ITOP (2019, p. 60), são muitas as possibilidades socioeconômicas criadas no atual momento por que passa a sociedade palmense, entre estas a adoção de práticas educacionais consistentes e permanentes, funções estratégicas para avanço social e econômico, como sempre tais possibilidades precisam orientar-se a partir de referências científicas e culturais que abram novos horizontes de desenvolvimento autossustentado. Para tanto, as instituições de ensino desempenham papel único e insubstituível, como, aliás, tem sido amplamente reconhecido pela sociedade brasileira. A cidade de Palmas, sua circunvizinhança, estados vizinhos e toda a Região Norte são áreas de abrangência visadas pela Faculdade ITOP.

A referida IES no desejo de participar e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida da população palmense, tendo ciência do seu papel como em oferecer cursos superiores, disponibiliza aos alunos egressos do ensino médio, através da sua adesão ao PROUNI, uma possibilidade única de acesso ao ensino superior.

A Faculdade ITOP aderiu ao PROUNI em 2011 e desde então concede bolsas (integrais e parciais) nos cursos de graduação para estudantes de baixa renda, oriundos da rede pública de ensino, e que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

2.5.2 O cenário da pesquisa: dados sobre a Instituição

Destarte, tendo como foco da pesquisa mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do PROUNI matriculados da Faculdade ITOP e, como um dos objetivos específicos identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem da referida Instituição de Ensino Superior e, conseqüentemente também investigar o compromisso social desta IES em relação à inclusão social e a permanência do aluno bolsista PROUNI, é fundamental conhecer a trajetória histórica e os dados numéricos desta IES que se encontra localizada no norte do País, mais precisamente em Palmas, capital do Estado do Tocantins.

A Faculdade ITOP nasceu com o compromisso de ser reconhecida por parte dos alunos e da comunidade em geral. Com seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado para o quinquênio (2019 a 2023), a instituição planeja contribuir ainda mais para satisfazer a demanda por formação profissional que cresce

com o número de alunos que concluem o ensino médio e desejam ingressar no mercado de trabalho (PDI, 2019, p. 16).

A Faculdade ITOP engaja-se, assim, no processo de desenvolvimento, que se verifica na região e ocupa, com empenho e dedicação, as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do Estado criaram novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

As perspectivas de crescimento do Estado do Tocantins promoveram a sensibilização dos mantenedores que, ao conceber a Faculdade ITOP, no seu projeto pedagógico, vocacionando para o caminho da reflexão da realidade regional de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A excelência do processo educacional da Faculdade ITOP se dá por meio de um projeto pedagógico moderno, com atividades permanentes que envolvem estudos em bibliotecas, pesquisas na Internet, aulas práticas, visitas técnicas, palestras, seminários, etc., colocando em primeiro plano a qualidade dos serviços e, conseqüentemente, a satisfação dos alunos matriculados nos cursos em funcionamento conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Cursos autorizados, reconhecidos e em funcionamento na Faculdade ITOP

CURSOS	HABILITAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	TURNO	VAGAS	DURAÇÃO MÍNIMA (semestres)
Administração	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela portaria nº 704, de 18 de dezembro de 2013. Publicação no Diário Oficial Nº 246, de 19/12/2013.	Noturno	200	8
Administração EAD	Bacharelado	Aut. Portaria Nº 1010 de 20/05/2019, Publicada no Diário Oficial da União nº 96 de 21/05/20179.	Integral	350	8
Ciências Contábeis	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria Nº - 935, de 24 de agosto de 2017. Publicação no Diário Oficial Nº. 164 de 25/08/2017.	Noturno	200	8

Enfermagem	Bacharelado	Aut. Portaria nº 214 de 23/06/2016. Publicação no Diário Oficial de Nº 120 de 24/06/2016	Noturno	70	10
Engenharia Civil	Bacharelado	Aut. Portaria nº- 866, DE 8/08/2017. Publicação no Diário Oficial de Nº 152, de 09/08/ 2017	Noturno	50	10
Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Aut. Portaria Nº 427 de 30/08/2013. Publicação no Diário Oficial Nº. 170 de 03/09/2013.	Noturno	100	5
Gestão Pública	Tecnológico	Reconhecimento Portaria nº 877, de 17 de dezembro de 2018. Publicação no Diário Oficial nº 243, de 19/12/2018.	Noturno	100	5
Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas	Licenciatura	Reconhecimento pela portaria nº 54, de 09/03/2016. Publicação no Diário Oficial Nº 47, de 10/03/2016	Noturno	100	7
Logística	Tecnológico	Reconhecimento Portaria nº 427, de 10 de setembro de 2019. Publicação no Diário Oficial nº176, de 11/09/2019.	Noturno	100	5
Marketing	Tecnológico	Aut. Portaria Nº 405 de 30/08/2013. Publicação no Diário Oficial Nº. 169 de 02/09/2013.	Noturno	100	5
Pedagogia	Licenciatura	Renovação de Reconhecimento pela Portaria nº 1.093, de 24/12/2015, Publicação no Diário Oficial Nº 249, de 30/12/2015.	Noturno	150	8
Pedagogia EAD	Licenciatura	Aut. Portaria Nº 1010 de 20/05/2019, Publicada no Diário Oficial da União nº 96 de 21/05/20179.	Integral	350	8
Segurança do Trabalho	Tecnológico	Reconhecimento portaria nº 427, de 10 de setembro de 2019. Publicação no Diário Oficial nº 176, de 11/09/2019.	Noturno	100	7
Serviço Social	Bacharelado	Aut. Portaria Nº 405 de 30/08/2013. Publicação no Diário Oficial Nº. 169 de 02/09/2013.	Noturno	100	8

Fonte: PDI / 2019 –2023 - Faculdade ITOP.

O acesso à educação superior, de pessoas de diferentes origens e classes socioeconômicas, em especial as com menor poder aquisitivo, contempla a responsabilidade social da Faculdade ITOP. A faculdade, ao abrir as portas ao **Programa Universidade para Todos**, oportunizou o ingresso de pessoas oriundas de classes menos favorecidas, bem como de diferentes origens e culturas.

Quadro 10 – Usufruto de Bolsas PROUNI por ano

Ano	Nº de Bolsas	Tipo de Bolsa	
		Integral	Parcial
2013	36	Integral	
2014	40	Integral	
2015	43	Integral	
2016	35	Integral	
2017	18	Integral	
2018	33	Integral	Parcial
TOTAL:	225	219	06

Fonte: Termo de Atualização Coletiva do Usufruto de Bolsa PROUNI/ Faculdade ITOP/2018.

Em relação à distribuição de bolsas do Programa para a Faculdade ITOP, os dados disponibilizados no Quadro 10 – Usufruto de bolsas PROUNI por ano, indicam que foram concedidas, em 2013, 36 bolsas sendo todas integrais. Em 2014, o Programa concedeu para a Instituição 40 bolsas integrais. Em 2015, o número de bolsas integrais chegou a 43. Em 2016 e 2017, esse número de bolsas integrais concedidas, caiu para 35 e 18. Em 2018, das 33 bolsas disponibilizadas, 27 foram do tipo integral e 06 do tipo parcial.

Quadro 11 - Dados por Curso contemplando os ingressantes com bolsa PROUNI

Curso	Turno	Ingresso/Ano	Nº Bolsas	Tipo de Bolsa
Administração	Noturno	2010	05	Integral
Ciênc. Contábeis	Noturno	2011	12	Integral
Enfermagem	Noturno	2012	12	Parcial
Engenharia Civil	Noturno	2013	13	Integral
Gestão de Recursos Humanos	Noturno	2014	08	Integral
Gestão Pública	Noturno	2015		Integral
Letras – Português e Inglês	Noturno	2016		Integral
Pedagogia	Noturno	2017	18	Integral
-		2018	32	

Fonte: Termo de Atualização Coletiva do Usufruto de Bolsa PROUNI/ Faculdade ITOP/2018.

Assim, a análise crítica do próximo capítulo não abarca o cenário nacional ou ao contexto geral de uma política pública neoliberal, como vimos em passagens anteriores desse estudo. O foco é voltado para a análise do perfil socioeconômico dos alunos bolsistas – PROUNI a partir do discurso dos atores deste processo, os acadêmicos da IES pesquisada (Faculdade ITOP).

No capítulo a seguir serão apresentados e discutidos os dados resultantes das entrevistas.

3 O PROUNI NO ITOP: PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES BOLSISTAS

Este capítulo tem como objetivo o enquadramento metodológico do trabalho. Na concepção de Gaspar (2013, p. 31 apud BOGDAN; BILKLEN, 1994), uma investigação não se realiza sem um problema definido para estudar e sem plano elaborado que oriente sua concretização. Dessa forma, definido o tema da investigação, colocadas as questões que pretendemos dar respostas e delineados os objetivos que guiam o estudo, devemos enquadrá-lo numa metodologia de investigação correspondente à sua natureza.

Neste trabalho investigativo, portanto, partimos da seguinte pergunta: Quem são e quais as estratégias adotadas pelos bolsistas do PROUNI para permanecerem na Universidade e, que fatores interferem no acesso e permanência desses estudantes bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP?

3.1 Natureza do estudo

Nessa perspectiva, nós decidimos para a realização desta pesquisa pela metodologia de estudo de caso, que nas palavras de Yin (2001, p. 3), é um método de investigação que se baseia principalmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa, ou uma instituição e sua realidade, utilizando para isso, entrevistas, observações, documentos, questionários e artefatos.

Optamos por uma abordagem qualitativa. Qualitativa porque propiciou uma construção baseada nas interfaces que emergiram da análise dos textos descritos pelos respondentes e aprofundou a compreensão dos fenômenos investigados, isto é, permitiu compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas (MILES; HUBERMAN, 1994).

Sobre esse ponto André (2005, apud GASPAR, 2013, p. 4), esclarece que o estudo de caso qualitativo, é mais que uma escolha metodológica, é uma escolha do objeto a ser estudado e que gera conhecimento ao se estudar o caso. Essa afirmação conduziu a metodologia que usamos para investigar o perfil do jovem que ingressa na faculdade ITOP com o apoio do Programa Universidade para Todos - PROUNI. Essa escolha se deu principalmente porque propicia um conhecimento mais concreto no momento que tornar-se mais vivido; propicia uma maior contextualização uma vez

que a nossa experiência está enraizada em um contexto; é baseada na população de referência, o que conduz à interpretação por parte do leitor, levando ao acréscimo de um conhecimento anterior, conforme orienta André (2005, p. 10).

Partindo desse encaminhamento, percebemos a necessidade de coletar primeiramente dados sobre os bolsistas do PROUNI que encontram-se estudando na Faculdade ITOP e, em segundo momento, procuramos entrar em contato com esses bolsistas para investigá-los a partir de indicadores representados por: características socioculturais; características individuais; características familiares e de origem escolar; e, características com relação a inserção universitária.

Os dados sobre os bolsistas foram coletados entre os meses de janeiro e março de 2020.

Uma vez definida a nossa opção pela metodologia do estudo de caso, efetuamos uma revisão bibliográfica, ou seja, construímos uma plataforma teórica para a pesquisa, procedendo a um levantamento de referências que deram suporte e fundamentação teórico-metodológica ao caso que pretendíamos estudar. Sobre essa questão Martins (2008, p. 18) adverte: “referências que o ajudarão a definir as questões orientadoras e proposições (teses) deverão integrar o arcabouço teórico da pesquisa”. O autor ainda lembra que um grave defeito que se nota no desenvolvimento de diversos estudos de caso é a falta de uma plataforma teórica que aponte o que investigar, como demonstrar as proposições do estudo e que oriente a abordagem e aproximação como fenômeno propriamente dito (MARTINS, 2008, p. 19). Assim, a significância do teor da citação e a qualidade dos autores referenciados ofereceram fortes credenciais ao desenvolvimento deste estudo de caso.

3.2 Objeto e objetivos do Estudo

O trabalho tem como foco o Programa Universidade para Todos – PROUNI na Faculdade ITOP. Através dele estudar o perfil socioeconômico do aluno bolsista a partir da percepção dos próprios sujeitos desse processo e dos gestores da faculdade. Nesse sentido pretende-se mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do PROUNI matriculados na Faculdade ITOP; identificar as estratégias encontradas por esses estudantes para permanecerem na referida Instituição de Ensino Superior já que estes estão inseridos em uma estrutura fortemente desigual no que tange a classe social, bem como no que diz respeito às respectivas decorrências na trajetória

escolar e de formação; e, finalmente, verificar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior.

3.3 Os sujeitos de estudo

Os sujeitos que nos propusemos a investigar são os bolsistas do PROUNI matriculados nos cursos em funcionamento da Faculdade ITOP. Nestes termos, escolhemos como objeto de estudo os estudantes que hoje encontram-se com suas matrículas ativas, por considerarmos que, praticamente, nada se sabe sobre a inserção destes bolsistas na instituição e suas condições de estudo, suas dificuldades acadêmicas e estratégias para permanecerem estudando, ou mesmo as causas que podem os levar a evasão.

3.4 Da amostra

As pesquisas sociais são complexas e é comum a imensa dificuldade em englobar todo o contexto estudado. Gil (2012, p. 90) explica que amostra é um subconjunto do universo da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo.

No desenvolvimento da pesquisa foi adotada a amostragem de acordo com os critérios estabelecidos com a finalidade de atingir o objetivo proposto. E desta forma, foi possível enriquecer o estudo com novos conhecimentos que surgiram no decorrer da investigação.

A pesquisa foi realizada com 60 bolsistas da Faculdade ITOP, ingressantes pelo Programa Universidade para Todos em 2018. O total de ingressantes no respectivo programa na IES foi de 225. A análise das informações acerca dos ingressantes foi realizada em março de 2020.

Assim, os sujeitos cernes desta pesquisa foram 60 graduandos (bolsistas do PROUNI), o critério de seleção priorizou um número de 10 (dez) alunos por curso escolhidos aleatoriamente entre seis dos cursos ofertados (Gestão Pública, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Enfermagem e ciências Contábeis), os quais foram convidados a responderem o questionário da pesquisa administrado.

3.5 Instrumentos de Coleta de dados

Com o objetivo de realizar um estudo que abrangesse uma amostra representativa do universo dos alunos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP, o objeto da nossa investigação, baseou-se na aplicação de um questionário a este conjunto de sujeitos.

A construção do referido questionário nasceu de um processo de reflexão e análise teórica, com embasamento na bibliografia de referência que se prestou para formulação das questões. Esse instrumento de coleta de dados, segundo Gil (2012, p. 121), é essencialmente adequado para o conhecimento de uma população como tal, para a análise de um fenômeno social ou nos casos onde é necessário interrogar um certo número de pessoas.

No que refere aos estudantes, traçamos como objetivo caracterizar os alunos que estudam na IES Faculdade ITOP, para tanto buscamos conhecer seu perfil socioeconômico e dos seus respectivos familiares, pois a origem social e a situação econômica da família do estudante é, sem dúvida, um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos. Também foram realizadas frequências descritivas sobre cor ou raça, sexo, faixa etária e renda. Bem como, perspectivas profissionais, relações com a instituição, entre outras.

3.5.1 O questionário e sua aplicação

Na construção do questionário primamos pela elaboração de um instrumento que fosse claro e objetivo e que trouxesse de volta respostas pautadas também na objetividade. Questões abertas também permearam o instrumento de pesquisa e estavam voltadas às dificuldades encontradas no percurso acadêmico, aos pontos positivos /negativos do PROUNI oportunizando os respondentes a liberdade para comentários.

O questionário versou sobre as características socioculturais dos estudantes bolsistas do PROUNI; as características individuais; as características familiares e de origem escolar; e, as características com relação a inserção universitária destes bolsistas. Ao todo, o instrumento tem XX questões objetivas de múltipla escolha e XX questões subjetivas de resposta longa.

A administração do questionário foi pelo aplicativo Formulários do **Google Drive**, o qual teve funcionalidade satisfatória e também teve o benefício do livre acesso. Após editar o questionário, o aplicativo gerou um link que foi enviado por e-mail para um número superior a 60 respondentes. Em consequência de o formulário google ser de rápida aplicação e ter sido distribuído em redes sociais, a possibilidade que esperávamos de conseguir pelo menos 95% dos questionários respondidos foi concretizada, ou seja 55 bolsistas dos 60 dos quais esperamos obter respostas responderam espontaneamente o questionário, devolvendo-os na medida que iam respondendo. Cabe ressaltar, que tínhamos em mente utilizar desse montante não mais de 60 respostas, para que o excesso de dados não viesse dificultar a nossa análise e atrapalhar na interpretação dos dados. Assim priorizamos montar um questionário o mais objetivo possível, evitando perguntas que pudessem causar dupla interpretação ou gerar respostas dúbias. A facilidade com que os alunos bolsistas interagem com a ferramenta é bastante considerada no sucesso do retorno das respostas não havendo a necessidade que enviássemos o questionário mais de uma vez.

Em função do uso frequente e da facilidade de manuseio da estrutura do Google Drive, conforme afirmação de Oliveira e Penteado (2016, p. 7) que “se obtém com esse método maior alcance, confiabilidade das informações e maior disponibilidade [...]. O formulário permanece na rede acessível em diferentes plataformas e pelo tempo necessário”. Assim, optou-se por esse tipo de formulário no intuito de identificar e responder à questão que originou esse trabalho. Foi desenvolvida minuciosa análise das respostas recebidas dos sujeitos cerne da pesquisa.

As constatações, a partir da análise dos dados do Questionário Socioeconômico fazem parte da discussão abaixo.

3.6 Apresentação, Análise e Discussão dos dados

A pesquisa desenvolvida teve como ponto de partida três blocos de informações: primeiro, foram analisadas as características individuais dos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP (gênero, idade, cor, sexo, etc.); segundo, as características socioculturais desses bolsistas (renda familiar, escolaridade dos pais, origem escolar, trajetória escolar e evasão escolar); e, terceiro, as características da

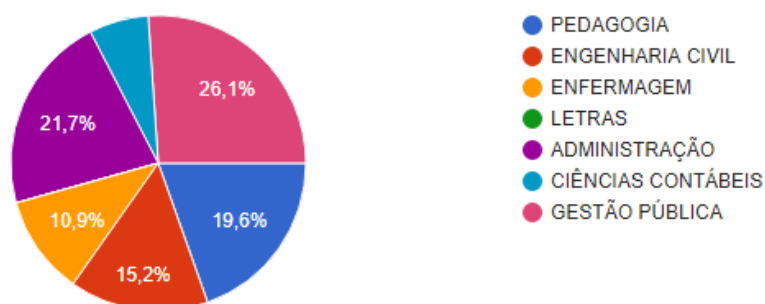
trajetória acadêmica (turno, período que está cursando, motivação para a escolha do curso, forma de ingresso, entre outros).

Assim sendo, nos foi proporcionada a oportunidade de conhecer e redesenhar com mais propriedade o perfil sociocultural dos alunos contemplados com bolsas do PROUNI na Faculdade ITOP, bem como, conhecer outros aspectos envolvidos na trajetória acadêmica desses bolsistas, tais como: dificuldades das mais diversas ordens vivenciadas no dia a dia da vida acadêmica; principais causas responsáveis pelos períodos de afastamentos e desistência do curso, aproveitamento, falta de apoio financeiro e custo para se manter no Curso Superior.

A seguir, apresentamos os resultados das respostas ao instrumento de coleta de dados aplicado:

QUAL A GRADUAÇÃO QUE ATUALMENTE CURSA?

46 respostas



Partindo dos critérios citados acima, encabeçamos o primeiro bloco de questões com a seguinte pergunta: *Qual a graduação que atualmente cursa?* Aqui a proposta da pesquisa foi analisar a inserção universitária de bolsistas do PROUNI nos cursos de graduação ministrados pela Faculdade ITOP, verificando entre estes o que contém o maior número de bolsistas na instituição.

Uma vez que as respostas ao questionário era voluntária, verificou-se que dos questionários enviados 46 responderam esta questão. Com base nesses resultados verificamos a predominância entre os respondentes de bolsistas PROUNI no Curso de Gestão Pública (26,1%); seguidos decrescentemente dos cursos de Administração (21,7%); Pedagogia (19%); Engenharia civil (15,2%); Enfermagem (10,9%); e, por fim, o Curso de Ciências Contábeis (sem percentual que o represente). Em razão de não estar mais sendo mais ministrado pela instituição o Curso de Letras não evidencia nenhum percentual entre os respondentes.

Sobre esse aspecto, Zago (2006) afirma que há de se reconhecer que o sistema escolar que antecede o ingresso na educação superior bem como as desigualdades sociais e econômicas, age no sentido de tolher a liberdade dos indivíduos. Sendo assim, conclui-se, que não existe a efetiva escolha de curso, mas sim uma adaptação dos estudantes aos cursos que eles avaliam como sendo compatíveis com suas demandas e horizontes.

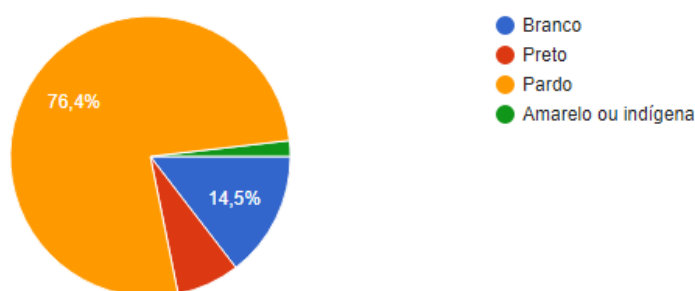
A respeito dessa questão Pallazo (2015, p. 220), afirma que pesa sobre a escolha por um curso o seu grau de seletividade: quanto maior o prestígio social, quanto maior a expectativa de retorno financeiro, maior é a concentração de candidatos.

Vale ressaltar, que o ingresso de jovens de baixa renda no Ensino Superior possibilita uma nova perspectiva de vida, de aquisição cultural e de melhores possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. O aumento do desemprego e as exigências de formação profissional na atualidade reforça a lógica de que o acesso à educação superior se apresenta para a grande maioria dos jovens, como a única possibilidade de ascender socialmente.

3.6.1 Características individuais dos bolsistas: cor/raça, idade, gênero, trabalho

1) Com relação a COR como você se auto declarou ao preencher os formulários enviados pelo MEC para solicitar a bolsa do PROUNI?

55 respostas



Com relação a **COR**, como você se auto declara ao preencher os formulários enviados pelo MEC para solicitar a bolsa do PROUNI? Nesse aspecto na nossa amostra contendo 55 respondentes, os pardos representam 76,4%, enquanto os brancos representam 14,5% e os pretos, amarelos e indígenas, juntos, somam um percentual representativo, se considerarmos que até pouco tempo, mais ou menos uns 50 anos atrás, essas pessoas não tinham nenhum acesso ao ensino superior.

Dessa forma, observa-se uma importante presença de bolsistas que se auto declararam pardos e uma considerável presença de pretos, indígenas e amarelos. O universo racial do grupo investigado demonstra claramente que o sistema de cotas foi um meio de grande relevância para os pardos nos seis cursos analisados. É possível também concluir, que a partir dos critérios estabelecidos pelo próprio programa, ele vem atingindo a finalidade para a qual foi criado: está contribuindo para a inserção de alunos em proporções compatíveis com a distribuição dessas raças na população brasileira em geral. Uma vez que, conforme aferida pelo IBGE no último Censo levantado o perfil étnico-racial dos bolsistas (pretos e pardos e indígenas), deve ser considerada na distribuição de bolsas pelo PROUNI.

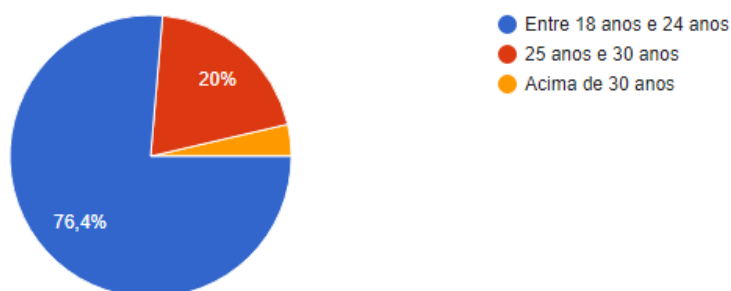
Autores como Maggie e Fry (2004, p. 67), dentre outros autores, defendem as políticas universalistas, direcionadas aos economicamente desfavorecidos, pois acreditam que o principal problema existente na sociedade brasileira é social e não racial. Nesse sentido, apontam restrições à política baseada no critério “raça”, tendo em mente que ela não dá garantia a universalização dos direitos. Para esses estudiosos, promover a melhoria na qualidade da Educação Básica é a medida mais expressiva para que haja maior equidade no acesso ao Ensino Superior.

Porém, como pontua Santos (2012, p. 770), nas últimas décadas políticas e programas de ação afirmativa ocuparam o centro das discussões sobre o acesso ao Ensino Superior brasileiro. As iniciativas, estabelecidas por leis ou resoluções dos conselhos universitários, tinham como finalidade atender a grupos específicos, tais como: afrodescendentes, egressos de escolas públicas e população de baixa renda. Entre os programas implementados, percebe-se uma grande variedade de critérios para definição dos beneficiados. Os mais utilizados são: étnicos (direcionados à população indígena), raciais (voltados para afrodescendentes), sociais para egressos de escolas públicas e/ ou avaliados de acordo com a renda familiar).

Enfim, há um grande questionamento em torno dessas ações afirmativas, ou seja, se estas se constituem ou não em medidas especiais temporárias, adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório? Se estas políticas são uma tentativa de eliminar a discriminação atual? Pois segundo Maggie e Fry (2004, p. 68), a discriminação ocorre quando nós somos tratados como iguais, em situações diferentes, e de modo diferente em situações iguais.

2) Faixa etária

55 respostas



A maior incidência de bolsistas PROUNI de nossa amostra (55 respostas obtidas), 76,4%, concentra-se nas duas coortes de idade mais jovem (entre 18 anos e 24 anos), o que demonstra uma trajetória escolar dentro dos padrões normais sem grandes atrasos e provável ingresso na faculdade logo após o término do ensino médio. Na segunda coorte, encontram-se 20% dos bolsistas com idades entre 25 e 30 anos. Na terceira coorte de idade (acima de 30 anos), encontramos entre os bolsistas respondentes o menor percentual. Portanto, é possível afirmar com base nas entrevistas, que na grande maioria dos investigados, o PROUNI se mostrou como uma oportunidade ímpar para que pudessem viabilizar o projeto de transição imediata do ensino médio para o curso superior.

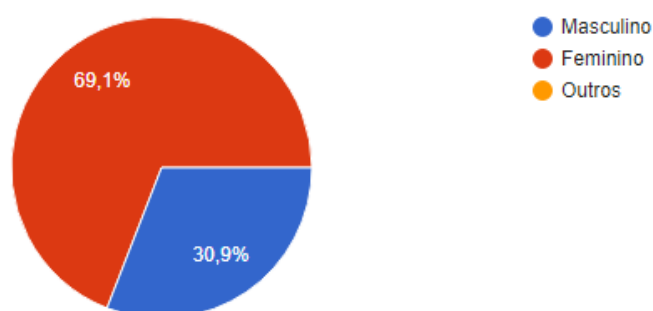
Portanto, a criação de ações do governo como o Programa Universidade para Todos – PROUNI proporciona a esse grupo de pessoas acesso a uma educação de nível superior, ou seja, as ações governamentais desenvolvidas nas e com as instituições de educação superior reforçam a seguinte definição de inclusão: “Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) teriam que esperar para entrar”.

Segundo Forest e Pearpoint (2014, p.137), a inclusão social voltada para a educação corresponde a um conjunto de ações que combatem a exclusão dos benefícios da educação na vida em sociedade. Em muitas vezes estabelece padrões igualitários, contradizendo o perfil populacional, o qual é delineado por diferenças. Conclui-se, que as diferenças no contexto educacional representam grandes oportunidades de aprendizado. A oportunidade dada a pessoas que acabaram de concluir o Ensino Médio a entrarem no Ensino Superior sem interrupção de sua trajetória escolar e também aqueles que se encontravam com essa trajetória interrompida torna as Instituições de Educação Superior (IES), mais plurais e diferenciadas.

De acordo com o INEP (2010), O Brasil tornou-se um país moderno e de economia emergente, embora marcado pela desigualdade social. No caso do acesso à Educação Superior, pode-se afirmar que várias iniciativas governamentais deram novo fôlego à expansão ocorrida neste nível de ensino. Contudo, mesmo acumulando crescimento de 110% no número de matrículas entre os anos 2001 e 2010, as estatísticas mostram que somente 8,8 das pessoas com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculadas em cursos de graduação em 2001, passando para 14, 4% em 2009. Em 2018, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independente do curso frequentado foi de 32, 7%. Por sua vez, somente 25,2% desses jovens frequentavam cursos de Educação Superior ou haviam completado esse nível de Ensino. Entre os estudantes de 18 a 24 anos, 11% estavam atrasados, frequentavam ainda algum dos cursos da Educação Básica. Em 2019, subiu para 47, 4% da população nessa faixa etária.

3) Sexo

55 respostas



Nos seis cursos analisados em nossa pesquisa na amostra representada por 55 respondentes, predominam bolsistas do sexo feminino (69,1%), ficando a presença masculina com o percentual de apenas (30,9%). Aproximadamente (1%) ficou com os casos não declarados. Com base nestes resultados, o PROUNI para os seis cursos pesquisados na Faculdade ITOP, favoreceu, sobremaneira, o acesso de pessoas do sexo feminino.

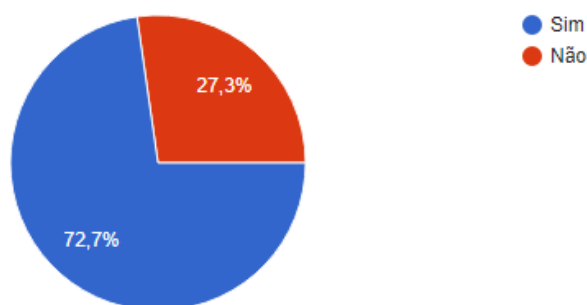
Segundo o IBGE (2019), cada grupo de pessoas classificadas por sexo, tem motivações diferentes para seguir ou não seguir estudando, ampliando ou não ampliando a sua qualificação. Entre os homens, a principal desmotivação para não seguir com os estudos é o trabalho ou a procura por trabalho. Já entre as mulheres, o estudo é muito importante, mesmo tendo que dividi-lo com a necessidade de realizar

afazeres domésticos e os cuidados com os familiares. O interesse em estudar e se qualificar é maior entre as mulheres, apesar da falta de recursos para pagar as despesas ligadas a educação ser quase sempre maior entre estas.

Barreto (2014, p. 6), acrescenta que a majoritária presença feminina nos cursos de graduação não esconde desafios, pois se os dados nacionais sugerem uma aparente equidade de gênero no ambiente acadêmico, quando vistos em detalhes, revelam a permanência de distinções que evocam a tradicional divisão do trabalho. Embora seus direitos, entre os quais o Direito à Educação venham sendo progressivamente reconhecidos, ainda enfrentam fortes preconceitos e discriminações, e há pouca informação sobre a sua presença no Ensino Superior.

4) Você trabalha?

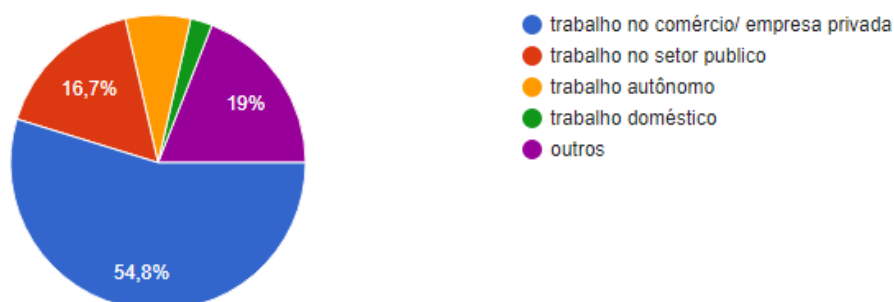
55 respostas



Esta variável de análise mostra a correlação existente entre três questões. Primeiro: dos 55 respondentes, a maioria respondeu que trabalha (72,9%), enquanto os que responderam que não, compõem o percentual de 27,3%.

5) Se sim, onde?

42 respostas

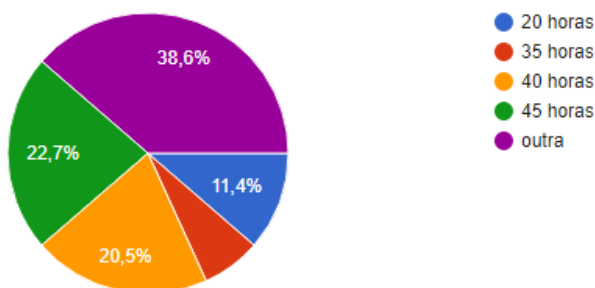


Percebe-se, portanto, que para a maioria dos respondentes trabalhar durante a vida acadêmica é uma condição para estar cursando o ensino superior, já que a

renumeração obtida através da atividade laboral exercida por eles, é primordial para custear as despesas pessoais e materiais (xerox, taxas, transporte, etc.), e na maioria dos casos ajudar a família. Esse aspecto mostra que os alunos inseridos nesse perfil não contam com recursos financeiros vindos da família, ou melhor dizendo, a família é que depende quase sempre da renda deles, para poder custear o orçamento da casa. 42 destes respondentes especificaram o local de trabalho, o que pode ser transcrito a seguir: o maior percentual ficou com aqueles que trabalham no comércio/empresa privada (54,8%); em seguida vieram os que trabalham no Setor Público (16,7%); e, os que exercem atividades laborais em outros setores não mencionados (19%); os que se encontram em atividades autônomas e domésticas não tiveram um percentual significativo que os represente. Estes dados, juntamente com a informação sobre a carga horária de trabalho fecham o tripé dessa questão, onde das 44 respostas obtidas, 38,6% respondeu (outra), não especificando a carga horária; 22,7% responderam (45 horas); 20,5% (40 horas), 11,4% (20 horas); e por fim, sem percentual representativo para 35 horas de trabalho.

6) Qual a carga-horária semanal de trabalho

44 respostas



De acordo com a Consolidação das Leis trabalhistas (2018), Um dos elementos fundamentais da legislação trabalhista são as discussões sobre a jornada de trabalho. Nenhum gestor de RH pode ficar alheio a este fato.

Ao longo do tempo, ficou cada vez mais claro para os empregadores e para o governo que jornadas desreguladas prejudicam os trabalhadores. Esse prejuízo tem diversos sentidos, inclusive sendo um perigo para sua saúde e um obstáculo para a produtividade.

Atualmente, as leis trabalhistas brasileiras são bastante detalhadas em relação à jornada de trabalho. O empregador precisa estar atento ao cumprimento dessas leis, para evitar possíveis sanções. Também é importante que o gestor de RH organize a

jornada de trabalho segundo as necessidades da empresa, já que existem diferentes maneiras de fazer a escala dos funcionários. Porém, em se tratando de alunos-trabalhadores, a jornada de trabalho vivenciada por estes, mesmo estando dentro dos parâmetros legais sempre traz um certo comprometimento ao bom desempenho no curso superior.

Muitos universitários vivenciam uma dupla jornada de trabalho e estudos. Em universidades privadas essa necessidade surge muitas vezes em decorrência de se ter que pagar a mensalidade sem o auxílio financeiro dos familiares. Quanto aos bolsistas do PROUNI, essa necessidade está atrelada as necessidades de subsistência. Esta realidade é algo penoso, que exige muito do sujeito, por vezes prejudica no desempenho acadêmico e também a tentativa de construir um currículo profissional. Esta questão é evidenciada nas seguintes falas: “Eu trabalho, e por ter 50% eu não consigo me dedicar muito aos estudos.” (Bolsista 1); “Nossa... trabalhar o dia inteiro, chegar de noite e ainda ter que apresentar um trabalho (...) nossa... isso é muito complicado” (Bolsista 2).

A jornada de trabalho, nos termos atuais para a maioria dos alunos-trabalhadores, mostra que disso, depreende-se que o Prouni promove uma política pública de acesso, mas não de permanência e conclusão do ensino superior, oferecendo concessões mediante condicionantes, mas não se constituindo em garantia do direito à educação superior para grande parte dos alunos trabalhadores (CATANI; GILIOLI, 2005). Estas constatações permitiram-nos concluir que mesmo a garantia de acesso é aparente, pois, a percentagem de bolsistas, desde sua implantação, até 2013, foi de 12%, em relação ao número total de inscritos nos processos seletivos PROUNI, no mesmo período.

Perante a falta de políticas de permanência estudantil associadas ao PROUNI, a evasão provisória ou definitiva se torna uma realidade, em vista da impossibilidade de conciliação entre o trabalho e a formação profissional de nível superior noturna privada, pois a população-alvo dessa política necessita de uma renda mínima para o provimento da sobrevivência, pois se trata de famílias compostas por pessoas com rendas *per capita* de até três salários mínimos.

Percebe-se que a carga horária de trabalho é uma condição inerente a vida desses alunos bolsistas enquanto classe expropriada, inviabilizam muitas vezes as propostas de uma formação superior de qualidade. Por outro lado, o intento de

flexibilizar a escola tende a incidir negativamente sobre a quantidade e qualidade dos conhecimentos pretendidos.

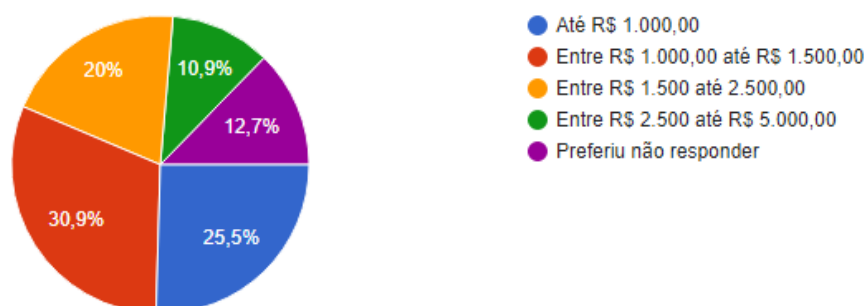
O desenvolvimento da pesquisa neste “Primeiro Bloco” de questões traz à tona uma reflexão sobre a análise do perfil evidenciado. Acreditamos que o perfil desses estudantes pertence a um novo público que está ingressando no ensino superior privado. Essa abertura está atrelada ao investimento em políticas públicas que passou a oportunizar a democratização do acesso ao ensino superior, facilitando, dessa forma, o acesso ao curso superior por um público de famílias populares, isto é, de estratos mais baixos da população. Assim, podemos extrair que as políticas de ação afirmativas no ensino superior brasileiro que tiveram início no ano de 2001 e ainda hoje suscitam defesas e críticas acaloradas sobre sua contribuição para a redução das desigualdades existentes em nosso país. Como podemos constatar, apesar da dimensão do PROUNI, o programa proporciona a entrada de uma clientela social bastante distinta daquela que tradicionalmente ingressa no Ensino Superior.

3.6.2 Características socioculturais e econômicas dos alunos da Faculdade ITOP

Neste segundo bloco de questões são apresentados os resultados referentes às características socioculturais e econômicas dos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP. No decorrer deste bloco apresentamos dados do questionário socioeconômico sobre renda familiar, escolaridade dos pais, origem escolar, trajetória escolar no ensino fundamental ou médio, acesso as mídias sociais, etc.

7) Renda familiar mensal

55 respostas



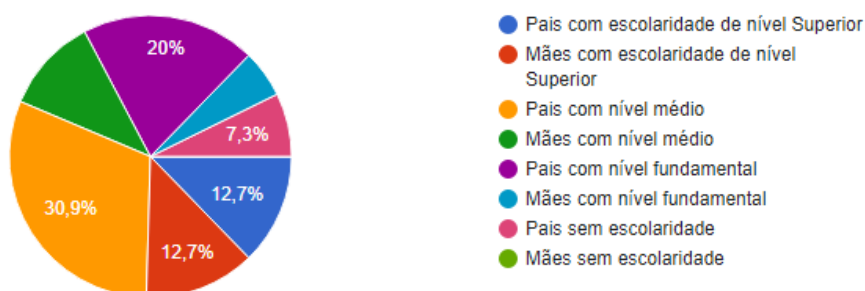
Quanto à renda, esse quesito conta com 55 respondentes ao questionário. Assim, os dados obtidos colaboram para que agrupemos a renda familiar dos bolsistas

PROUNI da Faculdade ITOP em cinco níveis: 1) até R\$ 1.000,00 reais, que teve um percentual representado por 25,5% dos respondentes; 2) de R\$ 1.000,00 até R\$ 1.500,00 reais com 30,9%; 3) de R\$ 1.500,00 até R\$ 2.500,00 teve 20%; 4) de R\$ 2.500,00 até R\$ 5.000,00 responderam 10,9%; o restante 12,7% dos bolsistas preferiu não responder.

Pode-se concluir aqui, que a situação financeira dos bolsistas PROUNI, distribuídos entre os cursos de graduação ministrados pela Faculdade ITOP e objeto dessa pesquisa, quando responderam ao questionário apresenta uma melhora quase imperceptível em relação à situação dos mesmos quando ingressantes na vida acadêmica, já que a grande maioria tinha bolsa integral, logo a remuneração familiar mensal per capita não ultrapassava a R\$ 1.000,00 reais, isto é, inferior a 1 (um) salário mínimo.

8) Escolaridade dos Pais

55 respostas



Analisaremos a seguir o nível de escolaridade dos pais e das mães dos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP. Vale aqui ressaltar que segundo Santos (2012, p. 7), está é uma questão amplamente debatida nos estudos que tem como foco as desigualdades educacionais e mobilidade social como uma medida do capital cultural familiar e da posição social da família. Assim, esta síntese destaca os percentuais compreendidos entre as 55 respostas obtidas através do questionário enviado. Dessa forma, verificamos um ambiente familiar cultural menos vantajoso para os bolsistas do PROUNI: apenas 12,7% de pais e mães dos bolsistas possui escolaridade correspondendo ao nível superior; destaca-se o percentual de 30,9% de pais que completaram o nível médio, em contraste com a escolarização das mães que tem escolaridade inferior ao ensino médio; 20% dos pais desses bolsistas completaram o ensino fundamental, enquanto as mães não tiveram representatividade nesse nível de

escolaridade; 7,3% dos pais desses bolsistas apresentaram-se sem escolaridade, enquanto a ausência de escolaridade das mães não foi evidenciada na amostra.

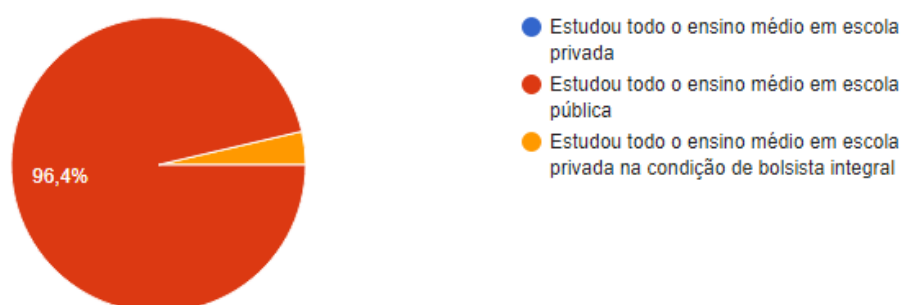
Observa-se, também que os pais dos respondentes têm maior escolaridade do que as mães nos níveis fundamental e médio, enquanto no nível superior, os percentuais mostram igualdade de escolaridade entre pais e mães.

A leitura que se faz desse resultado é que a pouca escolaridade dos pais acima descrita, reforça a satisfação dos mesmos em verem os filhos cursando o ensino superior. Segundo Amaral e Oliveira (2011, p. 18), vê-los como os primeiros a alcançar este nível de ensino, significa para a família a esperança de um futuro melhor e muitas vezes esse graduando passa a ser uma referência a ser seguida por seus familiares, conforme evidenciado por outras pesquisas realizadas.

Neste contexto, as respostas coadunam-se com a pesquisa encomendada pelo MEC ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e realizada no período de 13 a 23 de março de 2009 com dados divulgados em maio de 2009 no endereço eletrônico do MEC. Conforme a pesquisa, o principal efeito de fazer uma graduação aconteceu nas famílias dos bolsistas do PROUNI. Oito de cada dez entrevistados disseram que familiares se sentiram motivados a iniciar ou prosseguir os estudos.

9) Origem escolar do bolsista

55 respostas



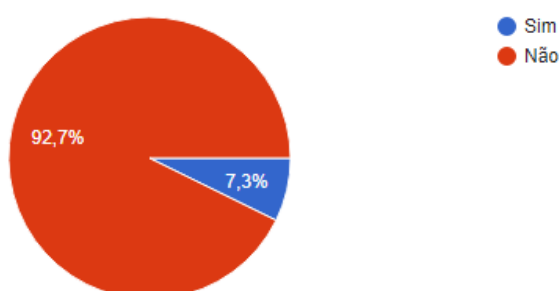
Esta variável de análise dita “origem escolar dos bolsistas” em consonância com as 55 respostas obtidas ficou assim representada: Na rede pública estadual estudaram 96,4% dos bolsistas de nossa amostra. A parcela de alunos que tenha estudado todo o ensino médio na condição de bolsista integral é bem menor, apenas 3,6%; os que estudaram todo o ensino médio em escola privada, não se fizeram presente nessa amostra. Portanto, os percentuais aqui apresentados mostram que o

PROUNI, tem possibilitado grandemente a chances de os estudantes oriundos da rede pública estadual ingressarem no ensino superior privado.

Percebe-se também, que um critério importante a ser levado em consideração na avaliação do PROUNI é sua capacidade de inserir estudantes egressos da escola pública. Assim sendo, verificamos através dos percentuais mostrados nesta variável de análise que esse objetivo também foi atingido e respeitado pela Faculdade ITOP.

10) Durante sua trajetória escolar no ensino fundamental ou médio houve alguma interrupção (abandono)?

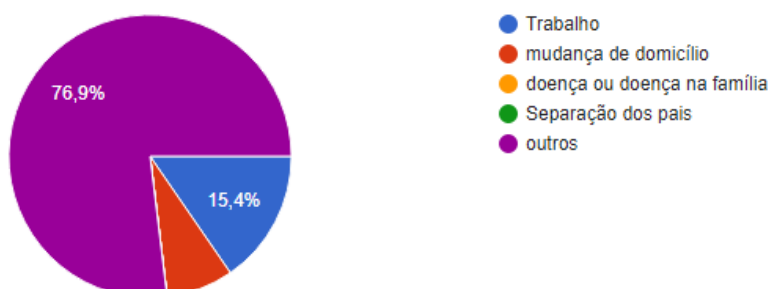
55 respostas



Para a pergunta sobre a interrupção ou abandono durante a trajetória escolar no ensino fundamental e médio, a alternativa que teve o menor percentual está entre os bolsistas que responderam “SIM”, 7,3%; os que responderam “NÃO”, somam 92,7%.

11) Se Sim, qual o motivo?

13 respostas

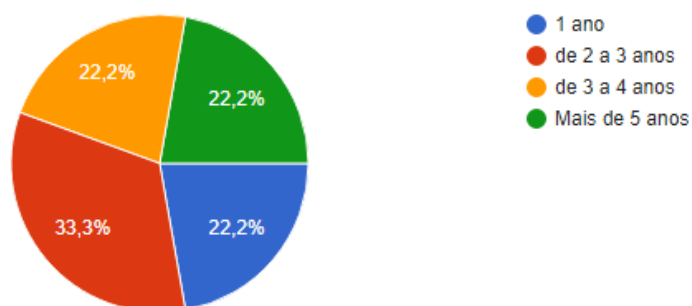


Para os que responderam “sim” foi pedido que declarassem qual o motivo? Observa-se que dos 55 respondentes a essa variável de análise apenas 13 respostas foram obtidas nesse quesito. Desses, 76,9% (outros), não declarando o real motivo sobre a interrupção da trajetória escolar nesses níveis de ensino. Os que responsabilizaram o “trabalho” como responsável por essa interrupção somam 15,4%.

Quanto os quesitos: mudança de domicílio, doença ou doença na família, separação dos pais, a amostra evidenciou menor percentual.

12) Por quanto tempo ficou fora da escola?

9 respostas

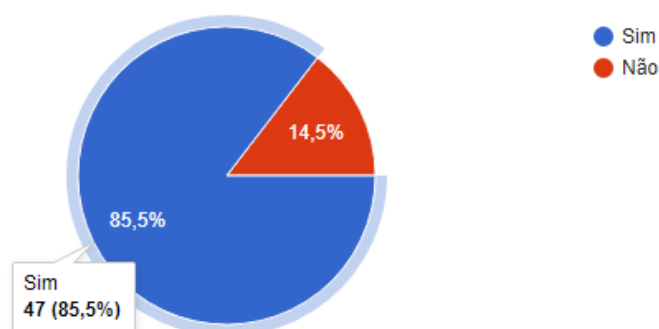


Sobre o “tempo que ficou fora da escola”, 9 (nove) bolsistas responderam, e estão assim representados pelos seguintes percentuais: 22, 2% (1 ano); 33,3% (de 2 a 3 anos); 22,2% (de 3 a 4 anos); e,22,2% (mais de 5 anos).

Com base nos resultados das entrevistas, viu-se que a evasão é uma consequência de múltiplos fatores, uma decisão tomada muitas vezes impulsivamente e sem vinculação a novas escolhas, que não representa um rompimento definitivo com a formação superior. De forma geral, este estudo permite identificar que o processo de escolha inicial do curso, quando pobre e baseado em informações estereotipadas e inconsistentes, é um facilitador potencial da evasão, pois leva a uma menor integração universitária e não cria condições de enfrentamento das dificuldades por parte do aluno. É necessário, entretanto, ressaltar que este ponto de investigação no estudo aqui desenvolvido tinha por objetivo apenas identificar e entender a evasão pela perspectiva do evadido, não tendo sido objetivo do estudo generalizar os resultados para todas as condições de evasão ou tipos de alunos. Nesse sentido, o abandono de curso ainda é um campo fértil de investigação para pesquisas futuras.

13) Você tem acesso à internet na sua casa?

55 respostas



Para o quesito que investiga sobre o “acesso à internet” na residência dos bolsistas, obtivemos 55 respostas, das quais 47 (quarenta e sete) responderam positivamente, somando um percentual de 85,5%; e, para os que responderam negativamente, 14,5%. Isso nos leva a crer que aproximadamente quase 50% dos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP pode contar com essa ferramenta não só no ambiente da instituição, mas também em suas residências.

O segundo bloco de questões acima analisado objetivou apresentar, de maneira descritiva, o perfil socioeconômico de um conjunto reduzido de pessoas que ingressou numa faculdade privada de Palmas – TO (Faculdade ITOP), pelo PROUNI. Os números do cadastro desta faculdade indicam que aqueles que foram beneficiados ou contemplados pelo programa fazem parte de um grupo provavelmente mais vulnerável em termos socioeconômicos. Ao buscar conhecer o perfil socioeconômico dos alunos originários do Programa após o Ensino Médio, a análise oferece contribuições no sentido de evidenciar o acesso ao ensino superior de um grupo social até então distante dessa possibilidade. O programa apresentou uma alternativa para a absorção de um novo perfil social de estudante de ensino superior que não lograriam romper a barreira do vestibular das universidades públicas e, tampouco, mesmo trabalhando, não conseguiriam pagar pelo curso escolhido.

Como atestam vários trabalhos de Ristoff (2016) e Almeida (2014), o PROUNI tem alcançado bons resultados no que diz respeito ao acesso ao ensino superior por parte do grupo social, (como já frisamos) até então distante dessa possibilidade. Todavia, o custo para ingressar e permanecer no Ensino Superior, a se julgar pelo resultado deste bloco de questões, parece ser um pouco mais alto quando se considera somente os bolsistas prounistas cuja a única fonte de renda familiar, na

grande maioria das vezes, não ultrapassa 1 (um) salário mínimo e meio, o que segundo Almeida (2014), está bastante distante da instituição de ensino, não só em termos econômicos quanto geográficos e suas trajetórias educacionais mostram deveras mais exaustivas em relação aos demais alunos, devido a necessidade de manter-se em seus estudos e trabalho. Notadamente, de acordo com esses autores, ainda são necessárias diversas estratégias de superação de suas condições socioeconômicas originais para que esses bolsistas possam manter-se no curso superior.

Assim, o PROUNI, mesmo buscando subverter uma lógica de igualdade formal entre jovens, alimenta o processo de manutenção da desigualdade. Desde o processo de seleção, colocando em pé de igualdade jovens considerados como igualmente desprovidos de capital econômico, originários das mais distintas matrizes familiares, desconsiderando-se as distintas trajetórias escolares, acúmulo de capital (de todos os tipos) e diferentes habitus de cada grupo.

Para Mello Neto (2014, p. 583), entre os estudos voltados ao acesso dos jovens com baixo capital econômico à educação superior, é comum assumir que a origem social do estudante se torna responsável por muitos dos aspectos ruins que afetam as experiências e interações sociais ocorridas nas instituições, podendo trazer consequências maléficas ao seu desempenho escolar.

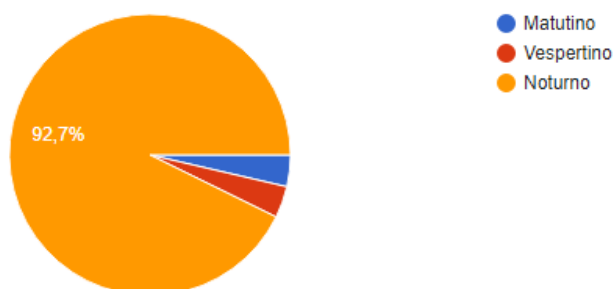
Ostrove (2003), sugere que estudantes com origens socioeconômicas desfavoráveis tendem a se sentir ainda mais marginalizados durante os anos de educação superior, uma vez que o senso de pertencimento do próprio estudante tem relação direta e proporcional com as experiências, o desempenho e a evasão escolar.

3.6.3 Características da Trajetória Acadêmica

Cabe-nos ressaltar, antes de analisarmos esse “terceiro bloco” de questões que o PROUNI é um programa bem-sucedido no que diz respeito às metas estabelecidas, garantindo a inserção de jovens pobres, oriundos principalmente da escola pública. No entanto, os dados também nos permitem acreditar que o programa é limitado quanto ao seu escopo, pois existem diferenças pontuais entre os alunos bolsistas e os não bolsistas dentro dos cursos analisados evidenciando a reprodução das tão debatidas desigualdades educacionais durante a trajetória acadêmica dos mesmos. O que podemos observar nas variáveis analisadas abaixo:

14) Turno do Curso

55 respostas



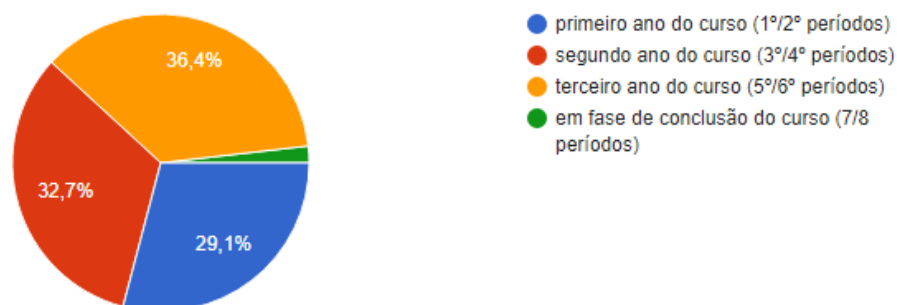
Dos 55 bolsistas que responderam esse quesito, um percentual de 92,7% disse frequentar o curso superior na Faculdade ITOP no período noturno; não aparecendo na amostra percentuais que represente os turnos matutino e vespertino. Destacamos, portanto, que os cursos noturnos são significativamente mais procurados pelos bolsistas. Acreditamos que isso é devido à pequena oferta de cursos noturnos nas instituições públicas estaduais e federais, o que indica a necessidade de um esforço maior para ampliar as oportunidades de acesso.

Oliveira e Bittar (2010, p. 12), argumentam que por várias razões a expansão da Educação Superior pela via privada apresenta dificuldades para corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais. Para estes autores a história do ensino noturno é bastante penosa no Brasil, sobretudo por duas razões: de um lado, está associada ao ideal de democratização do acesso dos estudantes trabalhadores e, do outro, está relacionada com as condições mais precárias de ensino e de aprendizagem. Além disso, essa história retrata a luta dos trabalhadores por oportunidades de estudar, mesmo trabalhando oito horas diárias ou mais.

Os estudantes precisam, assim, conciliar trabalho e estudo, na maioria das vezes sem apoio financeiro do Estado e da família, acreditando que o estudo poderá melhorar a sua condição de vida. Todavia, dado as condições objetivas, uma parte dos estudantes do ensino superior noturno, sobretudo privado, acaba se tornando inadimplentes, evadindo, trancando ou mesmo concluindo um curso em condições que não permitem agregar maior valor à formação e à qualificação para o mundo do trabalho. Outra parte desses estudantes ultrapassam todas as barreiras diárias impostas pela dupla jornada fora de casa com o objetivo de alcançar sucesso no mercado de trabalho decorrente da formação acadêmica. Dentro desse cenário, enxergam o PROUNI como oportunidade para a formação que pretendem conquistar.

15) Qual período está cursando?

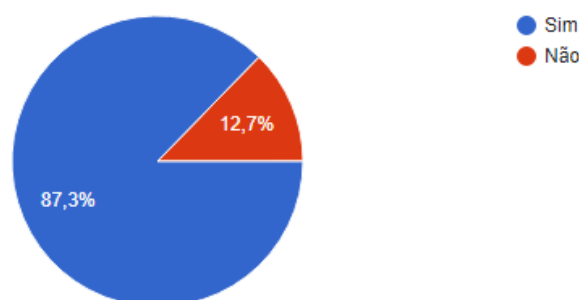
55 respostas



Observa-se pelas informações fornecidas pelos bolsistas (55 respondentes), que 29,1% encontram-se cursando o primeiro ano do curso (1º e 2º períodos); 32,7% estão no segundo ano do curso (3º e 4º períodos); 36,4% cursam o terceiro ano do curso (5º e 6º períodos); em fase de conclusão do curso (7º e 8º períodos), não se manifestaram nessa amostra. Verifica-se, portanto, que o maior percentual de bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP encontra-se no terceiro ano do curso, ou seja, ingressaram em 2018 e já cursaram mais da metade do curso.

16) Este curso foi o desejado por você?

55 respostas



Acerca da escolha do curso, 87,3% dos bolsistas respondeu que está cursando a graduação desejada; 12,7% respondeu que não. Esse resultado menor representado na amostra nos leva a compreender que as escolhas feitas por um percentual de estudantes de classes populares acerca de sua escolarização em nível superior nem sempre estão pautadas na escolha pelo curso desejado, mas, no que é possível estudar e onde é possível se matricular.

Se Não, qual o curso desejado?

9 respostas

Psicologia

Odontologia

Sistema de informação

Medicina veterinária

Medicina

Engenharia civil

Educação física

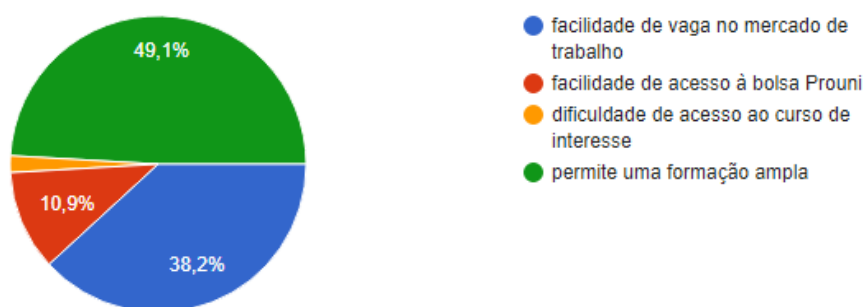
...

Pedagogia

Para os que responderam não estar cursando a graduação desejada, pediu-se que apontassem qual o curso desejado. Os cursos de Psicologia, Odontologia, Sistema de informação, Medicina veterinária, Engenharia civil, Educação física e Pedagogia, foram os apontados pelos 9 (nove) bolsistas respondentes.

17) Qual a motivação para a escolha deste curso?

55 respostas



Ao serem investigados sobre “Qual a motivação para a escolha do Curso Superior?” Os 55 respondentes a essa amostra se distribuíram entre os seguintes percentuais: 38,2% respondeu pela facilidade no mercado de trabalho; 10,9% optou pela facilidade de acesso a bolsa; 49,1% disse que a motivação se deu pelo fato do curso escolhido permitir uma formação ampla. O menor percentual representou a opção: dificuldade de acesso ao curso de interesse.

Ao observar a correlação entre a motivação e uma formação ampla, nos permitimos afirmar que aproximadamente quase a metade dos bolsistas respondentes nessa amostra se permite quantificar e/ou perceber as diferenças potenciais que a escolha certa de um curso pode fazer na vida real das pessoas; e, principalmente estar apto a fazer frente às exigências inovadoras do mercado de trabalho competitivo.

Na visão desses alunos ao se referirem sobre “Formação Ampla”, que alguns cursos proporcionam ficou implícito que a grade curricular de determinados cursos possibilita que os conhecimentos adquiridos em sala de aula sejam aplicados na prática em várias atuações profissionais. Como por exemplo, o Curso de Pedagogia permite ao pedagogo poder atuar dentro da sala de aula, como professor de pré-escola ou do ensino fundamental, na orientação e supervisão de professores e alunos ou no setor administrativo das escolas. Ele também pode atuar em órgãos do governo, fiscalizando a legislação educacional, orientando currículos e exercendo outras funções em demanda na área de ensino.

De acordo com a Matriz Curricular Nacional e o objetivo do Curso de Pedagogia no Projeto Pedagógico (2019), o curso tem duração de oito semestres e apresenta estrutura curricular bem abrangente. No Curso de Pedagogia o aluno estuda disciplinas teóricas relacionadas aos aspectos filosóficos e sócio antropológicos da Educação, Psicologia, Estrutura e História da educação, Alfabetização e letramento, Didática do Ensino, entre outras. Vale ressaltar, que a metodologia aplicada no ensino das outras disciplinas – como ciências, geografia, história, língua portuguesa e matemática também fazem parte da ampla grade curricular. Um profissional de formação tão ampla pode encontrar trabalho em grande variedade de campos ligados ao ensino em ambiente escolar e também não escolar. Hoje em dia um pedagogo atua em hospitais – na chamada pedagogia hospitalar, que assiste crianças em longos períodos de internação, também nas organizações não governamentais (ONGS) e dentro de empresas, museus e brinquedotecas.

Assim, fazer um curso que proporcione essa gama de oportunidades de trabalho, na visão dos alunos respondentes dessa amostra é sempre uma opção segura, pois a carência de professores é grande e o mercado se mantém em crescimento devido ao número de escolas abertas dia após dia.

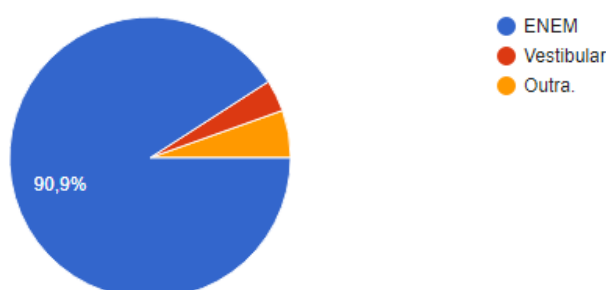
Cabe-nos aqui ressaltar, que a maioria desses bolsistas tem potencial de responder positivamente a elas, quer dizer, acreditar na capacidade do ingressante PROUNI, é compreender que o investir nesses alunos não é inócua enquanto se

acreditar e perceber que eles têm potencial de fazerem e darem o melhor de si (FELICETTI; CABRERA; COSTA-MOROSINI, 2014, p. 37).

Porém, sobre esse aspecto, Zago (2006, p. 202) explica que há de se reconhecer que o sistema escolar que antecede o ingresso na educação superior, bem como as desigualdades sociais e econômicas, age no sentido de tolher a liberdade dos indivíduos. Sendo assim, não existe a efetiva escolha do curso, mas sim uma adaptação dos estudantes aos cursos que eles avaliam como sendo compatíveis com suas demandas e horizontes.

18) Qual a forma de ingresso na universidade?

55 respostas



A distribuição das bolsas do PROUNI se dá a partir dos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para ter acesso às bolsas, é necessário que o candidato obtenha a nota mínima nesse exame. Assim, através desse mecanismo de ingresso ao Ensino Superior, 90,9% dos bolsistas PROUNI representados nessa variável de análise ingressaram na Faculdade ITOP; enquanto, 9,9% ingressaram através do processo tradicional de vestibular.

Como parte desse processo, observa-se que o percentual de alunos ingressantes ao Ensino Superior pelo ENEM, segundo os termos do Programa, para candidatar-se a uma bolsa, o estudante deve atender o seguinte requisito: participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), referente à edição imediatamente anterior ao processo seletivo, e consequentemente obtenção de nota mínima estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), dentre outros já evidenciados no decorrer do estudo.

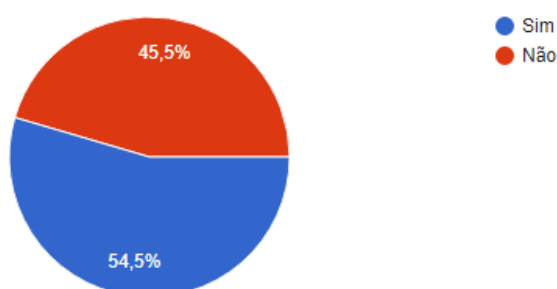
Vale destacar ao tratar sobre o processo de seleção para obter a bolsa PROUNI, recorrendo à nota obtida no ENEM, é possível notar que tais escores acabam por desfavorecer os estudantes das camadas populares, ao concorrer com muitos candidatos, no momento da grande procura por bolsas em instituições

reconhecidas por sua excelência acadêmica. Partindo disso, emerge a questão do mérito e, ao mesmo tempo, o problema do acesso, à proporção que segundo Almeida (2012, p. 899), o ensino superior se abriu na realidade a estratos sociais e a públicos menos tradicionais neste nível de ensino; contudo permanecem acentuadas assimetrias sociais nas instituições e nos cursos a que se tem acesso.

Oliveira e Bittar (2010, p. 7), pontuam que o ingresso no ensino superior é certamente uma parte invisível do funil de seletividade social perpassando por processos de seleção excludentes adotados pelas IES públicas. Processos que aniquilam o ideário, o sonho, a igualdade real de oportunidades de conquistar um espaço na carreira acadêmica profissional realmente desejada.

19) Você ingressou no Prouni pelas cotas?

55 respostas



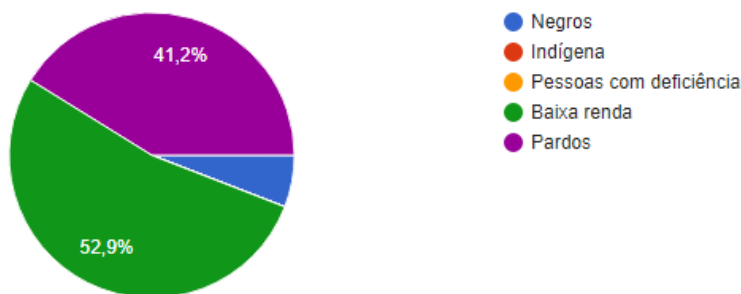
As políticas de cotas foram objeto de diferenciados processos de discussão e aprovação em cada universidade. Porém, em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711, mais conhecida como a Lei de Cotas. Esta nova legislação trouxe ao cenário educacional brasileiro uma única política de ação afirmativa: a reserva de 50% de vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, mas estas vagas serão subdivididas – metade será destinada para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no Estado, de acordo com o último Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012).

Vale lembrar que no PROUNI, as vagas serão preenchidas a partir da auto declaração, ou seja, no momento da inscrição, o estudante já informa a que grupo racial pertence. Esse é um requisito obrigatório no preenchimento do formulário para concessão de bolsa do PROUNI. Assim, obedecendo a essa exigência do Programa,

a Faculdade ITOP de acordo com a análise das 55 respostas obtidas nessa amostra possui 54,5% de bolsistas que se enquadram nos critérios de seleção acima citados, ou seja, ingressaram no PROUNI pelo Sistema de Cotas; 45,5% responderam que não ingressaram no PROUNI pelas cotas.

20) Se sim, qual o tipo de cota?

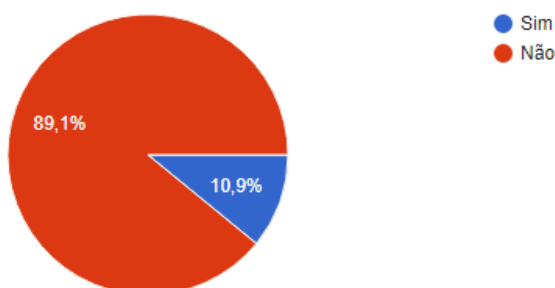
34 respostas



Os que responderam afirmativamente que ingressaram no PROUNI pelas cotas somam 34 (trinta e quatro) bolsistas. Desses 52,9% declararam que entraram no Programa por conta do critério “Baixa Renda”. A composição racial do grupo analisado mostra que a cor dos que se declaram pardos, foi uma condição importante para que 41,2% fossem contemplados com bolsa do PROUNI, uma vez consideradas as condicionalidades definidas na Lei nº 11.096/2005, que utiliza como um dos critérios para a avaliação o perfil étnico racial dos bolsistas, já que na proporção de pretos, pardos e indígenas na UF em que se localiza a IES, conforme aferida pelo IBGE no último levantamento censitário, deve ser considerada na distribuição de bolsas.

21) Você realizou cursinho pré-vestibular?

55 respostas

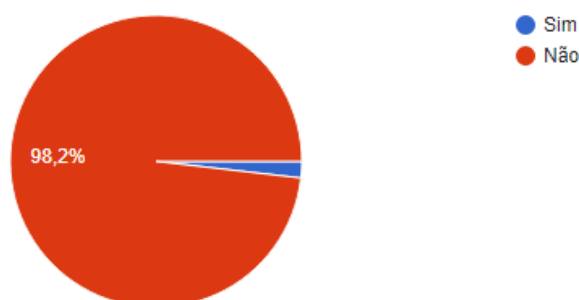


Sobre a participação desses alunos bolsistas em cursinhos pré-vestibular que os tenha preparado para o ingresso no curso superior, 55 respostas foram obtidas, dentre as quais 89,1% responderam negativamente; 10,9% responderam

positivamente. Nota-se em comparação à totalidade de estudantes nesses dois percentuais que a maioria integram um estrato econômico bem menos favorecido que não os permite usufruírem desse tipo de preparação.

22) Você já teve a sua bolsa Prouni encerrada?

55 respostas



Um dado positivo é observado nessa variável de análise, uma vez que a quase totalidade dos 55 respondentes (98,2%), demonstram reconhecer as exigências estabelecidas pelo PROUNI para não ter a bolsa encerrada. Assim, no que se refere ao “aproveitamento e frequência” exigidos pelo Programa observa-se pelo elevado percentual aqui obtido, que a maioria desses bolsistas têm consciência de manter um Coeficiente de Rendimento alto, o que na verdade refere-se à necessidade de aprovação em 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Apenas 1,8% respondeu que sim, ou seja, já teve a bolsa PROUNI encerrada. Porém, não declarou: qual o motivo?

Cabe aqui lembrar, que quando esse encerramento se dá em virtude do não cumprimento da frequência exigida pelo programa, apesar de cada instituição ter políticas próprias referentes ao abono de ausências, é consenso entre elas a necessidade de elaboração e encaminhamento à secretaria do curso pelo aluno bolsista de um documento (Declaração de Trabalho) que tenha com pauta a justificativa que comprove que a falta as aulas aconteceu em razão do trabalho. Essa declaração deve ser devidamente assinada pelo chefe do setor onde o aluno desenvolve suas atividades laborais. Porém, horas extras, eventos corporativos e outras atividades trabalhistas não são justificativas para falta no Ensino Superior. Mesmo com a declaração assinada pelo patrão do estudante, o professor não tem obrigação de oferecer esse benefício em dia de prova ou apresentação de seminário.

Na LDB, o § 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, diz que “é obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância”.

No ensino presencial, antes da LDB de 1996, era exigida, para os alunos, a frequência mínima de 75% das aulas e atividades programadas. Ao aprovar os estatutos e regimentos das IES, o Ministério da Educação tem exigido esse percentual mínimo, para atender ao disposto no Parecer CES/CNE nº 282/2002, homologado pelo ministro da Educação. Na educação superior não há abono de faltas, exceto em casos expressamente previstos em lei, como por exemplo: alunos reservistas, alunos com representação na CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior).

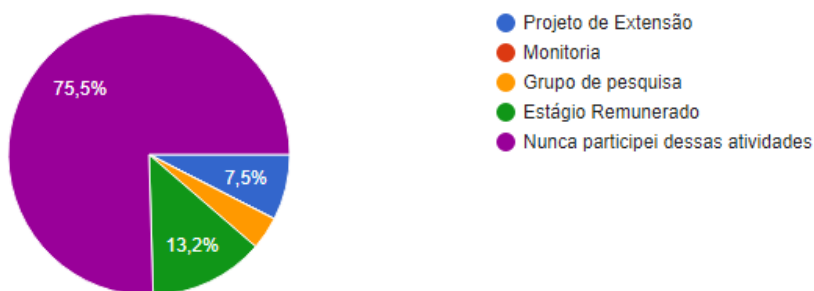
Qual o motivo?

3 respostas

Trabalho
Nao
...

23) Atividade exercida predominantemente na Graduação

53 respostas



Quanto às atividades exercidas na graduação, 7,5% dos bolsistas participam de Projeto de Extensão; no que diz respeito ao percentual de estudantes que estão em estágios remunerados, ele é mais expressivo na nossa amostra, 13,2%; porém, um número considerável de bolsistas, 75,5% respondeu que nunca participou dessas atividades. O que traduz um aspecto negativo, isto é: a falta de inserção dos alunos nessas atividades ao longo dos cursos.

Com vistas em atender o principal objetivo desse estudo que é conhecer, quem são e o que fazem os bolsistas do PROUNI ante as dificuldades que enfrentam para permanecerem no curso superior, essa amostra nos leva a considerar que tais

dificuldades podem estar atreladas por influência do contexto social e familiar desses alunos, por trazerem em torno de si uma marcante trajetória de desigualdades e dificuldades.

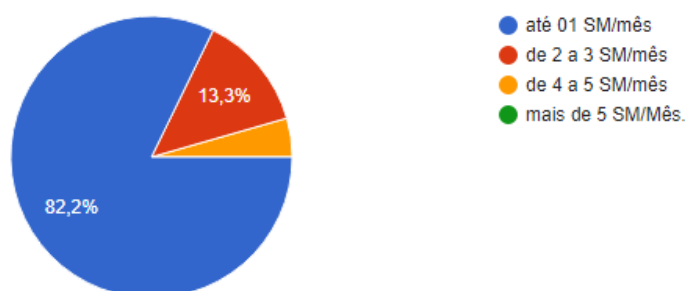
É visível que as condições econômicas dos familiares desses bolsistas serem comprometidas pelos baixos rendimentos, conseqüentemente as moradias situadas em bairros distantes do centro da capital (sendo que alguns desses bolsistas residem em municípios vizinhos, fora de Palmas), somado ao fato de que muitos utilizam ônibus no deslocamento para o trabalho e estudo, inviabilizando assim, o tempo para essas atividades. Assim sendo, a escolha pelo horário do curso só permite a esses alunos a opção pelo horário noturno, o que lhes permite conciliar os horários de estudo com o trabalho.

A princípio esses alunos tem a ilusão de que pelo fato de conseguirem conciliar os horários das duas atividades (aula e trabalho), seja tudo o que precisam para a sua inserção e permanência no curso superior. Mas no decorrer do curso percebem que o tempo para se dedicar a essas atividades é de suma importância em sua formação e que o quanto mais for o seu empenho em participar dessas atividades extraclasse, mais bem preparados para enfrentar o mercado de trabalho estarão. A participação nessas atividades se transformará em um diferencial na formação acadêmica e um investimento no futuro profissional desses alunos.

Observa-se que ao serem investigados sobre as principais dificuldades enfrentadas no ensino superior, a “falta de tempo”, está entre as principais dificuldades relatadas por esses alunos. Assim sendo, as atividades extracurriculares são deixadas em segundo plano. Cabe também aqui lembrar, que no mesmo pacote de dificuldades está a “situação financeira” desses alunos que os obriga a dividir o tempo do estudo com o trabalho. É visível o papel iniciação científica e eventos culturais formam-se redes de contatos valiosos para o seu futuro profissional. do capital econômico e sua influência no fazer e não fazer desses bolsistas durante o período de formação acadêmica. A amostra trouxe a compreensão de que esses alunos têm consciência da importância da participação em atividades extraclasse para a formação acadêmica, mas diante da vulnerabilidade de suas condições socioeconômicas, fortemente marcada por carências de toda ordem, colocam o trabalho em primeiro plano em suas vidas, apesar de saberem que por meio de seminários, monitoria, projetos.

24) Quanto você gasta por mês para se manter na Universidade?

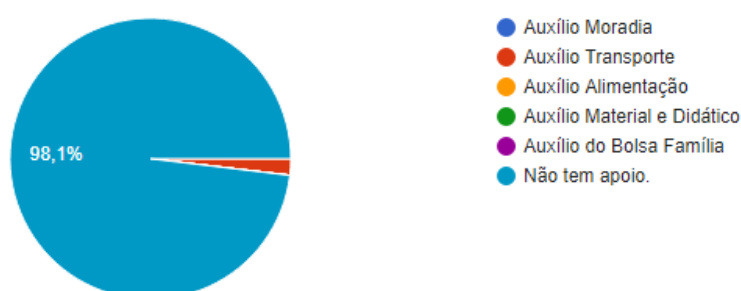
45 respostas



Em relação aos gastos mensais para se manter na universidade 45 bolsistas responderam a essa questão. Sendo: 82,2% disse se manter com até 01 SM (salário mínimo) por mês; 13,3% declarou se manter em média de 2 a 3 SM (salário mínimo) mês. Verificou-se aqui que nenhum dos respondentes mencionou manter seus gastos referentes às despesas com o curso superior com salário na faixa de 4 a 5 SM (salário mínimo) ou mais por mês. Em consonância com os percentuais obtidos, pode-se conjecturar aqui que a situação financeira da quase totalidade dos bolsistas PROUNI que estudam na Faculdade ITOP, por ocasião das respostas ao questionário, é bastante delicada, apesar da renda de 01 SM (salário mínimo) indicada pelos respondentes ser individual e não familiar *per capita*.

25) Apoio financeiro para se manter durante o curso

53 respostas



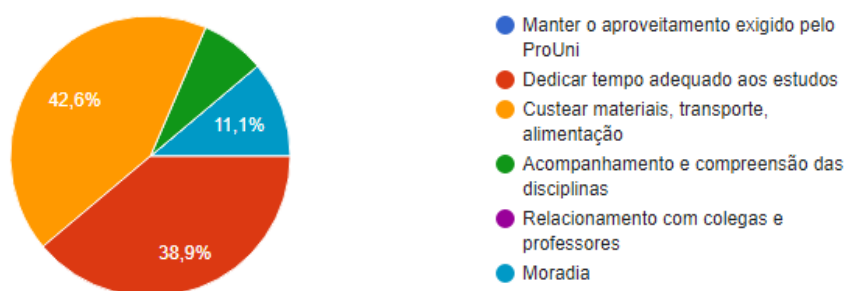
A quase totalidade dos bolsistas dessa amostra (98,1%) dos 55 respondentes, declarou não receber nenhum apoio financeiro para se manter no curso. Portanto, não tem acesso a auxílio como: moradia, transporte, alimentação, material didático, auxílio Bolsa Família, etc.

Vale lembrar, que a existência de uma estrutura de apoio aos estudantes pobres anterior à implantação do PROUNI se mostra fundamental para garantir a

permanência dos bolsistas participantes do Programa. Os diversos tipos de auxílio que poderiam ser oferecidos agregados à época da concessão da bolsa, certamente não resolvem, mas amenizam em muito um dos problemas enfrentados com a entrada no ensino superior, a questão financeira, o que permitiria aos bolsistas ter tranquilidade para se dedicar melhor aos estudos. Esta questão adquire maior relevância se considerarmos que há um aumento nos gastos financeiros do estudante com transporte, alimentação fora de casa, compra de material escolar, livros, apostila, necessidade de uso de internet em casa, etc., conforme se pode observar nas respostas a questão a seguir:

26) Dificuldades Vivenciadas no Ensino Superior

54 respostas



Com relação às dificuldades vivenciadas para a permanência no ensino superior, 54 bolsistas responderam a essa variável de análise, onde: 38,9% declarou “dificuldade em dedicar tempo adequado aos estudos”; 42,6% retratou que suas dificuldades estavam relacionadas a custear materiais, transporte e alimentação; 11,1% vinculou estas, a questão da “moradia”. Para essa pergunta, comparando o percentual obtido nas três alternativas da amostra, acrescentamos que as maiores dificuldades dos bolsistas PROUNI que estudam na Faculdade ITOP está intimamente ligada com os gastos advindos da vida universitária (materiais, transporte e alimentação); o que certamente retrata a condição socioeconômica inferior deste grupo, evidenciando que uma política de acesso a estratos mais baixos da população ao ensino superior deve ser acompanhada por medidas de suporte ao estudante durante sua vida universitária, para garantir uma formação de qualidade e a conclusão do curso. Isso significa dizer que cabe aqui refletir se o acesso ao ensino superior deve se restringir ao abono da mensalidade ou também à garantia de condições favoráveis às vivências acadêmicas (TORRES *et al.*, 2004). Considerando-se esta situação, quais ações e estratégias devem ser tomadas para garantir aos alunos

beneficiados pelo programa (ou não) que estes tenham condições para manterem-se na universidade com qualidade?

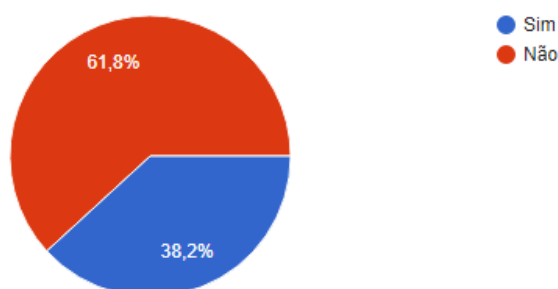
Algumas políticas são utilizadas para o fortalecimento do PROUNI, como por exemplo, a Bolsa Permanência que é ofertada aos alunos com bolsa integral do PROUNI que estejam matriculados em um curso com turno integral, no valor de R\$400 mensais (BRASIL, 2014). Segundo o portal do PROUNI, todo o mês o estudante deve solicitar a bolsa, mas a concessão desta fica a critério da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação. E para os alunos bolsistas que não estão matriculados em curso com turno integral, a exemplo dos bolsistas PROUNI da Faculdade ITOP? Nenhuma política foi pensada para alunos nessas condições?

Por se tratar de alunos de baixa renda, a bolsa não é suficiente para se manter na universidade (FARIA, 2012). Levando em consideração que para ser contemplado com uma bolsa integral do PROUNI, o aluno precisa possuir uma renda familiar (por pessoa) de no máximo um salário mínimo e meio, os alunos não conseguem, muitas vezes, arcar com as despesas de transporte, materiais didáticos, xerox e alimentação, dificultando assim a permanência na universidade. Além disso, Felicetti (2012) mostram que a necessidade de conciliar trabalho com a faculdade é um fator importante para os ProUnistas de se manterem no curso, pois, ao mesmo tempo que precisam trabalhar para se sustentar (e algumas vezes auxiliar no sustento da família), tem que manter os quesitos notas e frequências dentro do padrão adequado para seja feita a manutenção da bolsa.

Se ingressar em um curso superior é uma conquista para estes sujeitos, se manter até a conclusão será mais um desafio (ZAGO, 2006), pois ao considerar todo o contexto histórico do Brasil, em que passar em um vestibular e entrar em uma faculdade é algo considerado até pouco tempo, apenas para pessoas com alto poder aquisitivo. No caso da maior parte dos alunos ProUnistas, esta é uma nova realidade, pois, a maioria desses alunos, são os primeiros da família a ingressarem em um curso superior.

27) Você tem um espaço apropriado para o estudo em sua residência?

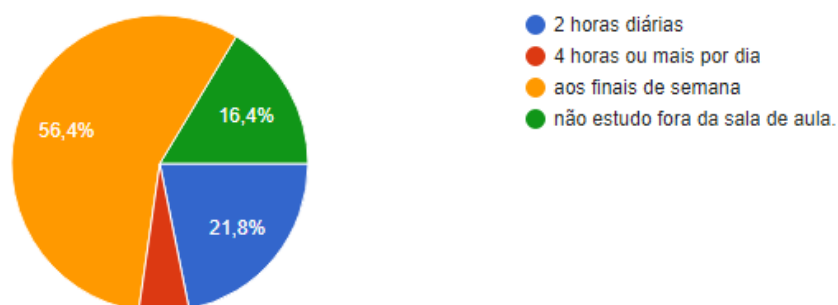
55 respostas



No que tange a um espaço adequado para estudo nos lares dos bolsistas, entre os que responderam a essa questão positivamente, encontram-se apenas 38,2%; Mais da metade desses bolsistas (61,8%), responderam que “não contam com espaço apropriado para estudo em suas residências”. Isso nos remete a outra questão tão primordial: garantir também a qualidade das instituições nas quais os estudantes estão ingressando e investigar como se processa a vivência acadêmica quando não se possui acesso a mecanismos de apoio em casa.

28) Qual o tempo que você disponibiliza para estudar fora da sala de aula?

55 respostas



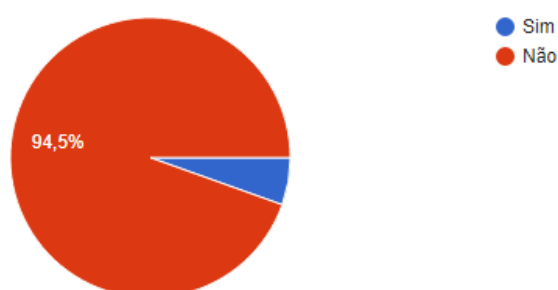
Essa é uma questão que nos faz retomar outro ponto já analisado nesta pesquisa: a jornada de trabalho do “trabalhador estudante”, que uma vez inserido dentro desse perfil estudantil dos que precisam trabalhar 8 (oito) horas ou mais por dia, para custear as próprias despesas e ajudar a família, devido ao trabalho, não tem muito tempo para estudar e se dedicar a faculdade como gostariam. Isso explica a fala dos 55 bolsistas respondentes, expressos nos seguintes percentuais obtidos: 21,8% declarou estudar apenas duas horas por dia; 56,4% declarou que estuda somente aos finais de semana; e, 16,4% disse não estudar fora da sala de aula. Como vimos, para grande maioria, o tempo disponível para estudar acontece depois de uma

jornada de trabalho diária de oito horas que ainda precisa conciliar com outras atividades (por exemplo, afazeres domésticos).

Sobre essa questão Oliveira e Bittar (2010, p. 7) pontuam: a frustração pode vir de várias formas nessa trajetória, entre as quais citam: concluir o curso e descobrir que pouco ou quase nada foi agregado de valor à formação, devido às dificuldades em se dedicar ao estudo.

29) Você conhece algum programa da universidade direcionado aos alunos que encontram dificuldades na compreensão dos conteúdos ensinados na graduação.

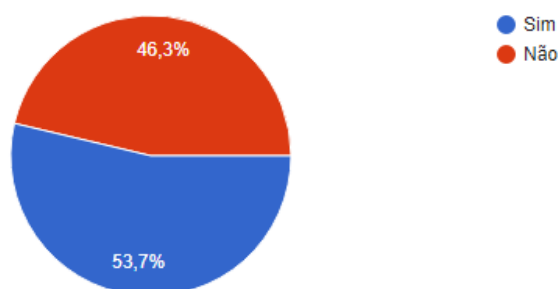
55 respostas



A inserção desses bolsistas na instituição estudada, no entanto, não se resume apenas a vencer dificuldades materiais. Os perfis sociais e culturais dos mesmos traduzem-se como mais uma barreira a ser superada: as dificuldades de acompanhamento e compreensão das disciplinas. Assim, percebe-se através das 55 respostas obtidas que 94,5% (em sua quase totalidade) bolsistas, responderam desconhecer qualquer programa direcionado nesse sentido. Recorrendo, certamente a outros tipos de ajuda, como a de colegas de curso ou amigos de trabalho.

30) Você tem disponibilidade para participar de eventos científicos fora do Itop?

54 respostas



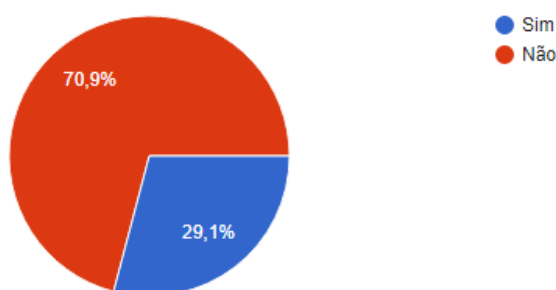
Quanto a disponibilidade para participar de eventos científicos, 54 bolsistas responderam ao questionário. Neste caso, 53,7% responderam que “SIM”; e, 46,3%

responderam que “NÃO”. Nesse sentido, segundo Avalies (2015, p. 9), a formação acadêmica é compreendida por esses bolsistas como um conjunto de conhecimentos a ser adquiridos, um apêndice à formação disciplinar. Quanto às experiências acadêmicas, destacam a diversidade de oportunidades de desenvolvimento acadêmico que encontraram na Universidade, para além da sala de aula e referem-se basicamente àquelas mencionadas no contexto das atividades curriculares não obrigatórias: estágios, pesquisa, extensão, mobilidade acadêmica, educação continuada, trabalho voluntário, dentre outros.

É indispensável que o conhecimento dos estudantes vá muito além do que é ensinado em uma sala de aula e que as experiências transcendam o mero enriquecimento do seu currículo. São diversas as atividades que ampliam a compreensão de sala de aula, proporcionam crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional e atendem à proposição da flexibilidade curricular, das atividades complementares, da autonomia do aluno, previstas nas Diretrizes para os cursos de Graduação.

31) Já pensou em desistir do Curso?

55 respostas



Por fim, a última variável de análise que será tratada aqui investiga se os bolsistas já pensaram em desistir do curso. 70,9% (dos 55 respondentes) negaram essa possibilidade; enquanto, 29,1% já a cogitaram. Os que afirmaram que já pensaram em desistir do curso apontam que os custos advindos com a vida universitária e o/a cansaço/desmotivação pelo tempo gasto no trajeto de casa/trabalho/faculdade estão entre os motivos mais recorrentes citados nos pedidos de trancamento dos cursos para explicar uma possível desistência. Uma outra justificativa quase sempre apontada pelos bolsistas, é a necessidade de conciliar estudo com trabalho e outras atividades (peculiares aos lares onde vivem), também está presente entre os principais entraves para a permanência.

Os resultados encontrados ao longo deste texto apontam que muitos alunos são desprovidos de recursos econômicos, culturais e em muitos casos a deficitária educação básica recebida intervém no desempenho acadêmico. Tais aspectos, segundo estudos aqui analisados exigem do PROUNI ao nosso ver, enfoque no aspecto permanência não somente no quesito acesso. Pois, muitos estudantes, mesmo tendo a bolsa, não conseguem permanecer estudando, apesar do Programa ser visto como um avanço na democratização desse nível de ensino, significando profissão, mudança social, conquista, crescimento e desenvolvimento integral da pessoa.

Comente a opção escolhida na questão 31?

Dentre os principais motivos elencados pelos respondentes como responsáveis pelos entraves em continuar o curso superior, mostra-se preponderantes duas questões: a indisponibilidade financeira e a indisponibilidade de se dedicar ao trabalho devido aos estudos. Porém, pesquisas com dados do MEC (Ministério da Educação), mostram que outros motivos, levam também a esse fim, como por exemplo:

- **A baixa qualidade do Ensino Médio:** a baixa qualidade da educação básica pública brasileira é um dos principais fatores para a evasão escolar no ensino superior. Esse fato contribui para que alguns alunos, ao ingressarem na faculdade, sintam dificuldades nas matérias que exigem um aprofundamento de aprendizagem que deveria ter sido trabalhado no ensino médio. É importante que os gestores trabalhem com os **resultados obtidos no Enade** (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Por meio dele, é possível observar quais são as maiores dificuldades dos estudantes e, dessa forma, saber quais devem ser os pontos de melhoria;
- **Inadimplência:** Por muitos alunos não conseguirem dinheiro suficiente para pagar as mensalidades, a desistência por inadimplência é constante. É inegável que o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e o Prouni (Programa Universidade Para Todos) são programas que contribuem para o acesso de novos alunos aos cursos superiores. Mesmo assim, ainda podemos considerá-los como excludentes, já que, o aluno depende do seu desempenho no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Cabe ainda ressaltar, que mesmo com a questão das mensalidades solucionadas pela bolsa integral, há outros gastos com que os alunos precisam se preocupar, como a compra de materiais. Por

isso, é preciso pensar em estratégias que diminuam o custo dos alunos com xerox. A exemplo da Faculdade ITOP, uma boa saída para diminuir esses custos foi o fornecimento de um acervo de materiais digitais disponíveis a qualquer tempo e lugar;

- **Estagnação do Método de Ensino:** A maneira de aprender difere consideravelmente de uma pessoa para outra. Dessa forma, quando os professores fazem apenas aulas expositivas, muitos alunos têm mais dificuldades na absorção dos conteúdos. Além disso, o método de ensino tradicional, com a aplicação de avaliações rigorosas, muitas vezes não apresenta os resultados esperados e acabam desmotivando o estudante. É por isso que as discussões sobre novos métodos de ensino devem ter destaque. É indispensável que, ao fazer o planejamento acadêmico, uma das prioridades seja justamente a de despertar o interesse do aluno. Algumas formas de se alcançar esse objetivo são os debates em sala de aula e o uso de tecnologias (vídeo-aulas e documentários, por exemplo). Também é preciso ter um olhar mais crítico sobre o grau de dificuldade da grade curricular e adequá-la aos estudantes, se for necessário;
- **Indisponibilidade de tempo:** Um motivo típico da evasão escolar no ensino superior é dificuldade de conciliação do trabalho com os estudos. Por causa da falta de tempo ou por necessidades financeiras, muitos alunos preferem abandonar a faculdade. Tendo isso em vista, é necessário considerar a possibilidade de disponibilizar uma carga horária maior para aulas virtuais e oferecer mais opções de EAD (Ensino a Distância) e tecnólogos. Esses cursos possuem menor carga horária e são mais acessíveis. Assim, o aluno terá maior flexibilidade para acompanhar as aulas e fazer as atividades, o que é benéfico para a instituição e para o graduando.
- **Motivos pessoais:** Além da conciliação com a rotina de trabalho, podem surgir outras questões pessoais que contribuam para as desistências, como gravidez (no caso das mulheres), doenças ou problemas familiares. De fato, não há como prever nem evitar essas questões, mas a instituição pode oferecer opções para a continuidade dos estudos. Nos casos de gestação, existe na lei a garantia de que estudantes grávidas sejam assistidas em casa, quanto às faltas, trabalhos e atividades. Isso não é de conhecimento de todas, mas pode ser informado pela instituição. Mediante a apresentação de um atestado

médico, os alunos com problemas de saúde também podem fazer determinadas atividades em casa. Algumas faculdades oferecem serviços de assistência psicológica aos estudantes, com terapias que ajudam a lidar com problemas como a depressão. Assim, os alunos se sentem mais acolhidos no ambiente acadêmico;

- **Não identificação com o curso:** A desistência também pode ocorrer devido a não identificação do aluno com o curso escolhido. Talvez porque os primeiros períodos geralmente apresentem conteúdos mais básicos ou então o estudante não tem certeza de qual área deseja seguir. Para ajudar o graduando a descobrir sua área de interesse, **a instituição pode realizar testes vocacionais**. Esses testes mostram as opções que o aluno terá no Mercado de trabalho e também se ele possui aptidão para aquele curso. Assim, é possível um distanciamento entre o que é visto na faculdade e o que é esperado da carreira. Se aquele curso não for do interesse do aluno, a instituição deve trabalhar com a reopção. Essa alternativa dá a oportunidade de uma transferência interna, para que o estudante mantenha se mantenha na mesma faculdade, mas em outro curso.

Assim, com base no ENADE (2017), entendemos que não basta apenas atrair o aluno para estudar em uma instituição de ensino. Mais do que isso, é preciso mantê-lo oferecendo um ensino de qualidade. Só assim um curso superior se torna referência no meio.

A despeito do que o Programa significa para a trajetória acadêmica de cada participante, observa-se reflexos de uma sociedade ainda em desenvolvimento, em que o acesso e o direito à educação – assim como a outras áreas – não é universalizado. Em consequência, tal Programa é visto como benefício, como favor. Como dito, o PROUNI surgiu, como um meio de democratização do acesso à Educação Superior no Brasil. Com ele, muitas oportunidades apareceram para estudantes provindos de famílias de baixa renda. Saraiva e Nunes (2011, p. 941), referindo-se à efetividade de programas sociais de acesso à educação superior, citam que no caso do PROUNI um dos fatores mais ressaltados pelos alunos é a inclusão. No entanto, muitas vezes, os alunos não a concebem como “algo a que se tem direito por ser cidadão, tal como refletido na legislação, mas como uma espécie de dádiva, a quem é contemplado.” Essa posição, ainda não amadurecida pelo estudante, está implícita nas respostas obtidas nesse “Terceiro Bloco” de questões.

Em conformidade com Almeida (2014), os resultados da análise dos alunos beneficiários do PROUNI, que superaram por assim dizer, os obstáculos que surgiram em suas trajetórias educacionais, abrem um novo programa para a avaliação e aprimoramento de programas que busquem a redução do círculo intergeracional da pobreza por meio da educação, especialmente a tão sacrificada trajetória desses alunos que conseguiram atingir destinos até então improváveis para outros em condições semelhantes.

Demos início a essa pesquisa, tendo como foco questões que buscavam: conhecer quem são os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP e o que fazem diante dos fatores/dificuldades para permanecer no Ensino Superior. Assim, após observarmos os percentuais apresentados nos gráficos, resultantes das entrevistas dos bolsistas do PROUNI, sujeitos da pesquisa, chegamos à conclusão que os fatores/dificuldades enfrentadas por esses alunos para permanecer no curso superior, já os acompanha bem antes do ingresso destes no Ensino Superior. Dificuldades estas que se originam do universo familiar, social e cultural desses alunos, visto que quase 100% desses estudantes pertencem ao contexto de famílias com poucos recursos econômicos e culturais, o que impulsiona esses estudantes a priorizarem a inserção precoce no mercado de trabalho com vistas a contribuir no sustento da família ou se assumir economicamente desobrigando os pais desse encargo.

Portanto, os principais fatores/dificuldades para permanecer no Ensino Superior apresentam-se entrelaçadas entre si: falta de tempo para se dedicar aos estudos com as dificuldades materiais, ou seja, uma surge em consequência da outra. Cabe-nos aqui, confirmar a ideia que tínhamos no início: possibilitar maior acesso ao Ensino Superior não significa democratizar o ensino, apesar de não desmerecer o papel primordial do PROUNI nesse processo de ingresso desses alunos em instituições de ensino superior privado, mas esses alunos, cuja a trajetória foi marcada por condições socioeconômicas precárias precisam de um suporte que se estenda para bem mais além das políticas públicas de acesso a tão sonhada graduação.

Nesse cenário, compreendemos que os fatores que influenciam na permanência relatados pela maioria dos bolsistas do PROUNI, investigados na nossa amostra, podem ser de cunho material e de cunho social.

- a) **Fatores de cunho material:** referem-se principalmente, a questões relacionadas a dinheiro, tempo e moradia:

- **Dinheiro:** as amostras nos levam a considerar que tais fatores existem por influência do contexto social familiar dos estudantes entrevistados, por se tratar de uma longa trajetória de desigualdades e dificuldades. Eles estão relacionados aos custos com transporte, material didático, alimentação, entre outras despesas que um curso superior exige. As dificuldades financeiras, mesmo para os estudantes bolsistas, são uma realidade, uma vez que para ter direito ao benefício (Bolsa PROUNI) o estudante precisa comprovar pertencer a um grupo familiar com baixa renda, ou seja, mesmo recebendo isenção para os estudos é necessário arcar com uma série de outros custos para se manter, e esses custos são expressivos considerando seu contexto socioeconômico;
- **Tempo:** os bolsistas declaram a falta de tempo como um fator que os impede de se dedicar aos estudos e atividades extraclasse por motivo de trabalho. Trabalhar para esses alunos é uma questão de sobrevivência em função de sua origem socioeconômica. Esses estudantes não podem contar integralmente com seus pais, em consequência da maioria destes pais pertencerem a um grupo profissional de atividades manuais com baixa remuneração;
- **Moradia:** outro fator a ser considerado é a distância que precisam percorrer do trabalho, ou de casa à faculdade pelo fato de as condições econômicas das famílias dos bolsistas entrevistados serem limitadas, as residências são localizadas em bairros distantes da região central da capital (alguns bolsistas residem, inclusive, fora de Palmas), juntando com o fato de muitos utilizarem o coletivo para se deslocarem ao trabalho e a faculdade, faz com que percam um tempo precioso no percurso, chegando às aulas muitas vezes atrasados e exaustos.
 - b) **Fatores de Cunho Sociocultural:** se referem à adaptação, saber-fazer universitário, desempenho nas aulas, proximidade com colegas e professores, etc. Estas se desprendem da origem social dos alunos oriundas das diferenças de capital cultural.
- **Autonomia/Adaptação:** o ingresso no ensino superior cobra do aluno uma autonomia que o estudante até então não tinha conhecimento. Os volumes de leituras, trabalhos, apresentações são grandes. As regras das atividades em sala de aula não são explícitas, pois, os professores supõem que o estudante ao ingressar no ensino superior já saiba como funciona o ambiente

universitário, exigindo do aluno um aprendizado dessa nova forma de se comunicar;

- **Lacunas na aprendizagem:** esses estudantes, em função das greves no ensino público, falta de professores, infraestrutura, entre outros, apresentam lacunas na aprendizagem, pois nenhum desses estudantes cursou o ensino básico em escolas privadas. Dessa forma, esses alunos terão que se empenhar mais para diminuir a distancia existente entre sua origem intelectual e o novo ambiente escolar, uma vez que:

[...] tal como realizada tradicionalmente na escola, exige implicitamente, para o seu pleno aproveitamento, o domínio prévio de um conjunto de habilidades e referências culturais e lingüísticas que apenas os membros das classes mais cultivadas possuiriam. Os professores transmitiriam sua mensagem igualmente a todos os alunos como se todos tivessem os mesmos instrumentos de decodificação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 74).

- **Baixa escolarização dos pais:** esse fator nos trouxe a compreensão que devido à baixa escolarização dos pais, esses alunos, não recebem o capital cultural preciso, conseqüentemente trilhar o caminho de seus objetivos torna a caminhada mais árdua.

Como vimos, os fatores que interferem na permanência dos bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP têm origem em várias vertentes. Mas podemos afirmar que os fatores que mais influenciam na permanência dos bolsistas são os referentes aos gastos financeiros com a educação superior e a conciliação dos estudos com o trabalho. Assim sendo, concluímos essas análises confirmando os questionamentos iniciais levantados e inerentes aos fatores/dificuldades dos alunos para permanecerem no Ensino Superior. O estudo mostrou que com o advento da expansão do Ensino Superior, as instituições estão recebendo um “perfil novo de estudante”, e não estão preparadas para esse recebimento. Perfil esse, representado por alunos de classes populares menos favorecidas em consequência de sua condição econômica. Estudante esse, que precisa priorizar o trabalho em detrimento do estudo por questões de sobrevivência, sobrando pouco tempo para se dedicar aos estudos e atividades extraclasses, condições importantes para a construção de uma carreira acadêmica e profissional.

Respondendo a segunda parte do nosso “**Problema de Pesquisa**” (Estratégias encontradas pelos bolsistas para permanecer no ensino superior), afirmamos que

apesar dos vários fatores/dificuldades que interferem na permanência desses alunos no ensino superior e que são oriundos de diferentes fontes, a maioria dos bolsistas que fizeram parte da pesquisa afirmam não terem pensado em desistir do curso. Se ressentem com as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de suas trajetórias acadêmicas, sentem-se exauridos pela dupla jornada (trabalho e estudo), moradia distante, etc. Mas desistir não foi apresentada como uma possibilidade, pois têm grande expectativa no futuro pós formação acadêmica. O diploma para eles é a materialização de um progresso, a prova de uma superação. Assim sendo, procuram encontrar as mais variadas e possíveis estratégias para permanecer do ensino superior e burlar as dificuldades encontradas.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS: entre as principais estratégias encontradas por esses alunos estão:

- a) **Fazer Estágio:** alguns estudantes, corajosamente optam por um estágio com remuneração muito inferior do que ganhariam com um emprego de carteira assinada, simplesmente pelo fato de lhes sobrar mais tempo para se dedicar aos estudos regulares e atividades extraclasse, já que o PROUNI cobra desses alunos um rendimento alto para a manutenção da bolsa. Os bolsistas enxergam o estágio também como uma opção interessante, porque permite a eles fazer contatos profissionais que podem vir a beneficiá-los na carreira futura. Ainda há a chance de serem efetivados pelas empresas ao se formarem, se fizerem um bom trabalho;
- b) **Monitoria:** dar monitoria para períodos anteriores é também uma estratégia encontrada por alguns bolsistas, o que acaba por tornar-se interessante na medida que oportuniza se dedicarem melhor aos estudos, ajudar nas necessidades financeiras básicas desses alunos, e, ainda os leva a aprofundar conhecimentos em uma disciplina que eles tenham mais afinidade;
- c) **Vender Lanches:** essa sem dúvida é a estratégia mais usada pelos bolsistas do PROUNI na Faculdade ITOP, com o real objetivo de fazer frente aos seus gastos com o ensino superior. Vender lanches e doces para esses alunos durante o curso é praticamente uma garantia de lucro, afinal a maioria dos alunos da Faculdade ITOP vem direto do trabalho para a faculdade, sem jantar. Comprar os alimentos vendidos por seus colegas,

por preços menores que os das lanchonetes tradicionais acaba sendo compatível para quem vive com poucos recursos.

- d) **Esforços Empreendidos:** com certeza, uma das maiores estratégias encontradas por esses alunos para permanecer no ensino superior é investir uma parcela maior dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e economia financeira, como por exemplo: emprestar livros da biblioteca e renová-los quantas vezes for possível para evitar gastos com xerox dos textos indicados pelos professores; estudar de madrugada ou em qualquer tempo que a jornada de trabalho permitir, formar grupos de estudo para estudar e fazer trabalhos no intervalo das aulas.

Nessa direção, Zago (2006), ao refletir sobre o percurso de estudantes universitários de camadas populares, traz relatos dos custos pessoais de se estudar em condições adversas: dificuldade de cumprir com as obrigações acadêmicas, não participação em atividades fora do horário das aulas, não participação nas atividades sociais da turma, sobretudo quando se inserem em cursos mais elitistas. Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos:

[...] contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p. 233).

Aqui é oportuno mencionar que a parte da cientificidade da pesquisa, ao apontar como estratégias as alternativas acima citadas apenas transcrevi algumas práticas livres de sobrevivência desses alunos manifestadas no dia-a-dia de nossa convivência institucional, de onde foram captadas as nossas percepções sobre as reais possibilidades encontradas por esses estudantes para permanecer no Ensino Superior. Cabe ressaltar, que tais afirmações, embora empíricas, encontram-se respaldadas em registros iconográficos arquivados na Secretaria Acadêmica da Faculdade ITOP.

Assim, é preciso levar em conta que estas experiências relatadas acima, estão presentes na realidade da IES – cenário da pesquisa. Considerá-las ajuda a enxergar o empenho real desses alunos em seu processo de formação. Dessa forma, podemos enumerar o significado dessas experiências para o desempenho acadêmico desses bolsistas em três aspectos: a) Primeiramente, permitem aos bolsistas do PROUNI, uma certa tranquilidade em relação as questões básicas de sobrevivência com relação as despesas acadêmicas – alimentação, moradia, transporte, etc. b) Em segundo lugar, possibilitam a esses alunos um ambiente favorável em relação a tempo, horário e dedicação ao estudo; c) e, por fim, as condições institucionais garantem uma melhor qualidade acadêmica e proximidade com os professores e colegas (COSTA; DIAS, 2015, p. 58).

A análise das informações obtidas nos permitiu a chegar aos seguintes resultados:

- O perfil dos bolsistas do PROUNI pode ser caracterizado como um “**Novo Público**” que está ingressando no ensino superior privado. O ingresso desses alunos está atrelado ao investimento em políticas públicas, que passou a oportunizar a democratização do acesso ao ensino superior, viabilizando, dessa maneira, o ingresso por um público oriundo de camadas populares;
- Os desafios impostos a esses alunos são enormes, as dificuldades se fazem presentes no dia-a-dia, o que mostra que as políticas que promoveram a democratização do acesso ao ensino superior precisam ser revistas para que sejam anexadas a elas “ESTRATÉGIAS” com vistas a garantir a esse “novo público” que ingressou nas IES privadas permanecer e concluir sua graduação;
- A baixa escolarização, capital cultural e renda dos pais dos bolsistas do PROUNI, estudados na nossa amostra, não permite que estes proporcionem aos seus filhos suporte econômico necessário para a permanência no curso superior e nem os auxiliem nas suas escolhas profissionais por ocasião do ingresso, pois essa é uma realidade que não tiveram a oportunidade de vivenciar. Sendo, na maioria das vezes, o primeiro da família a ingressar no ensino superior. Porém, apesar de todas essas limitações, esses pais enxergam a diferença que um diploma de curso superior pode fazer no futuro de seus filhos. Por isso, os incentivam a não desistir.

Não se trata aqui apenas do conhecimento maior ou menor que se possa ter da organização formal do sistema escolar (ramos de ensino, cursos, estabelecimentos), mas, sobretudo, da compreensão que se tenha das hierarquias mais ou menos sutis que distinguem as ramificações escolares do ponto de vista de sua qualidade acadêmica, prestígio social e retorno financeiro. Esse conhecimento é fundamental para que os pais formulem estratégias de forma a orientar, de modo o mais eficaz possível, a trajetória dos filhos, sobretudo nos momentos de decisões cruciais (continuação ou interrupção de estudos, mudança de estabelecimento, escolha do Curso Superior, etc.) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 53)

Sobre essa questão, Santos (2016, p. 110) argumenta que os pais sentem-se, em sua maioria, responsáveis quanto ao sucesso escolar e profissional dos filhos cuja oportunidade de ascensão social mostra-se cada vez mais relacionada a escolarização e melhor inserção no sistema produtivo e tentam transmitir, dentro de suas possibilidades, a importância da escola e os valores que esta tem para a sociedade contemporânea. Para estes pais, eles não tiveram sucesso social porque não estudaram o suficiente, se tivessem estudado a situação financeira certamente seria melhor.

- A ausência de subsídios para os gastos pessoais e acadêmicos é um dos fatores que interferem diretamente na qualidade e permanência no ensino superior;
- Lidar com a falta de tempo, ocupado pelo trabalho – que possibilita o financiamento dos estudos, mas impede e dificulta sobremaneira o acompanhamento do curso é para a maioria dos bolsistas a maior dificuldade a ser enfrentada para permanecer no ensino superior.

E por fim, as políticas de democratização do acesso ao ensino superior, embora fundamentais para permitirem que indivíduos de classes populares tenham essa oportunidade, pouco significado terão se não vierem acompanhadas de uma política mais ampla que contemple a permanência desses alunos no ensino superior. Pois, trata-se de um novo público, oriundo de classe populares que só entrou no ensino superior por conta dessa abertura democrática do ensino e por isso precisa de um suporte para enfrentar os desafios que surgem.

As IES privadas por sua vez, apesar de cada vez mais receberem esse novo público, ainda caminham de forma incipiente na tentativa de garantirem que seus alunos permaneçam e concluam o curso em que ingressaram.

Os alunos bolsistas do PROUNI, no meio desse processo, buscam se adaptar à essa nova realidade, principalmente à falta de tempo para se dedicar integralmente

aos estudos, por motivos de trabalho, do qual não podem abrir mão em função de sua origem socioeconômica.

Percebe-se que a falta de tempo, colocada pelos alunos como o principal fator que influencia a qualidade e a permanência no ensino superior, está atrelada a uma causa maior: as dificuldades materiais, por isso colocam o trabalho em primeiro plano, não podem parar de trabalhar para investirem em atividades extraclasse, mesmo tendo consciência do diferencial que essas atividades poderão fazer em sua formação.

O bolsista PROUNI ao ingressar no ensino superior privado se depara com dificuldades e grandes desafios, mesmo tendo pela frente essa realidade, não pensa em desistir. Ressente-se, porque as mesmas políticas públicas que viabilizaram a democratização do acesso ao ensino superior não viabilizaram estratégias para a permanência. Então, a saída encontrada por muitos alunos para burlar as dificuldades e criar suas próprias estratégias.

E por fim, concluímos que muitos são os fatores/dificuldades que os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP se deparam para permanecer no ensino superior. Porém, cabe-nos afirmar que os que mais implicam nessa permanência são dois: a falta de tempo para se dedicar aos estudos regulares e atividades extraclasse e as de cunho material, as quais dão origem a quase todas as outras dificuldades que tendem a surgir nas suas trajetórias acadêmicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a redução das desigualdades entre estudantes no ensino superior, entre os das escolas públicas e particulares, são apontadas algumas alternativas qualificadas como ações afirmativas. Essas ações são consideradas instrumentos implementados para que as camadas mais pobres da população tenham acesso à educação superior.

É possível concluir que as políticas públicas de ação afirmativas no ensino superior que começaram em 2001, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda hoje dividem opiniões entre os que defendem e os que criticam a verdadeira intenção de sua criação e contribuição para a diminuição das desigualdades socioeconômicas vigentes em nosso país.

Nesse sentido, o PROUNI atende a uma necessidade premente da sociedade brasileira, que é o ingresso da população no ensino superior, principalmente a grande parcela mais jovem e pobre, que historicamente está fora desse circuito. Isso acontece através da privatização e da mercantilização da educação superior, via aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado.

O olhar de quem critica enxerga essa política de expansão como uma medida paliativa, pois apesar do PROUNI ser um programa que tem como meta atender a segmentos da população, que anteriormente não participariam desse processo, apresenta fragilidade porque oportuniza o acesso, mas não garante a permanência do estudante ao ensino superior.

Observamos que apesar da dimensão do PROUNI, no sentido de garantir o direito à educação superior dentro da lógica que foi criado e vem sendo operado, ele não deixa de ser uma política de governo executada pela esfera privada onde a sociedade civil opera serviços que deveriam ser de responsabilidade do poder público. Mesmo sendo o PROUNI um programa que permite o acesso à educação de muitos brasileiros, sua funcionalidade na prática é interpretada pelos opositores do governo como uma maneira de esconder o não fazer do Estado, no tocante a investimentos na educação superior pública.

Partindo dessa análise em torno da finalidade e natureza do programa, compreende-se que a verdadeira funcionalidade do PROUNI está pautada na disponibilidade de vagas para estudantes em condições socioeconômicas fragilizadas a baixo custo para união.

Neste sentido, este trabalho pretendeu, por meio do estudo de caso, contribuir para caracterizar socioeconômica e culturalmente os bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP. Analisando os principais aspectos da inserção desses bolsistas, suas dificuldades e estratégias para permanecer no ensino superior.

Cabe-nos afirmar pelos dados coletados na pesquisa que os beneficiados PROUNI na Faculdade ITOP fazem parte de um grupo composto por pessoas de cor, classe social, renda e origem escolar historicamente de menor representatividade no ensino superior.

Os resultados da pesquisa realizada demonstram que o aspecto financeiro é um dos principais problemas enfrentados por esses alunos ao entrarem no ensino superior. Embora cabendo ao PROUNI arcar com as mensalidades, os resultados demonstram que a questão da manutenção dos menos favorecidos é um dos maiores desafios, já que pela *renda per capita* exigida para a concessão da bolsa o estudante não dispõe de recursos capazes de garantir a sua permanência no curso superior. De qualquer forma, para os estudantes pesquisados, o PROUNI apresenta-se como uma alternativa devido a dois fatores intimamente ligados: restrição financeira, pois, mesmo trabalhando, não conseguiriam pagar pelo curso escolhido e dar conta das obrigações de sustento familiar.

Observamos durante o estudo, que para a permanência no curso de graduação a mensalidade não é o único gasto resolvido, surgem despesas diárias com material didático, cursos complementares, vale transporte, alimentação, moradia (caso o aluno seja contemplado com bolsa fora do seu domicílio de origem), entre tantas outras, inesperadas, que não estão atreladas à época da concessão da bolsa do PROUNI. Assim, não podemos nos furtar em tecer a seguinte comparação: se o bolsista contemplado com a bolsa integral tem dificuldades, imagine o tamanho da dificuldade para os bolsistas que recebem apenas o benefício de 50% (bolsa parcial). Por outro lado, oriundos da escola pública regular brasileira, no processo de socialização escolar que tiveram foram afastados dos conteúdos mínimos que pudessem prepará-los para disputar vagas das universidades públicas, ou seja, possuem também aquilo que alguns autores denominam como restrição acadêmica.

A composição de cor e raça negra dos estudantes-bolsistas das IES, de uma forma geral, foi bastante significativa nos últimos 15 anos. A partir dos dados coletados nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos. Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa no curso superior, que começaram

a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. De 2003 a 2018 os pardos e pretos aumentaram sua participação entre estudantes.

Outro aspecto a ser considerado aqui é a forma de ingresso ao curso superior via PROUNI e está intimamente condicionado a critérios iniciais para selecionar os beneficiários que continuaram sendo a nota (mínimo 45 pontos) e a condição socioeconômica declarada no Enem. Para enfrentar a dificuldade de preencher as vagas (em especial bolsas parciais destinadas às cotas étnicas, que tiveram baixa procura, pois a renda familiar do segmento muitas vezes não permite arcar com 50% ou 75% das mensalidades), o MEC estabeleceu que os estudantes com meia-bolsa teriam mais 25% do valor do curso financiados pelo FIES.

. Em poucas linhas resume-se: o PROUNI possibilita: preenchimento de vagas ociosas oriundas pela ausência de estudantes pagantes nas IES privadas; isenção fiscal às IES parceiras, isentando-as de quase todos os tributos federais, a exemplo das IES com fins lucrativos; direcionamento de bolsistas para Cursos de menor concorrência, permitindo que alunos que não possuem condições financeiras de arcar com mensalidades ingressem no ensino superior.

Conclui-se que, a partir dos critérios estabelecidos pelo próprio programa, a Faculdade ITOP está inserindo jovens no ensino superior, sobretudo na faixa entre 18 e 24 anos de idade, pobres e oriundos da escola pública. Porém, não dispõe de outras políticas, que caminhem paralelamente ao PROUNI, com vistas a assegurar e garantir não somente o acesso, mas também a permanência dos estudantes oriundos das camadas populares.

Assim, com base em todos os resultados analisados, cabe o questionamento sobre o papel das atuais políticas para este nível de ensino e mais especificamente, se o PROUNI contribui de forma efetiva para a democratização da educação superior? Pois, o ensino superior se expandiu e, conseqüentemente, aumentou a participação de estudantes de camadas populares menos favorecidas economicamente nesse nível de ensino pela melhora de acesso. Porém, permanecer em um ambiente distante da realidade desses alunos transforma-se em uma significativa dificuldade em sua permanência e conquista do diploma de ensino superior.

Ao considerarmos as limitações inerentes à pesquisa, apontamos o fato de o estudo ter sido feito em pouco tempo não havendo a possibilidade de expandir a análise para o próximo semestre letivo do Programa de Mestrado. Também há de se considerar que os dados obtidos para a pesquisa se originaram de uma única faculdade e, portanto, os resultados apontados não podem ser generalizados para outras instituições de ensino superior (IES). E, por fim, sugerem-se pesquisas futuras envolvendo outras instituições de ensino superior privado, avaliando as condições de estudo e os problemas de permanência enfrentados pelos bolsistas do PROUNI, correlacionados ao seu desempenho. Bem como pesquisas para medir o desempenho acadêmico dos bolsistas do PROUNI em comparação com alunos não bolsistas da Faculdade ITOP.

REFERÊNCIAS

- AITH, Fernando Mussa Abujamra. As políticas públicas como instrumentos de promoção e proteção dos direitos humanos e consolidação do estado democrático de direito. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **O conceito de políticas públicas em direito**. Santos, SP: UNISANTOS, 2002.
- AGUIAR, Marcia A. da Silva. Avaliação do Plano Nacional de Educação: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.
- ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de P. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. *In*: RISTOFE, D.; DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação democrática**. Florianópolis, SC: Insular, 2001.
- ALMEIDA, W. M. D. **Prouni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa/Fapesp, 2014.
- AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Avaliação e políticas públicas em educação. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, out./dez. 2011.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.
- ANJOS, G. A. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 41, n.1, p.102-118, 2013.
- ARAÚJO, Luiz. Financiamento educacional na ordem do dia. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 48, p. 145-147, jul. 2012.
- ARRUDA, Ana Lúcia Borba; GOMES, Alfredo Macedo. Democratização do acesso à educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 22-39, jul./out. 2018.
- ARROYO, Miguel G. Algunas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 148-158, maio/ago. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, ABED. **Censo EAD**. Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- AVALIES. Simpósio **Avaliação da Educação Superior**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **Educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BOGDAN, Robert; BILKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n.131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014.

BASTOS, Manoel de Jesus. A importância da EAD (Educação à Distância) na formação do sujeito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 14, jan. 2017.

BORDIGNON, Genuíno. Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. *In*: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINS, Ângela Maria (org.). **Planos de Educação no Brasil**: planejamento, políticas, práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BOSCHETTI, Ivanetti. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 94, p. 05-21, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Programa Universidade Para Todos – PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº10.260 de 12 de julho de 2001. Programa de Financiamento Estudantil – FIES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2008 (dados preliminares)**. Brasília, DF: INEP, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sinótese Estatística do sistema PROUNI – SISPROUNI**. 2019. Disponível em: www.prouniversitario.com.br/sisprouni-como-funciona. Acesso em: 12 fev.2020.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aercio Silva; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

CARVALHO, Cristina H. A.; LOPREATO, Francisco L. C. Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v.16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil – o PROUNI e o FIES como financiadoras do setor privado. **Educação em Revista**, Belém, v. 32, n. 4, p. 49-72, out./dez. 2016.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

COSTA, Sílvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 51-60, jan./jun. 2015.

CATANI, Afrânio M. C.; GILIOLI, Renato de S. P. O PROUNI na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20 p. 55-68, jan./jun. 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; Hey, Ana Paula; GILIOLI, Renato de S. Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CATANI, Afrânio M. C.; GILIOLI, Renato de S. P. O PROUNI na encruzilhada entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 55-68, jan./jun. 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2003.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações**. Florianópolis, SC: [s.n.], 2014.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010.

DOURADO, Luís Fernandes. Políticas de gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações. **Educação e Sociedade**, Brasília, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

ENADE. **Fatores que influenciam a evasão escolar no Ensino Superior**. Brasília, DF: Enade, 2017.

FARIA, E. Acesso permanência, inserção e conclusão do curso superior: construção dos percursos formativos dos universitários bolsistas do PROUNI. ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012. Campinas, São Paulo, **Anais** [...]. Disponível em: www.infoteca.inf.br/endiip/smarty/templates/arquivos/2136d.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FELICETTI, V.L. PROUNI: análise de Teses do banco de dados da CAPES (2007 – 2011). CLABES – SEGUNDA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2., 2012. **Anais** [...]. Disponível em: http://clabes2012-alfaguia.org.pa/ponencias/LT_2/ponencia_completa_115-.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FELICETTI, Vera Lúcia; CABRERA, Alberto F.; COSTA-MOROSINI, Marília. Aluno Prouni: impacto na instituição de educação Superior e na sociedade. **Revista Universitária**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 13, 2014.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas** - Plano Nacional de Educação. São Paulo: Ministério Público, 2015.

FIGUEIREDO, Érica S. A Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFC**, Ceará, v. 7, n. 2, p. 13–16, dez. 2005.

FONSECA, D. M. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papyrus, 1992.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. **Inclusão: um panorama maior**. São Paulo: Senai, 2014.

FRANCO, Luciano Correia. **Evasão dos cursos superiores da Região Norte e estudo comparativo para avaliação das IFES Tocantinenses**. Palmas: UFT, 2016.

FURLANI, Lúcia M. T. **A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno**. São Paulo: Cortez, 1998.

GARCIA, Adir V. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções**. Florianópolis: Em Debate, 2012.

GASPAR, Jacira Garcia. **O papel do ensino superior em Araguaína – Tocantins**. Curitiba, PR: CRV, 2013.

GHELERE, Lutiele da Silva. **O perfil do bolsista PROUNI da UNESC: entre os limites e as possibilidades no ensino superior**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, SC, 2014. Disponível em: <http://repositório.unesc.net/bitstream/12701/1/lutiele%20da%20silva%20Ghelere.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GOMES, Cândido Alberto. **Darcy Ribeiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da Educação Superior, 1999**. Brasília: INEP, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2009**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>. Acesso em: 13 fev. 2020.

JULIATO, Clemente IVO. **A universidade em busca de excelência: uma questão sobre a qualidade da educação**. Curitiba: Champagnat, 2005.

LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014 – 2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 55, p.32-41, fev. 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de contrarrevolução neoliberal: de Fernando Henrique a Luiz Inácio Lula da Silva**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LIMA, M.; PRATES, I. Desigualdades no Brasil: um desafio persistente. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILLHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos da educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagem quantitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEBO, Daise. Universidade para todos: a privatização em questão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 75-90, 2004.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A. Reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.

MARTINS, C. B. A. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106. p. 15-35, jan./ abr. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATE, Cecília Hanna. O Manifesto de 1932 e a educação para auto disciplina. *In*: PORTO JR., Gilson (org.). **Raízes da modernidade**: o pensamento de Fernando Azevedo. Brasília: Ativa, 2004.

MELLO NETTO, Ruy de Deus. Percepções de bolsistas Prouni acerca do pertencimento ao Ensino Superior. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 43, p. 583-603, set./dez. 2014.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira; SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Democratização do acesso à educação superior em debate**: avaliação do Prouni. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. **O Prouni e os muros da educação superior**. Curitiba: Appris, 2018.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA Maria Alice. **Bourdieu & a educação**. São Paulo: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, George Wilber de Bessa; PENTEADO, Adriane de Lima. **Análise social dos alunos da UTFPR Campus Ponta Grossa**: sua proveniência geográfica e integração à comunidade acadêmica. Ponta Grossa: UTFPR, 2016.

OLIVEIRA, J. F. de. A avaliação da Educação Superior no contexto das reformas e políticas educacionais. **Linhas Críticas**, Brasília, v.19, n. 38, p. 51-69, jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (org.). **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: PUC Goiás, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatório 2019**. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M. **Ensino Superior noturno no Brasil**: democratização do acesso, permanência e da qualidade. São Paulo: ANPAE, 2010.

OSTROVE, Joan; LONG, Susan. Social class and belonging: Implications for college adjustment. **Review of Higher Education**, Baltimore, v. 30, n. 4, p. 363-389, 2007.

QUEIROZ, Viviane. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 21, n. 55, p. 44-48, fev. 2015.

RODRIGUES, J. **Os empresários da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2012.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PALAZZO, J. **A escolha do magistério como carreira: por quê (não)?** 2015. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

PEREIRA, Larissa Ramalho; KERN, Francisco Anseli. A educação superior no Brasil na perspectiva do direito social: cenários que levam ao programa Prouni. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 10-19. jan./abr. 2017.

PORTO JR., Gilson (org.). **Raízes da modernidade: o pensamento de Fernando Azevedo**. Brasília: Ativa, 2004.

RIBEIRO, Celso Carneiro. **Modernização e Programas de Educação Superior do MEC**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fies-sp-1344319726/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/5739-sp-663184492>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RISTOFF, D. Democratização no Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos GEA**, Brasília, n. 9, 2016.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação Brasileira: 1930-1973**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SAMPAIO, H., LIMONGI, F., TORRES, H. **Equidade e heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro**. Brasília, DF: INEP, 2000.

SANTOS, Angela Ribas dos. **Estudantes bolsistas do PROUNI e o Curso de Pedagogia da PUCRS: do acesso a permanência**. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

SANTOS, Sebastiao Luis Oliveira dos. **As políticas educacionais e a Reforma do Estado no Brasil**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

SANTOS, C.T. Ações afirmativas no ensino Superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PCC-Rio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, set./dez. 2012.

SARAIVA, L.; NUNES, A.S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do PROUNI. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 941-964. 2011.

SAVIANI, Demerval. Política educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SAVIANI, Demerval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidade. **Poésis Pedagógicas**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 11-22, ago./dez. 2010.

SCHEIBE, Leda. PNE 2014-2024: novos desafios para educação brasileira. **Revista Retratos da Escola Brasileira**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 227-224, jul./dez. 2014.

SENKEVICS, Adriano Souza. **Cor ou raça nas instituições federais de ensino superior**: explorando propostas para monitoramento da Lei de Cotas. Brasília: INEP/MEC, 2017.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TERRIBILI FILHO, A. O cenário urbano para o estudante do ensino superior noturno na cidade de São Paulo: triste realidade ou palco de heróis? **Millenium**, Viseu, n. 31, p. 74-87, maio 2008.

TORRES, C.M.R.; Nascimento, E.M.M.; SILVA, M.A.; SANTOS, M.R.S.; LEHER, R.; PAVÃO, S.L. **A contra-reforma da educação superior**: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do Governo de Lula da Silva. Brasília: Publicação do Grupo de Trabalho de Política Educação, 2004.

VIEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de transição**. Brasília: Plano, 2010.

VIEIRA, S. L. **Leis da Reforma da Educação no Império e República**: inventário de legislação. Brasília, DF: INEP, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bokman, 2001.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no Ensino superior: processos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário

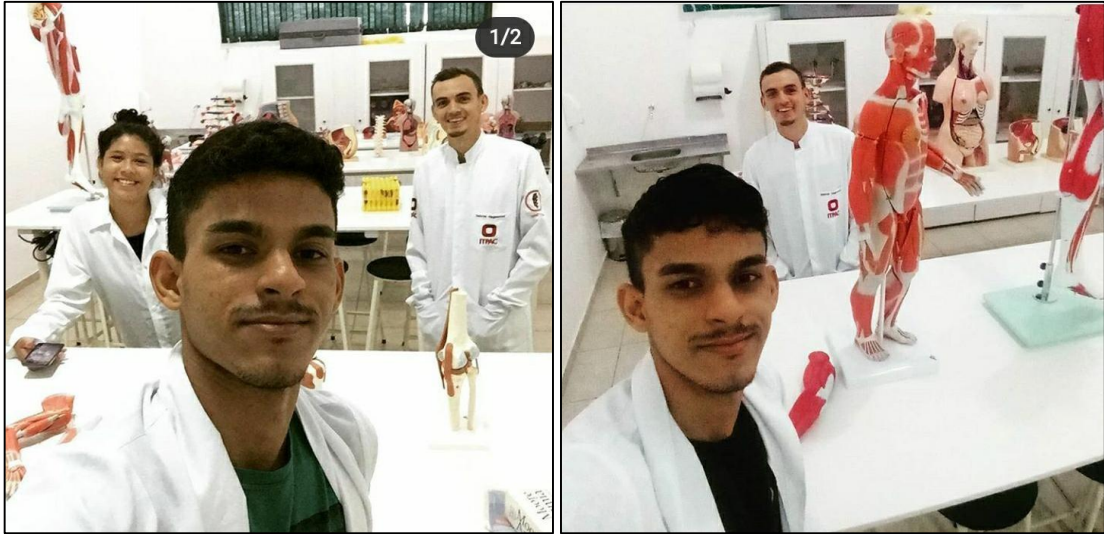
1. Qual a graduação que atualmente cursa?
2. Com relação a COR como você se autodeclarou ao preencher os formulários enviados pelo ME – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO para solicitar a bolsa do PROUNI?
3. Faixa etária de maior incidência entre os bolsistas do PROUNI
4. Predominância entre os bolsistas por sexo?
5. Você trabalha, se SIM, onde?
6. Qual a carga horária semanal de trabalho?
7. Renda familiar mensal?
8. Escolaridade dos pais?
9. Origem escolar dos bolsistas?
10. Durante sua trajetória escolar no ensino fundamental ou médio houve alguma interrupção (abandono)? Se SIM, qual o motivo?
11. Por quanto tempo ficou fora da escola?
12. Você tem acesso a internet na sua casa?
13. Turno que frequenta o curso superior na Faculdade ITOP?
14. Qual o período que está cursando?
15. Este curso foi o desejado por você?

16. Se NÃO, qual o curso desejado?
17. Qual a motivação para a escolha deste curso?
18. Qual a forma de ingresso na universidade?
19. Você ingressou no PROUNI pelas cotas?
20. Se SIM, qual o tipo de cota?
21. Você, realizou cursinho pré-vestibular?
22. Você já teve a sua bolsa PROUNI encerrada? Qual o motivo?
23. Atividade exercida predominantemente na graduação?
24. Quanto você gasta por mês para se manter na universidade?
25. Apoio financeiro para se manter durante o curso?
26. Dificuldades vivenciadas no Ensino Superior?
27. Você tem um espaço apropriado para estudo em sua residência?
28. Qual o tempo que você disponibiliza para estudar fora da sala de aula?
29. Você conhece algum “Programa” da universidade direcionado aos alunos que encontram dificuldades na compreensão dos conteúdos ensinados na graduação?
30. Você disponibiliza para participar de eventos científicos fora da Faculdade ITOP?
31. Já pensou em desistir do Curso? Comente a resposta.

ANEXO B - Estratégias encontradas pelos bolsistas do PROUNI da Faculdade ITOP para permanecer no Ensino Superior



Venda de lanches



Monitorias (Curso de Enfermagem)



Estágio